

Humberto Dantas
Leandro Salman Torelli

POLÍTICA & DEMOCRACIA

Conceitos e História para a interpretação da realidade



RENOVABR

**KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG**

**VOTO
CONSCIENTE**

POLÍTICA & DEMOCRACIA

Conceitos e História para a interpretação da realidade

Humberto Dantas
Leandro Salman Torelli

POLÍTICA & DEMOCRACIA

Conceitos e História para a interpretação da realidade

RENOVABR

 KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG

 **CONSCIENTE**

**Política & Democracia - Conceitos e História
para a interpretação da realidade**

AUTORIA

Humberto Dantas e Leandro Salman Torelli

EDIÇÃO

Reinaldo Themoteo - KAS

PROJETO GRÁFICO

Daniela Knorr

ILUSTRAÇÕES

Christian Monnerat

Publicado por Renova BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Lumos Assessoria Editorial

D192 Dantas, Humberto.

Política & democracia : conceitos e história para a interpretação da realidade [recurso eletrônico] / Humberto Dantas e Leandro Salman Torelli. — Rio de Janeiro : RenovaBR : Konrad Adenauer Stiftung : Voto Consciente, 2024.

Dados eletrônicos (pdf).

ISBN 978-65-89432-48-7

1. Ciência política. 2. Democracia. 3. Educação política. 4. Cidadania. 5. Brasil - Política e governo. I. Torelli, Leandro Salman. II. Título.

CDD23: 320.071041

Bibliotecária: Priscila Pena Machado - CRB-7/6971

Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte, sendo expressamente proibido todo e qualquer uso com fins comerciais.

Esse livro está disponível gratuitamente para download nos portais do RenovaBR, do Movimento Voto Consciente e da Fundação Konrad Adenauer do Brasil em PDF.

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO - O DESAFIO DA FORMAÇÃO POLÍTICA PARA A REALIDADE DE NOSSA DEMOCRACIA	11
PARTE 1 - A DEMOCRACIA E A CIDADANIA NO MUNDO OCIDENTAL	23
1. GRÉCIA ANTIGA E DEMOCRACIA	25
2. ROMA E A IDEIA DE REPÚBLICA	32
3. O BEM COMUM E O PENSAMENTO POLÍTICO CRISTÃO	39
4. O REALISMO DE MAQUIAVEL	46
5. O ILUMINISMO E O CONTRATUALISMO	52
6. OS IDEAIS DA REVOLUÇÃO FRANCESA E AMERICANA	60
7. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS DIVISÕES IDEOLÓGICAS	68
8. OS PILARES DA CIDADANIA	76
9. O ESTADO, O MERCADO E OS DIREITOS	83

PARTE 2 - A DEMOCRACIA E A CIDADANIA NO BRASIL	91
1. A ESCRAVIDÃO E OS DIREITOS NA FORMAÇÃO DO BRASIL	93
2. ENTRE AS CONSTITUIÇÕES DE 1824 E 1891	99
3. AS CONDIÇÕES DE CIDADANIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	106
4. A ERA VARGAS E A CIDADANIA REGULADA	113
5. A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1946-1964)	120
6. UM GOLPE DE ESTADO E A RESTRIÇÃO DOS DIREITOS	126
7. O FIM DA DITADURA MILITAR E A LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO	133
8. AS CONQUISTAS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	143
9. AS CONDIÇÕES DOS DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS E SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	152

APRESENTAÇÃO

Renovar. Formar cidadãos e cidadãs democraticamente espalhados em diferentes pontos do espectro ideológico que desejavam se oferecer às mais distintas parcelas da sociedade como alternativas para a política. Foi este o ideal que motivou a criação do RenovaBR, cujos primeiros resultados concretos começaram a ser colhidos a partir de 2018. Era um ano em que o desejo por mudança estava em alta, e as expectativas e exigências da sociedade idem. Desde então, no processo eleitoral de 2018 foram mais de 130 alunos, 17 eleitos e 4,5 milhões de votos conquistados por lideranças formadas. Quatro anos depois, em 2022, 18 eleitos, mais de 150 alunos e 6,7 milhões de votos somados. Nas eleições municipais, as que mais mobilizam pessoas, em 2020 superamos 2.000 alunos e 153 eleitos. Para 2024, novos recordes e ainda mais envolvimento.

Em todo esse período, a política mudou na velocidade dos novos tempos. A bem da verdade, desde 2013 assistimos alterações capazes de trazerem grandes desafios. Em onze anos de intensidades, ou se preferirmos em seis anos de RenovaBR, buscamos acompanhar tendências que não nos distanciassem do compromisso de estimular, preparar e acompanhar jovens carreiras políticas – a despeito da idade de seus protagonistas. Mas algo passou a nos incomodar: e o eleitor? Se pessoas percebem que chegou a vez de renovar os representantes, quem conseguiria trabalhar com os representados de uma forma que nos permitisse pensar em um aprimoramento do debate político e um amadurecimento da democracia? Sabemos das responsabilidades seculares do estado brasileiro com a educação para a vida em sociedade. Isso vem de políticas públicas do início da República. Conhecemos também o que diz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 sobre a formação para o exercício da Cidadania. Mas se estamos na política e acreditamos na Democracia, será que podemos fazer algo, como organização que crê em tudo isso, para contribuir com o amadurecimento da sociedade? Sim. E a partir disso...

Em um momento histórico desafiador, marcado pelo crescente descrédito nas instituições e pela ascensão de movimentos antidemocráticos, a obra

“Política & Democracia - Conceitos e História para a interpretação da realidade”, de Humberto Dantas e Leandro Salman Torelli, surge como um farol a iluminar o caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Organizado em duas partes interligadas, o livro oferece uma jornada abrangente pela história e pelos fundamentos da política e da democracia, tanto no cenário global quanto no contexto brasileiro.

Na primeira parte, os autores traçam a evolução da democracia e da cidadania desde suas origens na Grécia Antiga, passando pela República Romana e pelas revoluções do Iluminismo, até chegar às complexas sociedades contemporâneas. Através de uma análise crítica e contextualizada, são explorados temas como o papel do Estado, a relação entre público e privado, os diferentes modelos de democracia, os desafios da representatividade e a importância dos direitos individuais e sociais.

Na segunda parte, o foco se volta para a história da democracia no Brasil. Desde a formação do país sob o jugo da escravidão até os dias atuais, o livro examina os avanços e retrocessos da democracia brasileira, percorrendo marcos como a Primeira República, a Era Vargas, a Ditadura Militar e o processo de redemocratização. O papel das diferentes constituições, a luta por direitos civis, políticos e sociais e as desigualdades estruturais da sociedade brasileira são também objeto de análise crítica.

Mais do que uma obra acadêmica, “Política & Democracia” é um convite à reflexão e à ação, principalmente de estudantes do Ensino Médio e professores. Ao fornecer um alicerce sólido para a compreensão da realidade política e social, o livro busca estimular o debate público, fortalecer a educação política e promover a participação ativa dos cidadãos na construção de uma democracia mais vibrante e inclusiva. Aqui destaca-se a ampla relação do conteúdo, por exemplo, com questões do ENEM, com temas para a promoção de debates e com princípios das bases curriculares nacionais.

Ao abordar temas de grande relevância para o momento atual, o livro se torna uma ferramenta essencial para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados na luta por uma sociedade mais justa e democrática.

Esta é nossa contribuição enquanto organização política que acredita na Democracia. E ela vem com duas características muito especiais. A primeira: editada por um conjunto de organizações que historicamente militam pelo aprimoramento de nossa política em diferentes frentes: o Movimento Voto Consciente, fundado em 1987 e talvez uma das mais longevas instituições do

terceiro setor a defender direitos políticos em nosso país. E a Fundação Konrad Adenauer, uma das principais organizações mundiais que defendem a democracia e acreditam na educação política como instrumento para tal. A segunda: nada nos diz que, a depender do sucesso dessa obra, aberta e gratuita, outras não possam ser pensadas, transformando nosso impulso e percepção em algo ainda mais perene.

É com imensa satisfação que o RenovaBR apresenta este trabalho cuidadosamente elaborado para oferecer um alicerce teórico capaz de orientar o debate público sobre cidadania, engajamento cívico e democracia no Brasil. Em um momento desafiador, marcado pelo avanço da polarização no âmbito político, esta obra surge com a função de direcionar a nossa atenção para o conhecimento e a reflexão crítica.

Ao lançar luz sobre os fundamentos da democracia e da cidadania, o livro nos convida a pensar a respeito do modelo de democracia que almejamos construir. Nesta obra, o RenovaBR reafirma sua missão de qualificar o debate público e fortalecer a resiliência democrática no Brasil, convidando toda a sociedade a se unir na construção de um futuro mais próspero e equitativo para todos.

Eduardo Mufarej

Em sintonia com a missão do RenovaBR de fortalecer a democracia brasileira, este livro desbrava novos caminhos para democratizar o acesso à educação política no país. Através de uma linguagem clara e descomplicada, a obra desvenda os principais conceitos relacionados à democracia, Estado de Direito e a história da democracia no Brasil, tornando-se um guia fundamental para o debate político e a participação cidadã. Ao munir o público com ferramentas essenciais para a compreensão do sistema político e a construção de um futuro mais justo e desenvolvido, o livro se torna um marco na luta por uma democracia mais vibrante e inclusiva para todos os brasileiros.

Bruna Helena Barros

Em linha com o valor do RenovaBR de fortalecer a democracia brasileira, este livro é um marco na democratização do acesso à educação política no país. Com linguagem acessível e direta, a obra conceitua e apresenta de forma simples os principais conceitos sobre democracia, Estado de Direito e a história da democracia no Brasil.

Assim, torna-se um guia essencial para o debate político e a participação cidadã, capacitando o público para construir um Brasil mais justo e desenvolvido. Acreditamos que este é o primeiro passo para fortalecer a atuação do RenovaBR na formação de líderes políticos, gestores públicos e cidadãos conscientes.

Rodrigo Cobra

E é assim que oferecemos esta obra. A partir daqui o compromisso com ela é de estudantes, educadores, cidadãos e cidadãos em geral, dispostos a entender e difundir o quanto a política está presente em nossas vidas a partir do conhecimento.

Boa leitura!

Equipe RenovaBR



INTRODUÇÃO

O DESAFIO DA FORMAÇÃO POLÍTICA PARA A REALIDADE DE NOSSA DEMOCRACIA

Autores clássicos da filosofia política têm em comum algo muito especial sobre educação. Não faltam referências na literatura sobre a importância do conhecimento para o desenvolvimento da Democracia. Há quem desacreditasse nesse regime, dizendo que nunca as sociedades teriam maturidade intelectual suficiente para levar adiante uma forma de nos governarmos que dependesse tanto de nós mesmos e de nossa capacidade de criarmos algo juntos. Mas exceção feita a tal descrença, a Educação ganha papel de destaque em uma série de obras e teorias.

Aristóteles falava na importância da Ética, e no preparo aplicado ao exercício prático da política em praça pública. Jean-Jacques Rousseau valorizava a construção conjunta do pacto para a vida em sociedade como resultado de um coletivo pronto para tal responsabilidade. Stuart Mill indicava a existência de dois tipos de sujeitos: os passivos e os ativos na realidade política democrática. O segundo grupo era formado por contestadores, por gente preparada que beneficiava a lógica coletiva e valorizava a vida em comum. Antony Downs apelava para a importância da informação para a tomada de decisões

democráticas. Thomas Marshall, por sua vez, dizia que era a educação cívica o motor da transformação do sujeito rude em cavalheiro, o que serviria ao desenvolvimento da Cidadania como o resultado de uma consciência coletiva. Norberto Bobbio, para concluir essa rápida revisão, dizia ser a “educação política, uma das promessas não cumpridas da democracia”.

Se não somos formalmente preparados para o desenvolvimento da democracia a pergunta central é: onde falhamos como sociedade? Por que temos tanto medo de discutir e formar politicamente os milhões de cidadãos que em tese, ao nosso lado, tomam as decisões associadas às desejadas ordens e realidades democráticas? Essas perguntas não cabem apenas ao cotidiano brasileiro. O mundo se pergunta onde está a educação política, sobretudo num instante em que autores se notabilizam por escrever que o embrutecimento da convivência, a intolerância assombrosa nos trouxe ameaças reais no campo das conquistas da democracia. Seria o fim de esforços seculares de diferentes sociedades ao redor mundo?

Não nos esforçaríamos em torno desse livro se respondêssemos sim a esta última pergunta. Estamos longe do fim. E não podemos pensar diferente. Não devemos duvidar, um só instante, do poder que existe quando conseguimos viver em uma sociedade democrática. E a partir desse sentimento, atrelado à consolidação de um bem cultural, de um valor, precisamos nos preparar formalmente. A política não se apreende apenas no fazer cotidiano, ou com o soprar dos ventos. Conceitos, ideias, debates, tudo isso se leva para dentro da sala de aula de maneira respeitosa, adequada, democrática, plural. É na ampliação de nossos conhecimentos políticos que nos tornamos mais democráticos. E é isso que estamos propondo aqui: educação política.

Todo esse esforço não representa qualquer novidade. Teoricamente a política deve estar na escola, e em alguns países ela está faz décadas. Não duvide disso um só instante. Acesse os documentos do **International Civic and Citizenship Education Study** pelo link – <https://www.iea.nl/studies/iea/iccs> - e serás capaz de ver que políticas públicas de educação em diferentes nações do mundo carregam consigo a preocupação de preparar estudantes para o exercício da democracia, da cidadania, do bem viver em sociedade com base em ações pedagógicas, conhecimentos, estudos, ações e aulas. É claro que essas nações enfrentam desafios, problemas, sofrem com gente autoritária e discursos pouco razoáveis, mas viver em um mundo onde as pessoas promovem escolhas mais conscientes significa arrefecer os riscos do que existe de mais ameaçador em termos democráticos no



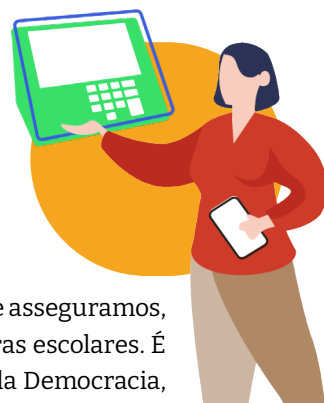
LEIA O QR CODE
OU CLIQUE PARA
VER O SITE.



planeta: a ilusão dos discursos fáceis, a tragédia das falácias e das mentiras. O maior risco associado à sensação de “educação política” é o de educar, mesmo que a realidade não seja aquela que desejamos. E em tempo algum da história, no longo prazo, educar representou problema. Pelo contrário: trata-se de solução. Assim: vamos educar. Vamos falar sobre política em sala de aula com nossos jovens, até porque em 2022 o Brasil, pela primeira vez, foi pesquisado pelo ICCS da IEA.

Assim, se a resposta às dúvidas sobre a democracia está na educação, então uma organização como o RenovaBR, que acredita na essência da política, do voto e da participação não poderia deixar de cumprir parte de seu dever cívico, de sua missão institucional e de seu compromisso elementar com a coletividade. Aqui está parte de nossos esforços, e soma-se ao RenovaBR uma rede de organizações que historicamente atuam pela educação política, tais como a Fundação Konrad Adenauer e o Movimento Voto Consciente.

Assim, se no mundo pudemos observar que existem iniciativas associadas à educação cívica, à educação democrática e política, é essencial dizer que no Brasil isso também não representa qualquer novidade em termos históricos. Faz décadas que asseguramos, de alguma forma, conteúdos políticos formais em nossas fileiras escolares. É evidente que nem sempre esses saberes estiveram a serviço da Democracia, assim como também é sabido que nem sempre nosso país caminhou por essa trilha. Em regimes autoritários a educação tende a atender aos desejos e interesses dos governantes, acima mesmo de valores universais e basilares do Estado. Isso não significa que ao redemocratizar uma nação devamos abandonar o projeto de formar cidadãos conscientes. Eis aqui uma das falhas do processo de redemocratização vivido nos anos 80 do século passado. Era mesmo necessário crucificar disciplinas como Educação Moral e Cívica, ou Organização Social e Política do Brasil (OSPB)? Ou bastava adequar nomenclaturas, conteúdos, valores e dizeres à nova realidade? O que teria representado introduzir nas escolas a disciplina Cidadania e Democracia? Ou mesmo Ciência Política? Respostas a essas perguntas não são simples, mas novamente não podemos deixar de afirmar: o Brasil nunca desistiu de registrar, por parte dos responsáveis pelas políticas de educação do país, um compromisso mínimo com esses conteúdos políticos. Falhamos mais na execução do que na concepção. O caminho pode não ser o melhor, mas a estrada foi aberta. E é por isso que um projeto dessa natureza faz sentido. Mais uma vez: não estamos inventando nada. Apenas estamos dando forma, criando uma alternativa, sugerindo um roteiro para a Educação Política em nossa realidade.



Se os anos 1980 colocaram fim ao regime ditatorial que exigia o louvor ao governo em sala de aula, os anos 1990, à luz da democracia, nos ofereceram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e nela estavam contidos roteiros essenciais atrelados à democracia e à cidadania. O problema ainda é converter em realidade a lógica da transversalidade, da interdisciplinaridade, da construção conjuntural de conceitos e princípios. Percebe? Concebemos bem a ideia, apenas não a executamos. E em meio à intolerância dos novos tempos findamos agredindo a política em sala de aula como se ela tivesse um único endereço ideológico. Criamos movimentos contrários aos debates e discussões, como se todos os professores e alunos professassem um mesmo ideal, e este fosse nocivo. A esquerda não é uma ameaça, ela é apenas uma alternativa. Os professores não são todos aderentes a essa lógica, muito pelo contrário. Criamos fantasmas para vendermos medo. Política é algo a ser discutido sim, democraticamente, hoje e sempre. Basta que haja responsabilidade, ética, princípios, norte. É isso o que nos propomos a fazer aqui.

Texto de PELLANDA



https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=1893b872-84fb-cf9e-d835-25b1cf469117&groupId=265553

Texto de RESENDE



https://www.kas.de/documents/252038/253252/7_document_dok.pdf_20865_1.pdf/bac0109c-2cc1-8094-136b-f715c5687913?version=1.0&t=1539660585166

LEIA O
QR CODE OU
CLIQUE PARA
VER O TEXTO.



Em fins da primeira década do século XXI o Brasil enfrentou mais uma vez esse debate. Devolvemos aos currículos escolares princípios básicos por meio de disciplinas formais como a Sociologia e a Filosofia. Nem dez anos se passaram e o segundo turno das eleições de 2014 mostrava dois candidatos vociferando contra o ensino médio, utilizando tais cadeiras como sinônimos do exagero dos conteúdos. A Filosofia foi chamada de penduricalho na educação, como se responsável fosse pelas mazelas do desemprego que atinge os jovens. A falta de perspectiva no mercado de trabalho é culpa da má formação escolar simbolizada pela Filosofia? Onde tamanha falácia nos levaria? Simples: ao ator passivo das ameaças previstas por Stuart Mill à democracia. Sem pensar fica mais fácil controlar. É sobre isso que estamos falando?

Aqui não. Aqui estamos falando em consciência. Naquele conjunto de provocações, conceitos e princípios capazes de transformar o ser rude no cidadão ativo, como nos desafiara Thomas Marshall. E para que isso se torne mais vivo enquanto desafio é fundamental que conheçamos um pouco dessa história em nosso país.

É de **Andressa Pellanda** e de **João Francisco Resende** dois bons trabalhos sobre a história dos conteúdos de política em nossas políticas públicas de educação no Brasil. Note que a sala de aula, em regimes não democráticos, trabalhava para legitimar governos. Mas como já dissemos: isso é comum, infelizmente,

Texto de ESTRAMANHO



https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=1893b-872-84fb-cf9e-d835-25b1c-f469117&groupId=265553



LEIA O QR CODE
OU CLIQUE PARA
VER O TEXTO.

em diversos instantes da história e locais do planeta. Perceba, ainda assim, o esforço para a construção de currículos democráticos de acordo com os autores, bem como perceba os desafios que ainda temos pela frente.

Diante de tais trabalhos, que merecem aprofundada leitura, fica a questão: devemos então ter uma disciplina específica sobre política nos currículos escolares? Ou conteúdos desenhados transversalmente e capazes de estarem presentes em diferentes instantes e realidades? Essa é a provocação de **Rodrigo Estramanho** em seu trabalho sobre as formas sob as quais essa educação deve ser garantida. O debate ainda se encontra aberto, é desafiador, não pode ser abandonado e carrega consigo a urgência de quem deseja fortalecer diariamente a Democracia. Ele não se restringe a esse artigo, mas aqui o autor dá forma a provocações substanciais e profícuas.

A despeito das formas, uma coisa é fato: até mesmo os jovens entendem que é na escola que a política precisa estar, reforçado por dezenas de pesquisas, como aquelas apresentadas por **Humberto Dantas e Rodrigo Estramanho**, bem como por **Beatriz Pedreira**. As ideias de tais autores merecem atenção:

Texto de DANTAS e ESTRAMANHO



https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=4d0fb668-dbe9-a828-fcf-12bbce2a68cbb&groupId=265553



LEIA OS QR CODES
OU CLIQUE PARA
VER OS TEXTOS.



Texto de PEDREIRA



https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=4d0fb668-dbe9-a828-fcf-12bbce2a68cbb&groupId=265553

Assim, com base em tal realidade, restaria perguntar: mas o que exatamente devemos entender por Educação Política? É aqui que nos deparamos com definições conceituais que merecem atenção, trazidas pelos textos de **Luiza Jardim, Myla Fernandes, Rildo Cosson e Alexandro Santos**. A despeito de distintos enfoques, existe um compromisso desses agentes com uma percepção do quão relevante é educar politicamente para a consolidação da democracia em nosso país.



Texto de
JARDIM



https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2020/09/revista_parlamento_e_sociedade_v6_n11.pdf

Texto de
FERNANDES



Texto de
SANTOS

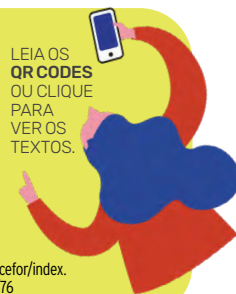


Texto de
COSSON



<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/90/76>

LEIA OS
QR CODES
OU CLIQUE
PARA
VER OS
TEXTOS.



Diante de tamanha certeza, e dos esforços empregados aqui, torna-se essencial a apresentação de nossos objetivos com essa obra. Para explicar melhor o que faremos, nos ancoramos na obra de **Humberto Dantas** sobre Educação Política. É a partir daqueles achados que devemos garantir o compromisso da escola com a formação política, desde que levado adiante sob a lógica da ética suprapartidária para a valorização da democracia. Para muitos, tal conceito é utópico, pois seria impossível garantir neutralidade ideológica sob qualquer debate dessa natureza. Não acreditamos em algo tão radical. A nós parece possível sim falarmos de política respeitando diferentes pontos de vista, abrindo as mentes para a diversidade e para o debate.



LIVRO DE
DANTAS
SOBRE
EDUCAÇÃO
POLÍTICA.



LEIA O QR CODE
OU CLIQUE PARA
VER O LIVRO.



<http://www.votoconsciente.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Livro-EducacaoPolitica-completo.pdf>

É o que faremos aqui. Seguindo um roteiro que busca ser responsável, sério, sólido, mas ao mesmo tempo bem-humorado, fácil de ler e moderno. Simples, sem ser simplório. Provocativo, sem ser tendencioso. E absolutamente desejoso de ser levado aos quatro cantos desse país por educadores compromissados e democráticos.

A obra que se inicia aqui deve ser lida e explorada por professores e seus alunos. Dividida em duas partes, com nove tópicos cada, que contém em média três páginas de definições que sempre serão ilustradas por referências

externas que levem o leitor para além dessas páginas. Queremos mesmo que as pessoas cliquem nos links apresentados, naveguem por outros mares e voltem depois de experiências e provocações. As gerações mais atuais não se prendem mais às páginas de um único roteiro. Os autores aqui dialogarão com essas percepções, sentimentos e sensações diversificados. E ficará nítido que não existe pergunta que não mereça atenção quando o assunto é política e formação para o exercício consciente da Democracia.

Começaremos a **Parte 1** desde livro falando da Grécia Antiga e do conceito basilar de Democracia. Como os antigos viviam esses princípios e como seus valores nos caracterizam ainda hoje? Em seguida, passaremos à Roma e aos ideais de república. Não se trata aqui, importante salientar, de pensarmos num roteiro histórico, ou numa aula de História. O objetivo aqui é político, conceitual, capaz de descrever mais as instituições que os fatos encadeados em ordem cronológica. Adiante, na terceira parte, falaremos sobre o “bem comum” no pensamento cristão, para discutirmos a quebra de paradigmas trazidas adiante pelo pensamento pragmático de Maquiavel no século XVI. De lá rumaremos ao contratualismo e ao iluminismo, mesclando aspectos históricos e filosóficos, típicos da formação política mais conceitual. Chegaremos, já na parte sete, aos ideais das revoluções ocorridas na França e nos Estados Unidos no século XVIII, desembocando nos desafios da Revolução Industrial e nas divisões que se tornavam nítidas em termos ideológicos no século XIX. Fechamos esse Submódulo com os pilares da Cidadania e os desfechos associados aos Direitos Humanos e o Estado Democrático.

Na **Parte 2**, nossa discussão se desloca para a construção da cidadania e da democracia no Brasil, desde o contexto de formação de uma sociedade escravista, passando então pelas características das primeiras constituições, de 1824 e 1891, e as restrições impostas em ambas aos direitos dos brasileiros. Depois, procuraremos refletir sobre os movimentos sociais em torno dos direitos civis e políticos no período conhecido como Primeira República (1889-1930), para então ingressar na cidadania regulada da Era Vargas (1930-1945) e na experiência democrática do contexto entre 1946 e 1964. O passo seguinte se refere ao período da chamada Ditadura Militar e a restrição nos direitos de cidadania, até chegarmos ao processo de redemocratização, seus impactos sociais e políticos, bem como um balanço sobre a construção da cidadania no Brasil.

Esperamos que esse roteiro cumpra seu compromisso formativo, mas principalmente o desafio de respeitosa e provocador os leitores, respeitando diversidades ideológicas, debates sólidos e o desafio de amadurecimento político essencial aos dias atuais.

Para o Professor •

Este Livro, a BNCC e o ENEM

Este livro permite aos estudantes apropriarem-se dos conceitos fundamentais da construção histórica e política da democracia e da cidadania, tanto da perspectiva da sociedade ocidental quanto do processo especificamente brasileiro. A proposta é que por meio de estratégias distintas como vídeos, textos, hiperlinks e aplicativos sugeridos, os jovens sejam instados a refletir sobre a importância desses conceitos e do papel que cada um deles possui na própria construção contemporânea do Estado, da democracia e da cidadania.

Assim, por meio dele, pretende-se contribuir para o desenvolvimento das seguintes **COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

No que se refere às **COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO**, e suas respectivas **habilidades**, acreditamos que o livro permite um diálogo com as seguintes:

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO	HABILIDADES
<p>1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.</p>	<p>(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.</p> <p>(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/ desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.</p>
<p>5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.</p>	<p>(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.</p>

5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.

(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

O projeto do livro assegura uma relação interativa com os conteúdos, já que os estudantes podem construir os seus roteiros por meio dos vídeos, textos, hiperlinks e, também, pelas questões do **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)** que tenham abordado as temáticas aqui apresentadas.

A intenção é que ele seja um instrumental de **EDUCAÇÃO POLÍTICA**, mas que também contribua para a **FORMAÇÃO DO SUJEITO** como estudante autônomo, reflexivo e que busque conhecimento, conforme propõe a BNCC. Por fim, este Projeto do RenovaBR também se enxerga como uma ferramenta a mais que ajude os estudantes na busca de sua **PREPARAÇÃO** para os desafios dos vestibulares e, principalmente, do ENEM, já que o acesso por uma oportunidade no Ensino Superior é uma das principais motivações dos jovens durante sua formação na fase final da Educação Básica.

Assim, buscamos oferecer neste livro 3 pilares fundamentais:

1. a Educação Política, como foco principal e preocupação mais importante;
2. a formação do sujeito para a vida em sociedade a partir das referências significativas da BNCC; e, por fim,
3. um reforço na preparação dos estudantes para os exames vestibulares e, principalmente, o ENEM.

Este é o nosso propósito e o nosso convite!





PARTE 1
**A DEMOCRACIA E
A CIDADANIA NO
MUNDO OCIDENTAL**





1. GRÉCIA ANTIGA E DEMOCRACIA

É frágil a ideia de uma Grécia concebida aos moldes daquilo que entendemos como Estados-Nação. Esse conceito é novo demais quando olhamos para a História e para a Antiguidade. A Grécia era um conjunto de Cidades-Estados com autonomia, independência, interesses distintos e palcos de conflitos e guerras. Atenas, a mais famosa das cidades, vivia às turras com Esparta, por exemplo. Ambas são retratadas nos livros de História de formas distintas. Os conflitos eram diversos e pareciam inevitáveis. O mais famoso deles foi a Guerra do Peloponeso – de 431 a.C. a 404 a.C. Para entender de forma simples e bem-humorada as diferenças entre essas cidades, assista ao **vídeo**:



GRÉCIA ANTIGA
=
ATENAS



VÍDEO
ATENAS X ESPARTA |
GRÉCIA ANTIGA
<https://www.youtube.com/watch?v=D8r9y2lBvIw>



LEIA O QR CODE OU
CLIQUE PARA VER O VÍDEO.



A despeito do quanto romantizamos a história da Democracia a partir de Atenas, alguns pontos são importantes. O que vigorava ali era uma diferença expressiva entre a condição ampla de habitante e restrita de cidadão. Cidadãos participavam das reuniões em praça pública para a tomada de decisões. Basta aqui que você se recorde dos livros de História – “Atenas foi o berço da Democracia, em praça pública o cidadão definia o destino da cidade”. Não era isso que estava escrito? Pois bem: cidadãos participavam de decisões, mas quem eram os cidadãos? Os homens - excetuamos aqui as mulheres -, livres - retirando daqui os escravos -, nascidos na cidade - recolhemos os estrangeiros -, e capacitados formalmente para o exercício da política. Lembrem nesse último caso da citação a Aristóteles na Introdução do nosso material. Pronto! Esses podiam participar.

Se podiam atuar politicamente de maneira ativa uma coisa precisa ser dita: havia uma tentativa de criação de um senso de pertencimento e responsabilidade. A política era tão expressiva na vida desses indivíduos que o famoso filósofo Platão chega a registrar lamentos associados à ideia de que a Economia estava ficando em segundo plano, enquanto a Política desviava a atenção dos homens. Difícil de acreditar, mas era um sentimento presente à época.

Pense como ateniense apto à atuação política: “eu vou à praça para a tomada de decisões associadas à realidade de minha cidade. Pertencço a isso e sou responsável por isso”. Aqui está o núcleo central da ideia de Democracia – um governo que busca incluir e responsabilizar, sendo reconhecido como DO povo, PELO povo e PARA o povo. É isso que encontramos nos dicionários.

O conceito deve sempre ser carregado de perguntas adicionais. Mas quem é POVO? E quais os limites do ESTADO na vida desse povo? São duas questões essenciais, sobretudo porque a ideia de povo varia de maneira significativa ao longo da História. Hoje a noção de Democracia nos leva a ampliar demais essa concepção. Povo é, literalmente, “todo mundo”, ou a quase totalidade de pessoas que vivem uma determinada realidade, a qual chamamos de sociedade. As barreiras e distinções aqui são mínimas, sendo idade e nacionalidade as principais delas. Em resumo, participa politicamente de uma sociedade democrática os nativos – e obviamente existem exceções que incluem os estrangeiros pelo mundo – a partir dos 18 anos a despeito de condições educacionais, econômicas e etárias. No Brasil, caso raro no planeta, jovens de 16 anos já podem votar.

Votar? Isso mesmo: a principal forma de incluir pessoas em sociedades democráticas deixou de ser a atuação em praça. Volumes imensos de

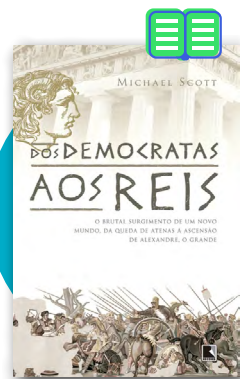
cidadãos, territórios gigantes, desigualdades de condições, complexidade da administração pública e uma vida extremamente individualizada explicam essa característica de “terceirização da atuação política”.

Assim, o desenvolvimento da Democracia, a partir de uma retomada marcada pela repartição dos poderes, ocorreria sob o formato de uma lógica Representativa, e não Direta como em Atenas. Escolhemos representantes e delegamos a eles o direito de formularem o universo a nossa volta. Isso mais de um milênio depois de assistirmos à derrocada de Atenas alguns séculos antes de Cristo, ao fim da República Romana e aos séculos de ausência de qualquer modelo fundamentado na ideia de democracia vindos posteriormente, sobre os quais falaremos adiante. As ideias que mobilizaram a separação dos poderes, sobretudo entre Legislativo e Executivo, só apareceriam com vigor no século XVII, pela obra seminal de John Locke. Voltaremos nesse agente em algum instante de nossa formação, mas é importante salientar que essa concepção de representação política está em crise.

Você viveu o movimento #nãomerepresenta que ganhou força em 2013? Pois sabia que desde os anos 90 do último século falamos em declínio da Democracia Representativa, sendo o grande desafio pensar numa lógica de inclusão e ampliação da participação das pessoas nas tomadas de decisões? A isso damos o nome de Democracia Participativa.

Exemplos aqui não faltam, mas fiquemos com o que existe de mais essencial nesse nosso começo: Atenas nos ensinou algo sobre a ideia de Democracia. Para muitos era uma forma ideal de convivência, mas para os nossos padrões atuais é inconcebível a exclusão das mulheres e os critérios utilizados à época para participação em praça. Ademais, Atenas não era considerada uma cidade estável do ponto de vista político. As discussões, deliberações e definições levavam a revisões decisórias que por vezes colocava a cidade diante de “incidentes diplomáticos”, digamos assim. Para ter uma ideia mais evidente do que estamos dizendo aqui pode ser interessante a leitura de um bom livro. Gosta? Pois bem, procure a obra de Michael Scott: *Dos democratas aos Reis* - O brutal alvorecer de um mundo, da queda de Atenas à ascensão de Alexandre, o Grande.

Note, pelo título, que a cidade da Democracia vai sucumbir à força de Alexandre, o Grande, criador de um dos maiores impérios do mundo antigo, capaz de abarcar territórios da Grécia ao Egito, e rumar para parte da Índia. Mas isso não nos importa aqui. A despeito das instabilidades do mundo político ateniense, dos lamentos de



Platão, das dificuldades econômicas e da não inclusão de partes da sociedade em dimensões inconcebíveis aos tempos atuais, Atenas nos deixou uma lição. O sentimento de pertencimento e responsabilidade à coisa pública eram absolutamente fundamentais para a criação da ideia de sociedade governada por seu povo, pelo seu povo e para o seu povo.

Resta, no entanto, explorar ainda a ideia de concepção do Estado. Se governamos, temos como objetivo a construção de regras, direitos, leis e fundamentos capazes de nos guiarem. Mas quais os limites desses regramentos para a nossa vida? Isso depende da concepção de Estado que temos sobre nós. Um Estado mais amplo, capaz de nos conduzir sob a lógica clássica da Cidadania, terá responsabilidade sobre aspectos civis, políticos e sociais, por exemplo. Não somos obrigados a dizer que cabe ao Estado delimitar nossa liberdade de expressão, nosso direito ao voto e nosso acesso aos serviços públicos de saúde de maneira universal. Mas numa sociedade democrática podemos estabelecer

limites para tais coisas e colocar sob a responsabilidade do Estado essas questões. Por direitos civis entendemos as questões de direitos individuais e coletivos. Por direitos políticos em democracias representativas os direitos universais de escolhermos e sermos escolhidos para postos de representação. Por direitos sociais a possibilidade de partilharmos da herança pública, ou seja, dividirmos aquilo que entendemos que a nós pertence – saúde, educação, meio ambiente, transporte, emprego etc. Quer deixar isso evidente e concreto? Pois leia o documento que norteia a ideia de Estado democrático brasileiro, pactuado ao longo dos anos de 1987 a 1988, tendo como resultado, exatamente, a **Constituição Federal de 1988**.

Leia os artigos 5º com as noções elementares e basilares dos direitos civis – individuais e coletivos –, os artigos 6º a 11º tratando dos direitos sociais e os artigos 14º a 16º que indicam nossos direitos políticos. Divirta-se, e voltaremos nisso mais adiante, tenha certeza.

Não concorda com algo? Acha exagerado ou acanhado? Lute. Mude. Numa sociedade democrática somos livres para defender ou criticar algo, para restringir ou ampliar, lembrando que essa liberdade de expressão também tem limites. Para entendê-los, volte no artigo 5º da Constituição, e a partir dele, pense em quantos movimentos sociais existem batalhando pela manutenção, redução e ampliação de direitos. Aderir a uma causa é se responsabilizar e pertencer. Pronto. As lições atenienses da Grécia Antiga fincaram os pés na nossa realidade.

CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988



LEIA O QR CODE OU
CLIQUE PARA VER O SITE.



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. O que está em crise no mundo atualmente? A Democracia enquanto um valor ou a representação política que costumamos chamar de democrática?

2. O texto faz referência a uma série de direitos, e diz que se discordamos de algo devemos lutar para mudar. Com base no que temos em termos de direitos: até onde somos livres para agir, para nos expressarmos verbalmente e onde devemos ter em mente que ultrapassamos o limite da lei?



✓ QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2020)

Na Grécia, o conceito de povo abrange tão somente aqueles indivíduos considerados cidadãos. Assim é possível perceber que o conceito de povo era muito destrutivo. Mesmo tendo isso em conta, a forma democrática vivenciado experimental da presidência dos atenienses no século IV e V a.C. pode ser caracterizada, fundamentalmente, como direta.

MANDUCO, A. *Ciência Política*. São Paulo: Saraiva, 2011.

Naquele contexto, a emergência do sistema de governo mencionado no excerto promoveu o(a)

- a) competição para escolha de representantes.
- b) campanha pela revitalização das oligarquias.
- c) estabelecimento de mandato temporário.
- d) declínio da sociedade civil organizada.
- e) participação no exercício do poder.

2. (Enem 2015)

O que implica o sistema pólis é uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. A palavra constitui o debate contraditório, a discussão, a argumentação é a polêmica. Torna-se a regra do jogo intelectual, assim como do jogo político.

VERNANT, J. P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992 (adaptado).

Na configuração política da democracia grega, em especial a ateniense, a ágora tinha por função:

- a) agregar os cidadãos em torno de reis que governavam em prol da cidade.
- b) permitir aos homens livres o acesso as decisões do Estado expostas por seus magistrados.
- c) construir o lugar onde o corpo de cidadãos se reunia para deliberar sobre a questão da comunidade.
- d) reunir os exércitos para decidir em assembleias fechadas os rumos a serem tomados em caso de guerra.
- e) congregar a comunidade para eleger representantes com direito a pronunciar-se em assembleias.

3. (Enem 2014)

TEXTO I

Olhamos o homem alheio às atividades públicas não como alguém que cuida apenas de seus próprios interesses, mas como um inútil; nós, cidadãos atenienses, decidimos as questões públicas por nós mesmos na crença de que não é o debate que é empecilho à ação, e sim o fato de não se estar esclarecido pelo debate antes de chegar a hora da ação.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1987 (adaptado).

TEXTO II

Um cidadão integral pode ser definido nada menos que pelo direito de administrar justiça e exercer funções públicas; algumas destas, todavia, são limitadas quanto ao tempo de exercício, de tal modo que não podem de forma alguma ser exercidas duas vezes pela mesma pessoa, ou somente podem sê-lo depois de certos intervalos de tempo prefixados.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1985.

Comparando os textos I e II, tanto para Tucídides (no século V a.C.) quanto para Aristóteles (no século IV a.C.), a cidadania era definida pelo(a):

- a) prestígio social.
- b) participação política.
- c) acúmulo de riqueza.
- d) local de nascimento.
- e) grupo de parentesco.

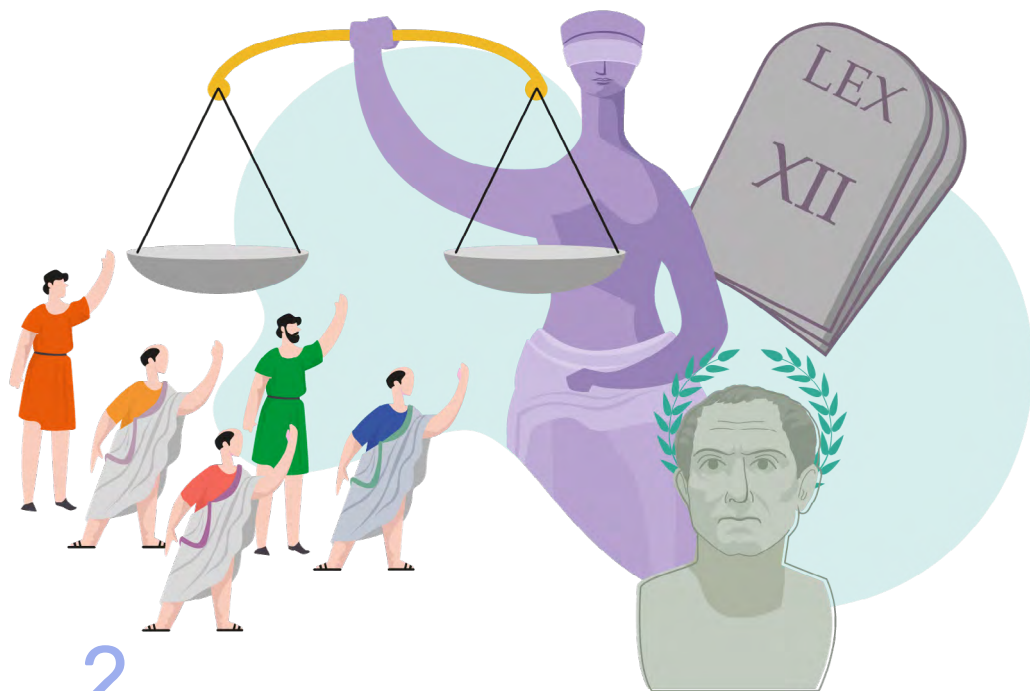
4. (Enem 2009)

Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais —, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas”.

VAN ACKER, T. *Grécia. A vida cotidiana na cidade-Estado*. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra *Política*, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania:

- a) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- b) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
- c) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.
- d) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
- e) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.



2. ROMA E A IDEIA DE REPÚBLICA

○ conceito de República é muito citado nas discussões políticas contemporâneas. É bastante comum observarmos jornalistas, intelectuais, comentaristas ou líderes políticos falarem em “valores republicanos e democráticos” ou “direitos garantidos pela República”, por exemplo. Mas o que isso significa? Por que a ideia de uma República é tão valorizada? Qual a relação entre República e democracia? Quando a ideia de República surgiu e o que ela carrega?

O conceito de República nasceu na Roma Antiga, no fim do século VI a.C. Rompia-se, naquele momento, com a Monarquia que governou a cidade-Estado de Roma nos seus pouco mais de dois séculos de existência (entre 753 e 509 a.C.), e instalava-se o governo dos cidadãos, a *res publica*, ou seja, a “coisa pública”. Com ela, surgia a noção de que o governo deveria servir ao bem comum. Os governantes deveriam ser eleitos entre os cidadãos e seus mandatos serem limitados a um determinado tempo. Assim, a razão da existência da República seria os interesses dos cidadãos, expressos em leis, que representariam a vontade popular.

Sobre o nascimento da República em Roma, você pode assistir essa **vídeo-aula** da Oficina do Estudante, onde a professora Maiara esclarece o processo que deu origem à República e as razões dos conflitos que vieram a seguir e que são base para entendermos os passos seguintes da nossa discussão aqui:



VÍDEO
REPÚBLICA EM ROMA

<https://www.youtube.com/watch?v=G4aGw84PvDs>



LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA VER O VÍDEO.

A questão, entretanto, era que o direito de cidadania no nascimento da República romana era bastante restrito. Referia-se exclusivamente aos chamados patrícios, considerados descendentes dos fundadores da cidade de Roma e proprietários das terras. A maioria dos habitantes da cidade, chamados de plebeus, era composta por pessoas despossuídas e que viviam do seu trabalho nas terras patrícias ou de atividades comerciais. Além disso, eram fundamentais na infantaria do exército romano, que ia se tornando cada vez mais poderoso e decisivo para a política expansionista que a elite patrícia pretendia levar a diante.

Assim, quando foi fundada em 509 a.C., a República romana era na verdade uma oligarquia, com o poder concentrado nas mãos da elite patrícia, que o exercia a partir do Senado e dos cargos magistrados, todos eles exclusivamente patrícios. Estes governavam Roma para a manutenção dos seus poderes, aplicando as leis, que não eram ainda escritas, para garantir seus interesses em detrimento dos plebeus. Muitos desses plebeus foram, inclusive, submetidos à condição de escravizados, conforme determinava a legislação romana para aqueles que não conseguiam pagar suas dívidas.

Por outro lado, desde o início da República, os plebeus lutaram pela conquista, manutenção e ampliação de direitos. O novo regime político e suas promessas motivavam as camadas sociais mais desfavorecidas a buscar essas garantias. Em 494 a.C., a primeira conquista veio com a criação de um cargo magistrado de representação plebeia, era o Tribuno da Plebe, eleito pela assembleia dos plebeus. Em 450 a.C., os plebeus se mobilizaram e garantiram a criação da chamada Lei das Doze Tábuas: pela primeira vez na história romana havia um código de leis escrito que os juízes deveriam seguir

e todas as pessoas teriam acesso ao conhecimento dessas leis. Dessa forma, os plebeus conseguiram garantir alguma melhoria no acesso a julgamentos mais justos e menos tendenciosos em favor dos patrícios, especialmente no que se referia à escravização por dívidas.

Em 445 a.C., a Lei Canuleia aprovada no Senado permitiu o casamento entre patrícios e plebeus, abrindo assim a possibilidade de que plebeus mais enriquecidos, especialmente nas atividades de comércio, desprezadas pelos patrícios, pudessem ingressar nas famílias patrícias e garantir direitos de cidadania a seus descendentes. Abria-se espaço na oligarquia romana para a entrada dos plebeus ricos. Mas foi com as Leis Licínias, de 367 a.C., que as conquistas plebeias se ampliaram significativamente, com o fim da escravização por dívidas e o acesso de plebeus aos cargos magistrados antes reservados exclusivamente aos patrícios.

Portanto, ao longo dos primeiros 150 anos da história republicana romana, a mobilização plebeia levou a um aumento das garantias de cidadania dessa camada social. Claro que os cargos principais da República, especialmente no Senado, continuaram sendo dominados pelos patrícios, mas as leis conquistadas pelos plebeus lhes colocavam em situação muito melhor do que no momento de início do governo republicano. Os historiadores, em geral, consideram que essas conquistas estavam muito associadas ao papel central dos plebeus nas forças armadas de Roma. Ao longo desse período, as conquistas militares se ampliaram. Com acesso a mais terras e povos escravizados, os patrícios foram sendo pressionados a ceder garantias aos plebeus, fundamentais nesse processo de expansão romana.

Esse aumento dos direitos, porém, encontrava um limite claro: o acesso à posse de terras. Por ser a base da condição social dos patrícios, o acesso a terras, especialmente as mais férteis, era garantida a eles, mesmo no contexto de expansão militar da República romana. Essa situação preservava a distribuição



da riqueza e mantinha os patrícios na situação privilegiada que haviam atingido no momento da instalação da República. Um movimento social pela reforma agrária liderado pelos irmãos Tibério e Caio Graco, Tribunos da Plebe na segunda metade do século II a.C., foi duramente reprimido pelos patrícios, levando a morte dos Graco e de muitos dos seus seguidores.

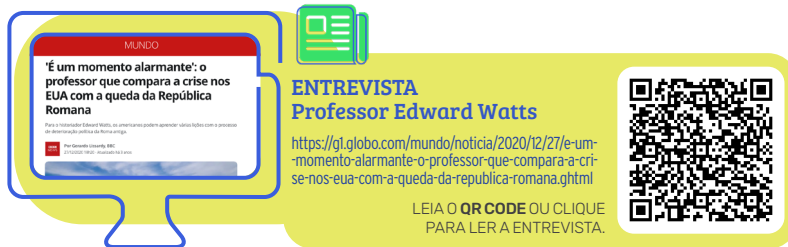
Foi esse limite na expansão dos direitos dos plebeus que acabou por colocar a República diante de uma crise política de grandes proporções entre fins do século II e ao longo do século I a.C. Incapaz de manter o controle político da sociedade, os senadores foram, cada vez mais, entregando o controle da República aos generais do Exército romano. Eles tinham maior capacidade de controle das mobilizações populares dos plebeus, pois os lideravam nos campos de batalha e eram respeitados por isso.

Entretanto, a essência da ideia de República foi se perdendo, com o poder cada vez mais concentrado nas lideranças das Forças Armadas e no enfraquecimento das instituições republicanas, subordinadas pelo poder militar. Os cargos magistrados mais importantes foram sendo exercidos por militares, que passaram a governar de forma que se aproximava de um regime ditatorial. Destacou-se, nesse contexto, o período de governo do General Caio Júlio Cesar, que governou Roma como ditador entre 52 e 44 a.C., com forte apoio da plebe romana, pois praticava uma política de ampliação de benesses sociais, mas sem garantia de ampliação dos direitos de cidadania aos plebeus.

Após seu assassinato, praticado por representantes do Senado, Roma viveu um longo período de guerra civil, onde generais disputaram o poder, até que Otávio, em 31 a.C. derrotou Marco Antonio e se tornou o “primeiro-cidadão” de Roma. Na prática, Otávio passou a governar como um imperador e as instituições republicanas sucumbiram, tornando-se meramente consultivas e sem poder real.

A promessa de uma República, de interesse ao bem comum e de garantia dos direitos dos cidadãos esbarrou no conflito político de ampliação do acesso a esses direitos pelos plebeus, especialmente no que se refere aos direitos sociais, de melhor partilha da riqueza produzida ou conquistada pelos romanos. A promessa de democracia não se realizou, em que pese o avanço de conquistas que os plebeus conseguiram ao longo do período republicano. Entretanto, a ideia de uma República democrática continuou a alimentar as lutas políticas do Ocidente desde então, sendo a referência do constructo político romano muito importante para os projetos que vieram nos séculos posteriores.

Para se ter uma ideia da importância dessa discussão sobre a crise da República romana e como ela pode ser parte de uma reflexão sobre o cenário contemporâneo, leia a entrevista do historiador da Universidade da Califórnia, Estados Unidos, Edward Watts. Nela, o professor apresenta elementos de comparação entre a crise da República romana e a crise da democracia nos Estados Unidos após a derrota de Donald Trump, candidato à reeleição para presidente do país em 2020. Entre as reações violentas à sua derrota ocorreu a invasão do Capitólio, sede do Poder Legislativo dos Estados Unidos, por militantes trumpistas, em janeiro de 2021. Na **entrevista** o professor Watts estabelece comparações e procura discutir a crise nos Estados Unidos a partir das experiências vividas pela queda da República em Roma:



MUNDO

É um momento alarmante: o professor que compara a crise nos EUA com a queda da República Romana

Para o historiador Edward Watts, as eleições presidenciais americanas refletem uma crise de legitimidade política da América.

ENTREVISTA
Professor Edward Watts

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/27/e-um-momento-alarmante-o-professor-que-compara-a-cri-se-nos-eua-com-a-queda-da-republica-romana.ghtml>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA LER A ENTREVISTA.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. O conceito de República continua sendo fundamental nos tempos contemporâneos. O que podemos apreender do período romano antigo que possa ser útil atualmente?
2. No que se refere às conquistas de cidadania, como a história romana pode nos ser inspiradora para pensar questões contemporâneas na República brasileira?



1. (Enem 2017)

TEXTO I

Sólón é o primeiro nome grego que nos vem à mente quando terra e dívida são mencionadas juntas. Logo depois de 600 a.C., ele foi designado “legislador” em Atenas, com poderes sem precedentes, porque a exigência de redistribuição de terras e o cancelamento das dívidas não podiam continuar bloqueados pela oligarquia dos proprietários de terra por meio da força ou de pequenas concessões.

FINLEY, M. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013 (adaptado).

TEXTO II

A “Lei das Doze Tábuas” se tornou um dos textos fundamentais do direito romano, uma das principais heranças romanas que chegaram até nós. A publicação dessas leis, por volta de 450 a.C., foi importante, pois o conhecimento das “regras do jogo” da vida em sociedade é um instrumento favorável ao homem comum e potencialmente limitador da hegemonia e arbítrio dos poderosos.

FUNARI, P. P. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2011 (adaptado).

O ponto de convergência entre as realidades sociopolíticas indicadas nos textos consiste na ideia de que a

- a) criação de normas coletivas diminuiu as desigualdades de tratamento.
- b) discussão de preceitos formais estabeleceu a democracia.
- c) invenção de códigos jurídicos desarticulou as aristocracias.
- d) formulação de regulamentos oficiais instituiu as sociedades.
- e) definição de princípios morais encerrou os conflitos de interesses.

2. (Enem 2013)

Durante a realeza, e nos primeiros anos republicanos, as leis eram transmitidas oralmente de uma geração para outra. A ausência de uma legislação escrita permitia aos patrícios manipular a justiça conforme seus interesses. Em 451 a.C., porém, os plebeus conseguiram eleger uma comissão de dez pessoas – os decênviros – para escrever as leis. Dois deles viajaram a Atenas, na Grécia, para estudar a legislação de Sólon.

COULANGES, F. *A cidade antiga*. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

A superação da tradição jurídica oral no mundo antigo, descrita no texto, esteve relacionada à

- a) adoção do sufrágio universal masculino.
- b) extensão da cidadania aos homens livres.
- c) afirmação de instituições democráticas.
- d) implantação de direitos sociais.
- e) tripartição dos poderes políticos.

3. (Enem 2000)

“Somos servos da lei para podermos ser livres.” Cícero.

“O que apraz ao príncipe tem força de lei.” Ulpiano.

As frases acima são de dois cidadãos da Roma Clássica que viveram praticamente no mesmo século, quando ocorreu a transição da República (Cícero) para o Império (Ulpiano). Tendo como base as sentenças acima, considere as afirmações:

- I. A diferença nos significados da lei é apenas aparente, uma vez que os romanos não levavam em consideração as normas jurídicas.
- II. Tanto na República como no Império, a lei era o resultado de discussões entre os representantes escolhidos pelo povo romano.
- III. A lei republicana definia que os direitos de um cidadão acabavam quando começavam os direitos de outro cidadão.
- IV. Existia, na época imperial, um poder acima da legislação romana.

Estão corretas, apenas:

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) II e IV.
- e) III e IV.



3. O BEM COMUM E O PENSAMENTO POLÍTICO CRISTÃO

Você é daqueles que acreditam que religião e política não podem se misturar? Ou você defende que o pensamento religioso tem contribuições importantes a dar na construção de um projeto político mais humanizado? Este debate, que está presente entre nós de forma significativa nos tempos recentes, não é novo. O papel da religião na organização da vida política, na construção dos modelos de Estado e de governo e mesmo na forma e concepção de direitos dos indivíduos é algo que esteve sempre presente na discussão sobre as formas de organização da vida em sociedade.

Sobre esses vínculos entre religião e política, sugerimos a [entrevista](#) concedida pelo teólogo iraniano Reza Aslan. Nela, ele comenta sobre o seu livro lançado em 2018, cujo título é “Deus, uma história humana”, onde o autor desenvolve argumentos sobre o papel das religiões na formação das sociedades, inclusive nas suas características políticas. Vale muito a pena conferir:



ENTREVISTA
Teólogo Reza Aslan

<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582609-religiao-e-politica-se-misturam-desde-sempre-afirma-teologo>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA LER A ENTREVISTA.

No mundo ocidental, esta presença da religião na política se intensificou sobremaneira no período conhecido como Idade Média. Mais ou menos entre os séculos V e XV, portanto entre o fim do Império Romano até a eclosão da Era Moderna – caracterizada pelo Renascimento Cultural, pela formação das *Monarquias Nacionais* e pela Expansão Ultramarina – a Europa ocidental viveu um contexto de enfraquecimento das autoridades políticas centralizadas, de concentração da vida no espaço rural, de fortalecimento dos laços de fidelidade e de consanguinidade e de aumento da autoridade da única instituição que sobreviveu à decadência do Império Romano, a Igreja Cristã.

Nos primeiros cinco séculos desse momento histórico, conhecido como Alta Idade Média (entre os séculos V e X), as migrações dos chamados povos germânicos para as áreas do antigo Império Romano e os ataques dos povos árabes islâmicos impuseram a derrota definitiva do poder centralizado, o surgimento do feudalismo, com a consolidação de uma sociedade hierarquizada e justificada pelo poder clerical, já que a Igreja se tornou a principal autoridade naquele contexto de instabilidade política e social. O pensamento político, portanto, vai expressar essa dupla dimensão: a instabilidade sócio-política e a força do poder espiritual da Igreja. É nesse contexto que ocorre a consolidação da filosofia social e política conhecida como Patrística.

Este pensamento estava fortemente fundamentado na ideia da construção de um bem comum ao mundo cristão. A ideia de cidadania antropocêntrica da Antiguidade greco-romana foi substituída pelo pertencimento à cristandade, fundamentada na fé. O cristianismo, por isso, pressupunha naquele contexto a subordinação do poder temporal (exercido pelos seres humanos) ao poder espiritual (representativo da vontade de Deus na Terra). O marco fundamental dessa ideia se deu com a coroação de Carlos Magno como imperador do Sacro Império Romano Germânico pelo Papa Leão XIII, no natal do ano de 800. Essa coroação representava que, dali em diante, os chefes do poder temporal no mundo cristão seriam legitimados pela Igreja, a representante de Deus na vida mundana. A força desse pressuposto se impôs na Europa ocidental até a ascensão de Napoleão

Bonaparte, o primeiro imperador europeu de país católico a não receber a coroação do Papa em mais de mil anos, já que ele se autocorouou em 1806.

Assim, os líderes políticos da Idade Média passaram a ser investidos de poder pela Igreja, o que tornava o questionamento de sua autoridade um pecado e uma prova de infidelidade a Deus por parte dos fiéis. Como já advertia a Epístola de Paulo aos Romanos:



“Que toda a pessoa se submeta às autoridades superiores; porque não existe autoridade que não venha de Deus e as autoridades que existem foram instituídas por Deus. É por isso que aquele que resiste à autoridade resiste à ordem que Deus estabeleceu e aqueles que resistem atrairão uma condenação sobre si próprios. Desejas não temer a autoridade? Pratica o bem e terás a sua aprovação. O magistrado é servidor de Deus para teu bem”.

O líder político seria alguém determinado por Deus, logo o respeito a essa autoridade era transformada numa obediência cívica e divina. Este é o princípio fundamental do pensamento político cristão na Idade Média e seus pensadores se mantiveram fiéis, sendo Agostinho, Bispo de Hipona, o mais importante entre os pensadores patrísticos.

Produzida no século V, num contexto de grandes transformações, como o fim do Império Romano, a obra de Agostinho foi uma tentativa bem sucedida de aliar o pensamento de Platão com a teologia cristã. Na sua concepção, a sociedade humana se dividia entre aqueles que viviam na “cidade dos homens”, fundamentada no orgulho próprio, e na “cidade de Deus”, onde os seres humanos renunciam a si mesmos para servir ao criador. O triunfo da cidade de Deus seria inevitável, mas esse processo ainda implicaria numa intensa luta, política inclusive, entre as duas formas de vida, sendo que a luta para o triunfo da cidade de Deus, seria uma guerra justa. A visão política de Agostinho, portanto, concebe uma forma teocrática de poder, onde a Igreja Cristã possui toda a legitimidade de jurisdição sobre a organização social e política para garantir o sucesso da cidade de Deus.

A partir do século XI, com as transformações propiciadas pelo avanço dos chamados renascimentos comercial e urbano, a Europa ocidental vivenciou um processo de expansão feudal, com a retomada do contato com o Oriente. Paralelamente, a Igreja Cristã acabou separando-se por conflitos teológicos e políticos entre Roma e Bizâncio. Em 1054, surgiram a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Cristã Ortodoxa Bizantina. Com isso, na Europa ocidental, a Igreja Católica procurou reforçar o seu poder, com reformas internas e a criação do Tribunal do Santo Ofício, e se aproximar das novas ideias que surgiam naquele contexto de expansão comercial e urbana.

É em função desse novo cenário que surgiu a reflexão filosófica chamada de Escolástica, cujo principal pensador foi Tomás de Aquino. A concepção escolástica pretendia demonstrar, por meio de raciocínio lógico e formal, a autenticidade dos dogmas cristãos. Por isso, essa concepção dos escolásticos se aproximava mais do pensamento de Aristóteles e de outros pensadores da Antiguidade do que anteriormente faziam as reflexões dos patrísticos.

Tomás de Aquino tinha uma visão mais positiva dos seres humanos do que Agostinho. Segundo ele, apesar de caído no pecado, o ser humano era capaz de, por meio da razão, se redimir e retomar a virtude e reconhecer a verdade da fé. Na sua visão, existiam diversas formas de governo: a monarquia, a aristocracia, a oligarquia, a democracia e uma forma mista, composta de aristocracia e democracia. Todas essas formas de governo podiam ser legítimas, desde que os responsáveis governassem para o interesse da coletividade e de forma digna. Se assim agissem, seriam recompensados por Deus. Em geral, Aquino acreditava que a monarquia era a melhor forma de governo, pois a virtude de um seria mais possível do que de muitos. Por isso, o soberano representaria mais fielmente a vontade de Deus na Terra. Fica evidente, portanto, que a filosofia escolástica continuava defendendo, mesmo que por meios distintos, a concepção de governo fundamentada na teocracia.

Apenas a partir do século XIV – quando a crise provocada pela epidemia da chamada peste negra, associada à desarticulação do sistema feudal e ao surgimento das Monarquias Nacionais, levou a uma decadência da legitimidade do poder da Igreja Católica na Europa ocidental – é que começou a surgir reflexões políticas de questionamento da ordem divina na Terra, procurando estabelecer referências mais realistas ao poder e ao papel dos indivíduos na construção das formas de governo. A concepção religiosa foi, paulatinamente, cedendo espaço ao surgimento de uma reflexão mais antropocêntrica do mundo e do universo da política.

Para acessar um bom resumo sobre a filosofia medieval da cristandade ocidental, sugerimos que acompanhe esta **vídeo-aula** animada sobre a Patrística e a Escolástica:



FILOSOFIA MEDIEVAL: PATRÍSTICOS E ESCOLÁSTICOS

VÍDEO
Filosofia medieval

<https://www.youtube.com/watch?v=FTmbnKLNIG4>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA VER O VÍDEO.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. A religião, como elemento central da simbologia do ser humano, é algo que faz parte também do debate político?

2. Qual a relação entre a construção do Estado e da sociedade modernas com as questões religiosas? Elas são influentes ainda hoje? São nocivas ou podem conviver com a esfera pública?



✓ QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2018)

“Desde que tenhamos compreendido o significado da palavra “Deus”, sabemos, de imediato, que Deus existe. Com efeito, essa palavra designa uma coisa de tal ordem que não podemos conceber nada que lhe seja maior. Ora, o que existe na realidade e no pensamento é maior do que o que existe apenas no pensamento. Donde se segue que o objeto designado pela palavra “Deus”, que existe no pensamento, desde que se entenda essa palavra, também existe na realidade. Por conseguinte, a existência de Deus é evidente.”

TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

O texto apresenta uma elaboração teórica de Tomás de Aquino caracterizada por

- a) reiterar a ortodoxia religiosa contra os heréticos.
- b) sustentar racionalmente doutrina alicerçada na fé.
- c) explicar as virtudes teológicas pela demonstração.
- d) flexibilizar a interpretação oficial dos textos sagrados.
- e) justificar pragmaticamente crença livre de dogmas.

2. (Enem 2015)

“A casa de Deus, que acreditam una, está, portanto, dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Essas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada uma por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto... Assim a lei pode triunfar e o mundo gozar da paz.”

ALDALBERON DE LAON, In: SPINOSA, F. *Antologia de textos históricos medievais*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A ideologia apresentada por Aldalberon de Laon foi produzida durante a Idade Média. Um objetivo de tal ideologia e um processo que a ela se opôs estão indicados, respectivamente, em:

- a) justificar a dominação estamental / revoltas camponesas.
- b) subverter a hierarquia social / centralização monárquica.
- c) impedir a igualdade jurídica / revoluções burguesas.
- d) controlar a exploração econômica / unificação monetária.
- e) questionar a ordem divina / Reforma Católica.

3. (Enem 2015)

“Ora, em todas as coisas ordenadas a algum fim, é preciso haver algum dirigente, pelo qual se atinja diretamente o devido fim. Com efeito, um navio, que se move para diversos lados pelo impulso dos ventos contrários, não chegaria ao fim de destino, se por indústria do piloto não fosse dirigido ao porto; ora, tem o homem um fim, para o qual se ordenam toda a sua vida e ação. Acontece, porém, agirem os homens de modos diversos em vista do fim, o que a própria diversidade dos esforços e ações humanas comprova. Portanto, precisa o homem de um dirigente para o fim.”

AQUINO, T. *Do reino ou do governo dos homens: ao rei do Chipre*. Escritos políticos de São Tomás de Aquino. Petrópolis: Vozes, 1995 (adaptado).

No trecho citado, Tomás de Aquino justifica a monarquia como o regime de governo capaz de:

- a) refrear os movimentos religiosos contestatórios.
- b) promover a atuação da sociedade civil na vida política.
- c) unir a sociedade tendo em vista a realização do bem comum.
- d) reformar a religião por meio do retorno à tradição helenística.
- e) dissociar a relação política entre os poderes temporal e espiritual.

4. (Enem 1999) Considere os textos a seguir.

“(…) de modo particular, quero encorajar os crentes empenhados no campo da filosofia para que iluminem os diversos âmbitos da atividade humana, graças ao exercício de uma razão que se torna mais segura e perspicaz com o apoio que recebe da fé.” (Papa João Paulo II. Carta Encíclica *Fides et Ratio* aos bispos da Igreja católica sobre as relações entre fé e razão, 1998)

“As verdades da razão natural não contradizem as verdades da fé cristã.” (Santo Tomás de Aquino – pensador medieval)

Refletindo sobre os textos, pode-se concluir que:

- a) a encíclica papal está em contradição com o pensamento de Santo Tomás de Aquino, refletindo a diferença de épocas.
- b) a encíclica papal procura complementar Santo Tomás de Aquino, pois este colocava a razão natural acima da fé.
- c) a Igreja medieval valorizava a razão mais do que a encíclica de João Paulo II.
- d) o pensamento teológico teve sua importância na Idade Média, mas, em nossos dias, não tem relação com o pensamento filosófico.
- e) tanto a encíclica papal como a frase de Santo Tomás de Aquino procuram conciliar os pensamentos sobre fé e razão.

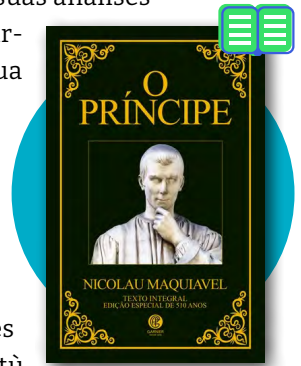


4. O REALISMO DE MAQUIAVEL

Num comentário desses de avaliação de roteiros turísticos na internet lemos a seguinte frase: “Piazza della Signoria com o Palácio Vecchio, formam o coração político e social de Florença”. Respirei fundo e lembrei do dia em que acordei na Itália, em fevereiro de 2014, abri a janela do pequeno apartamento que aluguei e me deparei com a imensa estátua de Netuno, senhor dos mares, que fica exatamente nessa praça. No dia anterior havíamos visitado um famoso museu, e num quadro do século XVI o edifício em que estávamos hospedados figurava imponente. Passear pela História tem dessas coisas.

No dia seguinte partiríamos para outras cidades de nosso roteiro. Minha esposa, um pouco indisposta naquela manhã, ficou arrumando as malas e eu fui me perder no Palácio Vecchio. Uma visita inesquecível. Foi lá que ocorreram parte das ações de deliberação legislativa para a unificação da Itália no século XIX. O país demorou para se tornar o Estado-Nação que é hoje. Lá também existe uma sala de mapas incrível, mas a maior de todas as joias, na cabeça de um cientista político, será sempre o pequeno e estreito espaço onde se supõe que Nicolau Maquiavel deu expediente e fez uso do mobiliário – duas ou três cadeiras onde se imagina que ele se sentou estão expostas.

Pois bem, quem é Maquiavel e por que ele está aqui conosco? Simples. Seu pensamento representa um marco para a Ciência Política. Dizem que a partir de seu realismo, e do pragmatismo que emprega em suas análises políticas, nasceu a Ciência Política com lógica autônoma, narrativa própria e percepção mais aguçada da realidade. Em sua mais famosa obra, *O Príncipe* – pelo amor de Deus, não confunda com o *Pequeno Príncipe* de Saint Exupéry – existem objetivos evidentes e um objeto de análise muito bem definido. Por exemplo: ele distingue as repúblicas, mais estáveis politicamente, dos principados. E afirma que tem como intuito escrever para um príncipe – um monarca – que chegue ao poder e o mantenha – sendo que aportar é mais simples que ficar. Tudo isso está lá. E o autor vai adiante, falando de virtú e fortuna, dentre tantas outras coisas essenciais. Essas duas características se apresentam em maior ou menor dimensão nas ações dos agentes. O que lhe parece mais oportuno para uma liderança política no universo dos principados? O acaso, a sorte, a força das circunstâncias, a lógica do favorável e do desfavorável, traduzida como a fortuna? Ou a coragem e a capacidade entendidas aqui como a virtú? Note a combinação entre fatores pessoais e conjunturais. O que caracteriza melhor um líder? Isso não é necessariamente divino. Está longe de simbolizar o “bem comum”. Por sinal, nosso pensador sequer parece acreditar nisso. Veja esse trecho de um artigo da professora Maria Teresa Sadek sobre o pensador italiano:



Maquiavel tem consciência da revolução decorrente de suas opções. De fato (...), suas ideias provocam uma reinterpretação do poder, das relações entre dominados e dominantes, da constituição do Estado. Ele observa que as relações de poder resultam de feixes de forças, provenientes de ações concretas dos homens em sociedade, salientando que nem todas as suas facetas têm origem na racionalidade e são reconhecíveis de imediato. (Página 34. SADEK, Maria Teresa, 2014)

Notou? Para além do realismo o autor carrega o ineditismo. Maquiavel inova. Os feixes de forças destacados no trecho acima, por exemplo, indicam que a política é o resultado de combinações, que inclusive podem mudar. Quer exemplos concretos? Pense nas alianças do presidencialismo de coalizão. Lembre das coligações formadas pelos partidos para a disputa de eleições ao longo da história recente do Brasil, e retomemos a frase de um antigo político mineiro – Magalhães Pinto: “política é igual nuvem. Você olha e ela está de um jeito. Olha de novo e ela já mudou”. Até meme isso já virou.

A realidade de Maquiavel, assim, é dinâmica. E isso caracteriza bem demais a política. Mas voltemos a algo que parece que passou batido: quem foi Maquiavel? Em uma interpretação bastante livre, Niccolò di Bernardo dei Machiavelli nasceu e morreu em Florença, Itália, entre os séculos XV e XVI, mais precisamente entre 1469 e 1527. Escreveu peças, livros, ensaios e reflexões, mas ocupou posições no serviço público, na diplomacia e de aconselhamento de lideranças políticas que o colocaram em situações extremamente delicadas, bem como em postos de destaque. Apoiou alguns políticos florentinos e pagou o preço de escolhas, avanços e retrocessos. Foi exilado nos arredores da cidade em que viveu, enfrentou períodos de depressão, e almejava voltar para perto do poder. Em linhas gerais, e de forma pouco compromissada com rigores: Maquiavel foi um grande conselheiro político que dedicou parte intensa e expressiva de sua vida a mostrar os caminhos da política, de maneira bastante realista, para políticos em busca de espaço. Esse per-

sonagem, a despeito de seu tempo na História, ainda está vivo e age politicamente. Você, eu, todos nós que gostamos de política e estamos perto dela conhecemos um Maquiavel. Ou somos um pouco Nicolau.

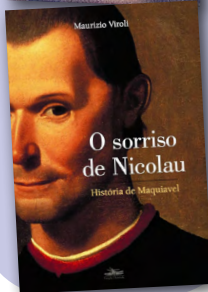
Diversas obras foram escritas sobre a história de nosso agente central, e parece interessante aqui destacar dois livros curtos, rápidos e fáceis:

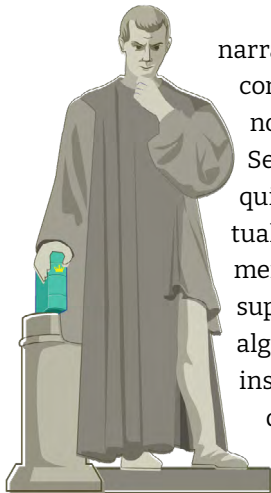
De Maria Tereza Sadek - *Maquiavel: a Política como ela é*. São Paulo: FTD, 1996.

De Maurizio Viroli - *O Sorriso de Nicolau - História de Maquiavel*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Já lhe perguntamos antes se você gosta de ler bons livros. Pois bem: aposte nesses títulos. Valem a pena. Mas se preferir, é fácil demais encontrar escritos originais – e traduzidos – de nosso autor na internet. *O Príncipe e Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* são bons exemplos. Leia com cuidado, não exporte o realismo do autor de maneira absoluta para a realidade, pois considere que ele estava em outro tempo, mesmo parecendo atual em diversos trechos. Mas veja como muita coisa faz sentido.

Maquiavel também aparece em alguns romances, como personagem que ganha destaque numa lógica teatralizada. É o caso, por exemplo, do best-seller *Os Borgia*, livro do italiano Mario Puzo que conta a história do Papa Alexandre VI, nascido Rodrigo Borgia e sua família. Maquiavel aparece na





narrativa, buscando influenciar lideranças políticas com seus conselhos. A despeito de como aparece, uma coisa é fato: ao nosso pensador é atribuída uma frase que ele nunca escreveu. Se alguém interpretou seu pensamento dessa forma são outros quinhentos, igualmente polêmicos. Mas não existe trecho textual de *O Príncipe* em que esteja escrito que “os fins justificam os meios”, no sentido de buscar afirmar que determinadas escolhas, supostamente negativas, são justificáveis para que cheguemos a algo que entendemos como positivo. Como a política muda a todo instante, e o realismo pode ser menos razoável, amplo e puro que o tal “bem comum”, talvez alguém tenha tentado imputar a Maquiavel essa passagem. Esqueça disso, mas não deixe de considerar que a partir do século XVI, e das ideias desse relevante pensador, a percepção de que existe algo único a ser atingido como valor deixa de fazer sentido. Dinâmica, mutável, conflituosa, complexa. Isso é a política. E isso não significa defeito ou virtude, mas uma característica essencial à compreensão de nossa realidade.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Se a política é um feixe de forças que muda constantemente, existe um limite para isso? Quem freia ou reduz o impacto de mudanças que por vezes nos impactam tanto?

2. Se entendi bem, Maquiavel está dizendo que não existe um bem comum universal, amplo e majestoso. Não existe nem mesmo uma agenda mínima de coisas boas?



✓ QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2019)

“Para Maquiavel, quando um homem decide dizer a verdade pondo em risco a própria integridade física, tal resolução diz respeito apenas a sua pessoa. Mas se esse mesmo homem é um chefe de Estado, os critérios pessoais não são mais adequados para decidir sobre ações cujas consequências se tornam tão amplas, já que o prejuízo não será apenas individual, mas coletivo. Nesse caso,

conforme as circunstâncias e os fins a serem atingidos, pode-se decidir que o melhor para o bem comum seja mentir.”

ARANHA, M. L. *Maquiavel: a lógica da força*. São Paulo: Moderna, 2006 (adaptado).

O texto aponta uma inovação na teoria política na época moderna expressa na distinção entre:

- a) idealidade e efetividade da moral.
- b) nulidade e preservabilidade da liberdade.
- c) ilegalidade e legitimidade do governante.
- d) verificabilidade e possibilidade da verdade.
- e) objetividade e subjetividade do conhecimento.

2. (Enem 2013)

“Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.”

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

A partir da análise histórica do comportamento humano em suas relações sociais e políticas. Maquiavel define o homem como um ser:

- a) munido de virtude, com disposição nata a praticar o bem a si e aos outros.
- b) possuidor de fortuna, valendo-se de riquezas para alcançar êxito na política.
- c) guiado por interesses, de modo que suas ações são imprevisíveis e inconstantes.
- d) naturalmente racional, vivendo em um estado pré-social e portando seus direitos naturais.
- e) sociável por natureza, mantendo relações pacíficas com seus pares.

3. (Enem 2010)

“O príncipe, portanto, não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal. De fato, com uns poucos exemplos duros poderá ser mais clemente do que outros que, por muita piedade, permitem os distúrbios que levem ao assassinio e ao roubo.”

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*, São Paulo: Martin Claret, 2009.

No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, reflexão sobre a Monarquia e a função do governante. A manutenção da ordem social, segundo esse autor, baseava-se na

- a) inércia do julgamento de crimes polêmicos.
- b) bondade em relação ao comportamento dos mercenários.
- c) compaixão quanto à condenação de transgressões religiosas.
- d) neutralidade diante da condenação dos servos.
- e) conveniência entre o poder tirânico e a moral do príncipe.



5. O ILUMINISMO E O CONTRATUALISMO

Você já pensou ser possível constituir a vida política de uma sociedade sem o Estado? Qual o nível de poder e de controle que esta entidade deve ter na organização social? Como os indivíduos (sejam os cidadãos ou os súditos) participam da formulação do Estado? Qual tipo de Estado devemos ter para constituir uma sociedade melhor? Essas questões foram tomando forma no mundo ocidental desde que Maquiavel demonstrou que a política tinha sua própria dinâmica interna e que sua ética não se subordinava aos valores cristãos pregados até então. Mesmo os pensadores da Reforma Protestante do século XVI, como Martinho Lutero, já defendiam a separação entre o universo do poder divino daquele proveniente dos humanos.

É nesse sentido que, nos séculos seguintes, a reflexão sobre as formas de organização do poder do Estado e da vida política passou a ser cada vez mais fundamentada na percepção de que este era um problema e um dever dos seres humanos. Assim, a concepção da natureza do poder político, mais precisamente do Estado, tornou-se uma questão central na reflexão sobre a vida pública.

Mas, afinal, o que é Estado? Para uma definição bastante ampla, que trabalha com os elementos políticos e jurídicos, leia o **artigo** publicado no Portal Politize indicado aqui:

POLITIZE! Pesquise no portal da Politize

HISTÓRIA

O que é Estado? Entenda a constituição da sociedade política

Por Milena Cristina Bor

ARTIGO
O que é Estado?

<https://www.politize.com.br/estado-o-que-e/>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA LER O ARTIGO.

Ele vai te ajudar a ter uma visão panorâmica sobre todos os elementos que compõe a definição dessa instituição fundamental da organização da vida em sociedade.

Jean Bodin (1530-1596), por exemplo, em fins do século XVI, pregava a ideia de que o Estado, em seu território, é a potência soberana e absoluta. É ele quem comanda, não recebe ordens de nenhuma outra instituição. Ele deveria ser indivisível e perpétuo, no sentido de ser entendido como integral, mesmo que representado por alguma delegação de poder, e de que não deve sofrer desgaste com o tempo, pois transcende a existência física de seus comandantes e comandados. Ora, nessa concepção o Estado é quase um Deus mesmo encarnado, e seus súditos devem obediência total. É a concepção clássica do chamado Estado absolutista.

Entretanto, outras definições do Estado foram surgindo e atribuindo papel cada vez mais importante aos indivíduos, a nós, como membros de uma comunidade que se organiza politicamente. Nesse sentido, aparecem os pensadores que acreditam que a fundação da sociedade e do Estado são resultados de um CONTRATO entre os indivíduos, sendo este um ato de vontade da comunidade e não uma imposição vinda de qualquer outra esfera. Esse conjunto de pensadores, chamados de contratualistas, se dividem em grupos que, ainda hoje, influenciam as ideias de que tipo de contrato se refere a fundação da sociedade e do Estado.

A discussão da fundação do Estado passava, entretanto, por refletir sobre a própria ideia de natureza humana. Para você, o ser humano é bom ou mau por natureza? Ele nasce com essa definição dada ou é a sociedade que o transforma? Enquanto você pensa sobre isso, imagine também de que forma essa visão poderia influenciar a maneira como organizaríamos o poder político

da sociedade. Caso você acredite que o homem é mau ou bom, que tipo de Estado deveria ser erguido para fazer frente às necessidades da vida em sociedade?

Essas questões motivaram muitos filósofos políticos entre os séculos XVII e XVIII a pensar a motivação da constituição do Estado. O inglês Thomas Hobbes (1578-1679) foi um deles. Vivendo um período de intensos conflitos religiosos e políticos na Europa que desembocaram na chamada Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), Hobbes escreveu sua obra clássica, o *Leviatã* (1651), para defender que, em estado de natureza, o ser humano é livre, mas vive em constante terror, pois somos maus e nos destruímos uns aos outros. Percebendo a condição instável da vida em liberdade, os seres humanos estabelecem um contrato de fundação do Estado para que este lhe preserve a existência, renunciando à parcela importante da liberdade. O *Leviatã*, que é esse Estado fruto do acordo, só tem direitos, não respondendo a nenhum outro órgão de poder. Sua função é preservar a ordem e a paz, com uso de todos os instrumentos possíveis. Na visão de Hobbes, os seres humanos têm consciência dessa condição de poder exorbitante do Estado, mas a ausência dele significaria a guerra de todos contra todos.

Numa outra pegada no que se refere à natureza humana e ao papel do Estado, encontramos outro filósofo político inglês, John Locke (1632-1704). Para ele, diferente do que acreditava Hobbes, a sociedade é capaz de se organizar sem um Estado forte e onipresente. Este seria necessário apenas para a preservação dos DIREITOS NATURAIS, que em sua concepção eram o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Estes precisavam ser protegidos dos inimigos internos e externos, já que os direitos naturais não possuem força em si. Para tanto o Estado era necessário. Em Locke, o contrato estabelecido entre Estado e sociedade estabelece que aquele seja protetor de direitos e não uma força autônoma e acima da sociedade.

A partir do século XVIII, uma concepção filosófica de oposição ao poder dos Estados absolutistas torna-se cada vez mais significativa na Europa ocidental, em geral, e na França, em particular, e se espalha por outras partes do mundo, inspirando movimentos de libertação colonial tão distintos como a independência dos Estados Unidos ou a luta antiescravista haitiana. Aliás, recomendamos muito que você procure conhecer a história dos revolucionários haitianos. Eles tiveram papel intenso nas lutas anticoloniais do início do século XIX, inspirando ações contra a escravidão em várias partes do mundo. Sobre isso comece lendo esse pequeno [texto](#) do portal *Por dentro da África*:



PORTAL
Por dentro da África

[http://www.pordentrodafrica.com/cultura/relembrando-a-revolucao-haitiana-o-povo-africano-no-poder.](http://www.pordentrodafrica.com/cultura/relembrando-a-revolucao-haitiana-o-povo-africano-no-poder)

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA LER A MATÉRIA.

Voltemos à filosofia política. Aquela nova concepção que narrávamos foi chamada de ILUMINISMO ou ILUSTRAÇÃO e teve papel decisivo na construção de novas concepções de mundo e da relação entre Estado e sociedade naquele contexto. Os iluministas pregavam a individualidade e a autonomia dos seres humanos, dotados de racionalidade e capazes de, por meio do acesso à educação e aos conhecimentos acumulados, desenvolver capacidade crítica, criativa e de ação política livre das amarras de Estados poderosos.

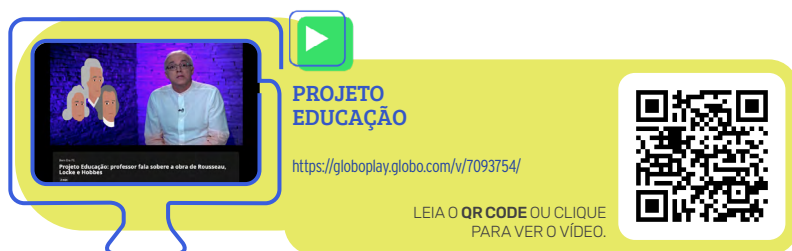
É nesse contexto que devemos conceber o pensamento político dos seus intelectuais. Montesquieu (1689-1755), por exemplo, defendia a necessidade da divisão de poderes do Estado para torná-lo mais moderado, de forma a garantir a liberdade política. É por meio de seu pensamento, e de outros pensadores anteriores e posteriores, que se consolidou a ideia de divisão entre Executivo, Legislativo e Judiciário do poder estatal. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), por sua vez, foi um dos filósofos iluministas de maior influência no debate contratualista (aquele que rolou entre Hobbes e Locke, que descrevemos brevemente acima). Na sua concepção, o ser humano, em estado de natureza, é bom, ocorre que a fundação da sociedade, fundamentada na propriedade privada, é que o perverteu e tornou o conflito pela posse das coisas a base da degeneração humana.

Mas Rousseau não está propondo um retorno ao estado de natureza. Ele reconhece ser isso impossível. Ao invés disso, ele propõe que o Estado deva ser resultante de um CONTRATO SOCIAL estabelecido entre os seres humanos para regular as relações de proteção à propriedade com princípios em direitos individuais e coletivos, expressos esses no que o autor chama de VONTADE GERAL. Esta não é a soma dos interesses individuais, mas da intrincada relação de poderes e interesses que devem ser regulados a partir do que mais interessa ao coletivo. O interesse coletivo, portanto, seria a fonte da soberania de qualquer Estado na concepção de Rousseau.

Entre Hobbes, Locke e Rousseau encontramos as bases de muitas das ações políticas contemporâneas de um Estado mais forte e autoritário (Hobbes),

mais garantidor de direitos individuais e liberal (Locke), ou mais intervencionista na garantia dos direitos coletivos (Rousseau). Por isso é importante, para quem quer entender o jogo político atual, estudar a trajetória da filosofia política, pois ela nos ajuda a compreender muitas das concepções recentes de ação do Estado defendidas na sociedade contemporânea.

Quer saber mais sobre a atualidade desse pensamento político dos contratualistas? Dê uma olhada nesse pequeno vídeo produzido no **Projeto Educação** da TV Globo de Pernambuco, onde o professor Fábio Medeiros resume a teoria dos contratualistas e demonstra as bases do pensamento político deles e os movimentos que fundamentam atualmente:



PROJETO
EDUCAÇÃO

<https://globoplay.globo.com/v/7093754/>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE
PARA VER O VÍDEO.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. A ideia da fundação da sociedade e do Estado seria, para pensadores como Hobbes, Locke e Rousseau, fruto de um contrato. Qual a atualidade desse pensamento quando refletimos sobre a relação dos cidadãos com o Estado?

2. As diferentes percepções da natureza humana, se somos bons ou maus desde o nascimento, são influentes sobre como pensamos a política?





QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2018)

TEXTO I

“Tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e invenção.”

HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TEXTO II

“Não vamos concluir, com Hobbes que, por não ter nenhuma ideia de bondade, o homem seja naturalmente mau. Esse autor deveria dizer que, sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial à dos outros, esse estado era, por conseguinte, o mais próprio à paz e o mais conveniente ao gênero humano.”

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1993 (adaptado).

Os trechos apresentam divergências conceituais entre autores que sustentam um entendimento segundo o qual a igualdade entre os homens se dá em razão de uma

- a) predisposição ao conhecimento.
- b) submissão ao transcendente.
- c) tradição epistemológica.
- d) condição original.
- e) vocação política.

2. (Enem 2016)

TEXTO I

“Até aqui expus a natureza do homem (cujo orgulho e outras paixões o obrigaram a submeter-se ao governo), juntamente com o grande poder do seu governante, o qual comparei com o Leviatã, tirando essa comparação dos dois últimos versículos do capítulo 41 de Jó, onde Deus, após ter estabelecido o grande poder do Leviatã, lhe chamou Rei dos Soberbos. Não há nada na Terra, disse ele, que se lhe possa comparar.”

HOBBS, T. *O Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TEXTO II

“Eu asseguro, tranquilamente, que o governo civil é a solução adequada para as inconveniências do estado de natureza, que devem certamente ser grandes quando os homens podem ser juízes em causa própria, pois é fácil imaginar que um homem tão injusto a ponto de lesar o irmão dificilmente será justo para condenar a si mesmo pela mesma ofensa.”

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Thomas Hobbes e John Locke, importantes teóricos contratualistas, discutiram aspectos ligados à natureza humana e ao Estado. Thomas Hobbes, diferentemente de John Locke, entende o estado de natureza como um(a)

- a) condição de guerra de todos contra todos, miséria universal, insegurança e medo da morte violenta.
- b) organização pré-social e pré-política em que o homem nasce com os direitos naturais: vida, liberdade, igualdade e propriedade.
- c) capricho típico da menoridade, que deve ser eliminado pela exigência moral, para que o homem possa constituir o Estado civil.
- d) situação em que os homens nascem como detentores de livre-arbítrio, mas são feridos em sua livre decisão pelo pecado original.
- e) estado de felicidade, saúde e liberdade que é destruído pela civilização, que perturba as relações Sociais e violenta a humanidade.

3. (Enem 2013)

“Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.”

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

4. (Enem 2000)

O texto abaixo, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento:

“Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo o homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.” (Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.)

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa de justificar:

- a) a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- b) a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- c) a origem do governo como uma propriedade do rei.
- d) o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- e) o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.



6. OS IDEIAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA E AMERICANA

A filosofia política produzida no século XVIII, o pensamento iluminista e o contratualismo, foram fundamentos significativos para transformações radicais da vida em sociedade no Ocidente nos séculos seguintes. Essa mudança das ideias estava alicerçada em transformações materiais importantes, como o surgimento da industrialização e da urbanização. O historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012) escreveu um livro clássico sobre o período que se estende entre fins do século XVIII até o ano de 1848 que ele chamou de *Era das Revoluções*. Nome mais apropriado não existe para este período da história ocidental, marcado por mudanças tão profundas como as revoluções liberais, os processos de independência nas Américas, o surgimento e consolidação da grande indústria e a ampliação das massas de trabalhadores urbanos nos países industrializados.

Ficou curioso ou curiosa para saber mais sobre o livro de Hobsbawm? Recomendo que dê uma olhada nesse [vídeo](#) do *HistoriAção Humanas*, onde o professor Jener Cristiano comenta as características principais da obra e faz sugestões para um guia de leitura:



VÍDEO
HistoriAção Humanas

<https://www.youtube.com/watch?v=RZjtDJABBGg>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA VER O VÍDEO.

Quem sabe você não se anima a encarar a leitura desse clássico da historiografia.

As mudanças que ali ocorreram foram tão impactantes que pautam muitos aspectos da vida em sociedade até hoje. No conjunto dos eventos políticos daquele momento, as ideias e ações produzidas pela Independência dos Estados Unidos, iniciada em 1776, e pela Revolução Francesa, eclodida a partir de 1789, podem ser considerados marcos decisivos de muitos ideais políticos contemporâneos.

Em 04 de julho de 1776, os representantes das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, reunidos na cidade de Filadélfia, definiram que, após muitas negociações com a Coroa inglesa envolvendo cobrança de impostos e imposição de monopólios comerciais, não desejavam mais se manter vinculados ao Estado inglês e pretendiam se emancipar. Para tanto, escreveram uma Declaração de Independência, cujo um dos trechos afirma o seguinte:



“Temos como evidentes, por si próprias, as verdades seguintes: todos os homens foram criados iguais; são dotados, pelo Criador, de certos direitos inalienáveis, entre esses direitos figuram a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Os homens estabelecem os governos para garantir o seu justo poder que emana do consentimento dos governados. Sempre que uma forma de governo começa a destruir esse objetivo, o povo tem o direito de modificá-la ou de aboli-la e de estabelecer novo governo.”

Esta Declaração, fundamentada nos ideais iluministas, deu origem a uma série de movimentos no continente americano que pregavam elementos parecidos com esses. Surge, portanto, a ideia de que o poder estatal emana do povo, e não de um soberano. Este governa com o consentimento dos governados e seu papel é garantir o bem comum. Caso o governo não esteja atendendo aos objetivos para o qual foi instituído, o povo tem direito a substituí-lo.

Esses princípios, contidos na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, foram a base da Constituição dos mais diferentes países

democráticos dos tempos atuais. A Constituição brasileira, por exemplo, no parágrafo único do artigo 1º afirma: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Nos Estados Unidos, após a conquista da independência em guerra contra a Inglaterra, se consolidou o primeiro modelo de Estado democrático de direito que se tornou exemplo para os outros países. Em 1787 foi proclamada a Constituição que determinava que o país seria uma República federativa e presidencialista, dividida em três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), com duas casas legislativas (Câmara de Representantes e Senado) e com amplos direitos de liberdades civis e políticas. Entretanto, um grande senão a estes princípios que sintetizavam a obra iluminista e contratualista de seu tempo foi a manutenção da escravidão, que só foi abolida nos Estados Unidos após uma guerra civil entre 1860 e 1865.

Com a Revolução Francesa, por sua vez, nasce a ideia de autodeterminação dos povos, isto é, o direito de cada povo constituir seu governo, o que na prática se refere ao surgimento do Estado-nação contemporâneo. A ideia dos revolucionários franceses, que acabou se disseminando pelo Ocidente ao longo do século XIX, é que cada nação – com seus costumes, práticas, língua e cultura – tem o direito de constituir seu próprio Estado. Já que a legitimidade do poder vem do povo, apenas um Estado que seja a emanção da nação, no seu direito à autodeterminação, pode representar a vontade popular. Vontade esta que se garante por meio dos direitos de cidadania, que elimina as diferenças jurídicas entre as pessoas e preserva a noção de liberdade e igualdade.

Na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, os líderes da Revolução Francesa anunciavam que:



“Art.1.º Os Homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum;

Art. 2.º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do Homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão;

Art. 3.º O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que dela não emane expressamente;

Art. 4.º A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não

tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei [...]"

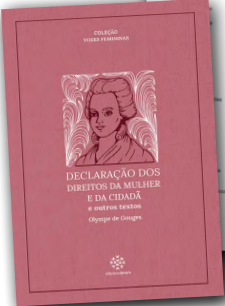

O documento, de 17 artigos, sintetiza as ideias dos revolucionários franceses quanto ao papel do Estado-nação que surge da revolução e substitui o Estado absolutista reinante até então. Esses quatro primeiros artigos acima reproduzidos, mostram o profundo diálogo entre a Declaração de Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa: em ambos, a ideia de liberdade e igualdade estão contidas, assim como a noção de que a soberania vem do povo, fundamentos esses básicos da constituição das comunidades políticas atuais.

A partir da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, uma onda de movimentos revolucionários sacudiu a Europa e a América na busca pela igualdade, liberdade e pelos direitos de cidadania, naquele momento ancorados na ideia de direitos individuais, isto é, aqueles presentes no artigo 5º da Constituição brasileira: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.




Esse conjunto de direitos é que motivou a Era das Revoluções que Eric Hobsbawm nos chamava a atenção e promoveu o surgimento da cidadania moderna, associada aos princípios dos direitos dos indivíduos. Até 1848, a busca pelos direitos civis motivou vários movimentos sociais pelo mundo ocidental. Mas já crescia também a ideia da necessidade da garantia de direitos políticos mais ampliados, com cada vez mais movimentos levantando a bandeira do direito de votar e ser votado, de poder se organizar politicamente de forma livre e de participar ativamente do governo da sociedade.

A Era das Revoluções, inaugurada pelos eventos aqui citados, deu origem aos principais elementos da democracia moderna. Foi na Revolução Francesa que surgiu, também, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. As mulheres que participaram ativamente da Revolução exigiram que seus direitos fossem contemplados na discussão das leis do novo governo. Quer saber mais sobre esse movimento, dê uma olhada no documento e na análise feita em:





DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ e outros textos - Olympe de Gouges



<https://link.dev/0ej32>

OBS: Este link baixa direto o PDF do livro da Biblioteca Digital, da Câmara dos Deputados

 LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA BAIXAR O LIVRO.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Há semelhanças entre a Declaração dos Direitos do Homem ou a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América com a Constituição brasileira atual. Será que conseguimos alcançar a noção de cidadania pregada naqueles documentos do século XVIII?

2. Como a concepção de uma “Era das Revoluções” para o período entre fins do século XVIII e início do XIX nos ajuda a compreender o significado das transformações em curso naquele momento da economia, na sociedade e na política?





QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2020)

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão – 1789

Os representantes do povo francês, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, fundados em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Disponível em: www.direitoshumanosusp.br. Acesso em: 7 jun. 2018 (adaptado).

Esse documento, elaborado no contexto da Revolução Francesa, reflete uma profunda mudança social ao estabelecer a

- a) manutenção das terras comunais.
- b) supressão do poder constituinte.
- c) falência da sociedade burguesa.
- d) paridade do tratamento jurídico.
- e) abolição dos partidos políticos.

2. (Enem 2017)

“Fala-se muito nos dias de hoje em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII – em 1789, precisamente – que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o Iluminismo.”

FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (adaptado).

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a

- a) modernização da educação escolar.
- b) atualização da disciplina moral cristã.
- c) divulgação de costumes aristocráticos.
- d) socialização do conhecimento científico.
- e) universalização do princípio da igualdade civil.

3. (Enem 2010)

“Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinha dos grandes pela grandeza do homem.”

HUNT, L. *Revolução Francesa e Vida Privada*. In: PERROT, M. (Org.) *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (adaptado).

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

- a) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.
- b) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.
- c) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
- d) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
- e) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato, com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.

4. (Enem 2008)

“Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.”

Emília Viotti da Costa. Apresentação da coleção. In: Wladimir Pomar. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, acerca da independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a opção correta.

- a) A independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- b) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.
- c) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- d) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.
- e) Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

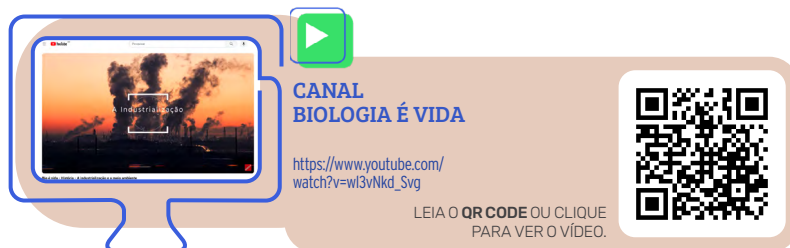


7. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E AS DIVISÕES IDEOLÓGICAS

Você consegue imaginar sua vida hoje sem celulares, televisores ou internet? Pior, como seria viver sem energia elétrica, sem automotivos ou meios de transporte coletivos? Pois é, se tudo isso é hoje essencial para a vida moderna, se não podemos imaginar nosso cotidiano sem esses bens, devemos compreender suas origens no processo que ficou conhecido como Revolução Industrial. A Era das Revoluções, conforme chamamos a atenção antes, não teve apenas componentes políticos como sua propulsora. Aspectos econômicos e sociais foram essenciais para as transformações que vieram naquele momento de mudanças significativas. Por exemplo, a descoberta da capacidade de transformar energia térmica em mecânica e aplicá-la em máquinas, base da chamada Revolução Industrial, mudou de vez a face do planeta.

Claro que os benefícios que ela trouxe estão associados ao surgimento e à produção em larga escala de bens inimagináveis até então e, com o tempo, a possibilidade de cada vez mais acesso para amplas camadas da população a esses produtos. Entretanto, alguns problemas advindos da industrialização em larga escala não podem ser desprezados. Um deles, dos mais sérios, é a questão do impacto ambiental resultante do uso irracional dos recur-

tos naturais, bem como do descarte dos poluentes durante os processos de produção. Sobre alguns dos impactos da industrialização e a discussão de algumas atitudes voltadas para a sustentabilidade, veja o resumo num dos vídeos do canal “**Biologia é vida**”:



Além da questão ambiental, um outro impacto significativo da Revolução Industrial foi o intenso processo de urbanização e de proletarianização de amplas camadas da sociedade. Para atender às necessidades de mão de obra nas fábricas, milhões de pessoas foram deslocadas do campo para a cidade. Primeiro na Inglaterra, em seguida em outros países da Europa e do mundo que foram se industrializando desde o fim do século XVIII até o século XX. Essas populações urbanas e trabalhadoras nas fábricas, muitas vezes submetidas a condições de vida e trabalho muito ruins, passaram também a se organizar politicamente para reivindicar direitos. Surgem então movimentos sociais que, vinculados a esses grupos, procuravam representar os interesses dos trabalhadores industriais. Surgiram as associações de trabalhadores, os sindicatos e partidos políticos que exigiam melhores condições de trabalho, regulamentações que impedissem a exploração das crianças e das mulheres, garantias de jornada de trabalho digna e salários melhores. A principal forma de mobilização era a greve, que paralisava a produção e obrigava os proprietários a negociarem.

Do ponto de vista político, o surgimento dos movimentos operários veio acompanhado de teorias políticas surgidas no século XIX que pregavam desde uma humanização do capitalismo industrial que se desenvolvia então até o rompimento com o sistema, por meio de processos revolucionários defendidos por anarquistas e comunistas.

Os **primeiros socialistas**, como Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837), defendiam reformas no capitalismo para diminuir as desigualdades sociais. Propunham a cooperação entre patrões e empregados para a criação de uma sociedade harmônica e justa. A riqueza produzida deveria

ser compartilhada de forma a eliminar a miséria e diminuir as desigualdades sociais. O conjunto dessas ideias foi chamada de socialismo utópico por seus críticos comunistas e anarquistas, que acreditavam como impossível a cooperação entre capitalistas e operários. Além disso, afirmava-se que eles pretendiam reformar a sociedade de cima para baixo, o que excluiria os trabalhadores do efetivo direito de participação política.

Já Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) desenvolveram uma profunda análise do capitalismo com o objetivo de proporcionar aos trabalhadores uma teoria e um programa de ação para a derrubada do sistema capitalista e a construção do comunismo: o **socialismo marxista**. Entre seus principais conceitos, podemos citar:

Materialismo histórico → o modo como os seres humanos se organizam para produzir as condições materiais de sua existência condicionam a vida social, política, cultural e ideológica.

Materialismo dialético → o modo de produção está em constante transformação, gerando contradições internas que conduzem a sua destruição.

Luta de classes → as sociedades humanas têm sido marcadas pelo conflito entre camadas sociais com interesses antagônicos e inconciliáveis.

Mais-valia → diferença entre o valor da riqueza que o operário produz com o seu trabalho e o que ele recebe na forma de salário.

Para Marx e Engels, superar o capitalismo e atingir uma sociedade sem classes só seria possível por meio de uma revolução socialista. Depois de os trabalhadores tomarem consciência do seu papel histórico, assumirem o poder por meio de uma revolução, destruírem o capitalismo e instituírem a ditadura do proletariado deveriam construir, por meio do socialismo, uma sociedade igualitária, o estágio final seria o comunismo: uma sociedade sem classes, sem propriedade privada, sem Estado e onde a riqueza fosse coletiva.

No mesmo período do surgimento do socialismo marxista, surgia o **anarquismo**. Entre seus principais pensadores, podemos destacar Pierre Proudhon (1809-1865), Mikhail Bakunin (1814-1876) e Piotr Kropotkin (1842-1921). Para eles, a revolução significava eliminar todas as formas de autoridade, para que se pudesse atingir uma sociedade igualitária. Eram contrários à fase da “ditadura do proletariado”, por considerar que a manutenção de formas de autoridade impediria a revolução de se realizar de fato. Por isso, propunham que os



trabalhadores deveriam se associar livremente, sem hierarquias sindicais e de partidos; o Estado e todas as outras formas de autoridade (como a Igreja, a família, a escola etc) deveriam ser eliminadas; e a nova forma de organização da vida em sociedade deveria ser a autogestão, onde cada cidadão se representaria e as comunidades seriam responsáveis por si mesmas, sem que se tivesse de construir instituições hierarquizadas entre os seres humanos.

Durante o século XIX, diversos movimentos de trabalhadores na Europa ocidental passaram a se inspirar ou se apoiar nessas concepções. O anarquismo, pela natureza de suas ideias, não construiu partidos ou sindicatos, atuando mais junto às fábricas e às organizações de greve operária. O marxismo, porém, foi decisivo na construção de partidos que passaram a ser associados com a esquerda na política. Os mais moderados, defensores de reformas no capitalismo, conforme pregavam os primeiros socialistas, ficaram associados à centro-esquerda política.

O centro e a centro-direita foram sendo ocupados pelos defensores do **liberalismo**. Era a forma de pensamento desenvolvida ao longo do século XIX que defendia princípios de liberdade política associada à não intervenção estatal nos assuntos econômicos. Acreditavam na democracia representativa como forma de organização da vida política, mas com um Estado que permitisse a atuação da livre força dos mercados na constituição da economia. Assim, um Estado que preservasse os direitos naturais, mas que desse espaço à livre iniciativa individual. Para muitos liberais, as condições jurídicas de igualdade e liberdade bastavam para colocar todos os indivíduos no mesmo patamar de partida. Sendo assim, o sucesso ou o fracasso na vida econômica seria resultado do esforço e da capacidade de cada um. Havia outros liberais que acreditavam que políticas de combate à pobreza extrema eram necessárias para garantir o mínimo de igualdade na competição no mercado. Essa diferença foi criando divisões partidárias mais ao centro (os partidários de políticas sociais de alívio da pobreza) e mais à direita (aqueles que defendiam que bastava a igualdade jurídica) entre os liberais.

Por fim, cabe destacar que partidos conservadores, defensores das tradições aristocráticas e da preservação das hierarquias sociais com a utilização de um Estado forte capaz de manter os privilégios continuaram existindo, mas perdendo força ao longo do período entre o século XIX e XX. O fato é que a Revolução Industrial solapou a existência das hierarquias do chamado Antigo Regime. No seu lugar foram surgindo formas ideológicas autoritárias associadas ao nacionalismo xenófobo, sendo as diferentes expressões do fascismo a sua caracterização mais significativa.

Tenho certeza de que a essa altura você já percebeu que, de alguma forma, esse debate sobre os diferentes grupos ideológicos da vida política no Ocidente após a Revolução Industrial estão presentes até hoje, inclusive no Brasil. Claro que atualizados ou ressignificados a cada país ou realidade local, essas ideias ainda fazem parte do universo político e são, costumeiramente, reivindicadas por políticos, partidos e movimentos da sociedade. E você, se identifica com alguma delas? Acredita que elas ainda fazem sentido no contexto em que vivemos? De que forma algumas dessas ideias precisam ser atualizadas? Vamos participar desse debate? Lembrando que, no espaço democrático, todas as ideias que não sejam autoritárias têm espaço e devem ser debatidas com respeito.

Como forma de motivá-los a pensar melhor sobre isso, sugerimos um vídeo da página “Plano Piloto”. Este **vídeo**, bem interessante, procura traçar as diferentes visões políticas contemporâneas, trazendo também a discussão dos costumes que não tratamos aqui:



PLANO PILOTO
O que é Esquerda e Direita?
<https://www.youtube.com/watch?v=5xekqWxzHbc>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE
PARA VER O VÍDEO.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. A produção industrial e seus impactos são um tema político fundamental da cidadania moderna. Como discuti-los tendo referência de que a sociedade em geral quer a conquista do bem-estar associado à expansão tecnológica?

2. Liberalismo e socialismo são referências de muitos partidos políticos e movimentos sociais contemporâneos. De que forma vocês acreditam que essas concepções precisam ser revistas ou atualizadas para dar conta dos temas da sociedade atual?



QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2016)

“Quanto mais complicada se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial, esse fornecimento só poderia ser organizado de uma forma: tornando-os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado. Isso estava de acordo com a exigência de um sistema de mercado. Sabemos que em um sistema como esse, os lucros só podem ser assegurados se se garante a autorregulação por meios de mercados competitivos interdependentes.”

POLANYI, K. *A grande transformação: As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000 (Adaptado).

A consequência do processo de transformação socioeconômica abordada no texto é a

- a) expansão das terras comunais.
- b) limitação do mercado como meio de especulação.
- c) consolidação da força de trabalho como mercadoria.
- d) diminuição do comércio como efeito da industrialização.
- e) adequação do dinheiro como elemento padrão das transações.

2. (Enem 2013)

“Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.”

MARX, K. Prefácio à Crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1977 (adaptado).

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que

- a) o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- b) o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- c) a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- d) a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- e) a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.

3. (Enem 2010)

“A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros. Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altos-fornos eram como as Pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que seu poder.”

DEANE, P. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (adaptado).

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial Inglesa e as características das cidades industriais no início do século XIX?

- a) A facilidade em se estabelecerem relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.
- b) O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.
- c) A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.

d) A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelava os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.

e) O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

4. (Enem 1999)

A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar, e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de doze a catorze horas, na maioria das vezes em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX.

Pode-se afirmar que as conquistas no início do século XX, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com:

a) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais.

b) a expressiva diminuição da oferta de mão de obra, devido à demanda por trabalhadores especializados.

c) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.

d) o crescimento do Estado ao mesmo tempo que diminuía a representação operária nos parlamentos.

e) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais europeias.



8. OS PILARES DA CIDADANIA

Vamos pensar uma coisa juntos aqui: a Revolução Industrial nos soa quase que como um milagre e impacta as nossas vidas até hoje. Algo sugere que será assim para todo o sempre. Os ganhos de produção vividos de forma mais intensa no século XIX nos levaram para um patamar de vida que não parece ter volta. Perfeitamente.

O grande problema é que se de um lado os planos capitalistas deram certo, por outro a parcela empregada nas fábricas não tiveram destino dos mais generosos. As garantias seculares de propriedade e cobrança previsível de impostos que resultaram na ideia de representação legislativa de interesses econômicos constituíram o ambiente ideal para que investimentos na produção e avanços técnicos nos levassem adiante de forma espetacular. Mas ao que tudo indica, essa representação política concentrada na ideia de uma defesa dos interesses econômicos dos proprietários geraram um desequilíbrio. Se por um lado a luta da burguesia contra os nobres conteve os ímpetus mais vorazes das cortes, por outro fez suas vítimas.

A obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Friedrich Engels,

ilustra bem o drama vivido pelos operários, sobretudo em Manchester. Dali surgem fortes marcas do que viria ser o discurso da esquerda. No livro *O Mapa Fantasma*, para aqueles que gostam de uma boa leitura de férias, a história do pai da epidemiologia John Snow é contada em sua luta contra os surtos de cólera que varriam Londres nesse período. Nessa obra também temos uma boa noção do que viviam os trabalhadores que moravam nas cidades britânicas.

Se tiver interesse em **Engels**: 

E se preferir a literatura mais romanceada de Steven Johnson veja *O Mapa Fantasma*. Por fim, se quiser conferir o autor falando sobre a realidade que descreve em 1854 num **TedTalk**, este é imperdível:

A OBRA DE Friedrich Engels



https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/4662435/mod_resource/content/1/ENGELS.pdf



LEIA O
QR CODE
OU CLIQUE
PARA VER
O TEXTO.



TedTalk STEVEN JOHNSON

https://www.ted.com/talks/steven_johnson_tours_the_ghost_map/transcript?language=pt#t-21850

LEIA O QR CODE OU CLIQUE
PARA VER O VIDEO.



Esse texto, no entanto, não vem insistir na Revolução Industrial, mas falar das consequências dela para a consolidação da ideia de Cidadania. A partir da sensação de achatamento dos trabalhadores algo precisava mudar. Social e humanamente porque milhões não podem viver em condições degradantes, com expectativa de vida ao nascer inferior a 25 anos em alguns instantes. Economicamente porque transformar esses sujeitos em consumidores talvez fosse mais estratégico. Toda a história, voltando para os ensinamentos de Maquiavel, deve ser vista sob diferentes feixes. Não se esqueça disso. Mas o fato é que o mundo mudou. E aqui por duas razões que consolidam a ideia de Cidadania.

No século XVIII já havíamos passado pelos mais impactantes avanços do que Thomas Humphrey Marshall entendeu ser o marco da conquista dos direitos CIVIS a partir das revoluções francesa e norte-americana. O lema francês da “igualdade, liberdade e fraternidade” é simbólico e emblemático para tal instante. Mas faltava algo mais.

Primeiro porque direitos civis estão em permanente avanço. Constantes e complexos. Até hoje lutamos pela igualdade de gêneros, falamos contra o

racismo, contra a homofobia, buscamos liberdade de crença, avançamos contra preconceitos etc. E segundo porque não bastavam os direitos individuais e coletivos, as garantias para que eu fosse respeitado pelo que sou e pelo que desejo ser, ou ainda pelo que queremos em conjunto dentro dos limites de leis democraticamente instituídas.

Para Marshall, o século XIX, então, ficaria conhecido como a era dos direitos políticos. A liberdade e o respeito inicialmente conquistados a partir do período anterior, e aperfeiçoados até hoje, deviam ter a companhia da possibilidade de escolhermos e sermos escolhidos. É a partir daqui que a representação deixa de fazer sentido apenas para os mais ricos, numa lógica de “vota e é votado quem tem algo a perder do ponto de vista econômico” para assumir a ideia de “um homem, um voto, um valor”. Pronto! O trabalhador adquire o direito de escolher, de desejar. E sabemos que depois disso muita coisa precisou ser aprimorada na história: a inserção da mulher no eleitorado, o alargamento do sufrágio para populações nativas, para os analfabetos, para os jovens etc. É no século XIX que isso começa a ser desenhado segundo o autor, olhando para a efervescência dos trabalhadores ingleses.

De posse do voto é de se imaginar que as pessoas, em sentido mais amplo, comecem a perguntar em que medida o Estado deve estar presente na realidade como garantidor, dentre outras coisas para além da propriedade, da infraestrutura e da segurança, de coisas como o bem-estar social. Pois bem: os direitos sociais vão marcar o século XX, respondendo a fenômenos como a Revolução Industrial e as destruições causadas por duas grandes guerras mundiais. Todo esforço para reconstrução de realidades precisava, em alguma medida, ser recompensado por um Estado do Bem-Estar Social, por exemplo. E assim foi. E tal ambiente simboliza os pilares essenciais à ideia basilar de Cidadania – os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais.

Curta muito a **obra de Marshall**. Ela é essencial ao debate sobre Cidadania e seus pilares:



CIDADANIA, CLASSE SOCIAL E STATUS

T. H. Marshall



LEIA O QR CODE
OU CLIQUE PARA
VER O LIVRO.



https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/999642/mod_resource/content/1/MARSHALL%2C%20T.%20H.%20Cidadania-Classe-Social-e-Status.pdf

Mas será que basta pensar nas garantias elementares? Primeiro devemos considerar que essa história secular descrita por Marshall não é idêntica e linear em todas as nações. Ela varia. Assim: como isso se dá hoje no Brasil? Vamos tratar disso em outros momentos, inclusive em perspectiva histórica, mas perceba que a Constituição Federal de 1988, que está em vigor e é chamada de Constituição Cidadã, tem em suas linhas as garantias fundamentais dos direitos civis – descritos no artigo 5º como Individuais e Coletivos –, dos direitos políticos – presentes nos artigos 14º ao 16º - e dos direitos sociais que constam nos artigos 6º ao 11º. Pronto.



Acesse a nossa **Constituição Federal** e confira essas garantias essenciais:

Mas tem um segundo aspecto essencial. Os direitos sociais são percebidos por Marshall como a possibilidade de termos acesso à herança pública, ao patrimônio que é nosso, ao que nos pertence enquanto membros de uma mesma sociedade. Para tanto, e o desenho das políticas públicas e dos limites da presença do Estado aqui podem variar, acessamos diversos universos, serviços, garantias, e dentre eles a Educação. O ponto central e fundamental está aqui: para o autor a educação não é apenas um direito. É também um dever, e não cabe a você escolher se será ou não educado. Você será. Esse é o seu compromisso comigo, o meu com você e o nosso com a coletividade. A educação é o que transforma o “sujeito rude em cavalheiro”, nos diria Marshall. Isso não significa concordar com tudo e pensar igual, mas conhecer limites, acreditar nos caminhos conjuntos e conviver em sociedade.

Se estamos a escrever aqui algo sobre os pilares da Cidadania, já temos os três conjuntos básicos de direitos e a educação como um dever. É a partir dela que percebemos, por exemplo, que nossos direitos têm história, que somos ativos na construção dessa realidade, que juntos fazemos parte de algo imenso chamado sociedade. Direitos não são dádivas, presentes, chamegos ou moedas de troca. Direitos carregam algo essencial: são garantias legais. E numa sociedade democrática, isso significa que de alguma forma participamos da construção conjunta dessa realidade. Seja votando para a escolha de nossos representantes políticos, seja a partir de ações participativas etc. Ademais, essas garantias legais carregam consigo instrumentos que permitem mudanças. Hoje temos algo, e democraticamente podemos ampliar essas conquistas ou perder parte delas. A realidade, numa democracia, pode mudar, desde que sempre de maneira democrática. E se essa característica de participação efetivamente existe, é essencial que os cidadãos estejam atentos e acompanhem tal realidade. A educação da qual nos fala Marshall tem exatamente esse compromisso.

A partir de tal etapa é essencial destacar que chegaremos ao terceiro e último degrau dessa construção que estamos chamando de Pilares da Cidadania. Com direitos garantidos e educados formalmente para a vida em sociedade – algo que poderíamos chamar aqui de Educação Cívica, ou Educação Política, objeto central deste livro – atingimos a consciência. Isso mesmo: podemos definir Cidadania como o estágio de consciência que uma sociedade atinge a partir das garantias de conjuntos fundamentais de direitos que, a partir de uma estratégia basilar de educação, nos oferta a consciência sobre nosso papel e nossas responsabilidades em uma sociedade. É assim que funciona, mas obviamente existem outras definições e percepções sobre o que é Cidadania. Vamos ficar com essa?

Sim. Vamos. Mas lembremos que as sociedades são dinâmicas, os direitos mudam, as percepções se alteram, as agendas das sociedades passam por alterações e a política nos reserva a possibilidade de olharmos tudo isso com muita atenção. Se desejar continuar um pouco mais nessa definição, leia a parte de Cidadania desse **livro** abaixo sobre Educação Política.



QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. O que explica o abismo existente entre o que se considera a Cidadania, e sobretudo a efetivação dos três conjuntos de direitos, e a realidade brasileira?

2. Se a Educação é capaz de nos trazer a consciência necessária para a vida em sociedade, seria desinteressante para os líderes políticos nos ofertarem essa consciência na forma de políticas públicas? Se a resposta for sim, existe um abismo político entre o que o representante quer e o que o representado precisa?





1. (Enem 2019)

“A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma política para todos constitui-se uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira no século XX. O SUS deve ser valorizado e defendido como um marco para a cidadania e o avanço civilizatório. A democracia envolve um modelo de Estado no qual políticas protegem os cidadãos e reduzem as desigualdades. O SUS é uma diretriz que fortalece a cidadania e contribui para assegurar o exercício de direitos, o pluralismo político e o bem-estar como valores de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, conforme prevê a Constituição Federal de 1988.”

RIZZOTO, M. L. F. et al. Justiça social, democracia com direitos sociais e saúde: a luta do Cebes. *Revista Saúde em Debate*, n. 116, jan.-mar. 2018 (adaptado).

Segundo o texto, duas características da concepção da política pública analisada são:

- a) Paternalismo e filantropia.
- b) Liberalismo e meritocracia.
- c) Universalismo e igualitarismo.
- d) Nacionalismo e individualismo.
- e) Revolucionarismo e coparticipação.

2. (Enem 2018)

“O marco inicial das discussões parlamentares em torno do direito do voto feminino são os debates que antecederam a Constituição de 1824, que não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos políticos por mulheres, mas, por outro lado, também não era explícita quanto à possibilidade desse exercício. Foi somente em 1932, dois anos antes de estabelecido o voto aos 18 anos, que as mulheres obtiveram o direito de votar, o que veio a se concretizar no ano seguinte. Isso ocorreu a partir da aprovação do Código Eleitoral de 1932.”

Disponível em: <http://tse.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 14 maio 2018.

Um dos fatores que contribuíram para a efetivação da medida mencionada no texto foi a

- a) superação da cultura patriarcal.
- b) influência de igrejas protestantes.
- c) pressão do governo revolucionário.
- d) fragilidade das oligarquias regionais.
- e) campanha de extensão da cidadania.

3. (Enem 2013)

“Tenho 44 anos e presenciei uma transformação impressionante na condição de homens e mulheres gays nos Estados Unidos. Quando nasci, relações homossexuais eram ilegais em todos os Estados Unidos, menos Illinois. Gays e lésbicas não podiam trabalhar no governo federal. Não havia nenhum político abertamente gay. Alguns homossexuais não assumidos ocupavam posições de poder, mas a tendência era eles tornarem as coisas ainda piores para seus semelhantes.”

ROSS, A. Na máquina do tempo. *Época*, ed. 766, 28 jan. 2013.

A dimensão política da transformação sugerida no texto teve como condição necessária a

- a) ampliação da noção de cidadania.
- b) reformulação de concepções religiosas.
- c) manutenção de ideologias conservadoras.
- d) implantação de cotas nas listas partidárias.
- e) alteração da composição étnica da população.

4. (Enem 2010)

Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria?

Por que tecer com esforços e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem?

Por que alimentar, vestir e poupar do berço até o túmulo esses parasitas ingratos que exploram vosso suor — ah, que bebem vosso sangue?

SHELLEY. Os homens da Inglaterra. Apud HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A análise do trecho permite identificar que o poeta romântico Shelley (1792–1822) registrou uma contradição nas condições socioeconômicas da nascente classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Tal contradição está identificada

- a) na pobreza dos empregados, que estava dissociada da riqueza dos patrões.
- b) no salário dos operários, que era proporcional aos seus esforços nas indústrias.
- c) na burguesia, que tinha seus negócios financiados pelo proletariado.
- d) no trabalho, que era considerado uma garantia de liberdade.
- e) na riqueza, que não era usufruída por aqueles que a produziam.




9. O ESTADO, O MERCADO E OS DIREITOS

Acompanhamos até aqui, nas páginas anteriores, o processo de luta e conquista da cidadania. Cabe nesse último tópico da nossa Primeira Parte sobre a trajetória da cidadania no mundo ocidental fazer um balanço desse caminho trilhado e pensar perspectivas que possam significar a redefinição de aspectos importantes da cidadania. Conforme viemos destacando frequentemente nas temáticas anteriores, não se trata de um conceito estático, imutável; antes o contrário: a cidadania é dinâmica, resultante das interações e mudanças na concepção de Estado, sociedade, direitos e participação... só para citar alguns dos aspectos que influenciam no conceito de cidadania.

O modelo que Marshall analisou e teorizou se consolidou no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os países europeus e o Japão, especialmente, estavam arrasados pelas consequências da Guerra. Os horrores do nazifascismo ainda reverberavam na memória dos vivos e o avanço do socialismo liderado pela União Soviética ameaçava os interesses capitalistas na Europa ocidental. Foi nesse contexto que se criou a Organização das Nações Unidas (ONU) e, entre suas primeiras resoluções, se estabeleceu o pacto em torno dos chamados DIREITOS HUMANOS.

O documento, de trinta artigos, recupera os argumentos da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, e promove uma atualização, com a incorporação dos direitos políticos e sociais universalizados, conforme destacados por Marshall.

Leia toda a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na Assembleia Geral da ONU em 1948, no seguinte endereço eletrônico: 



**DECLARAÇÃO
UNIVERSAL
DOS DIREITOS
HUMANOS**

https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declaracao-direitos-humanos/?gclid=Cj0KC0iAs-t2BBhDJARIsAGo2ldWKOus22H5wc3ppU8gE9-jcGK-q06P9aqj7Zk70kc-CEu336cX_5YPgaAh6IEALw_wcB



LEIA O QR CODE OU CLIQUE
PARA VER O TEXTO.

Nesse novo contexto do pós-Segunda Guerra, os países da Europa Ocidental, com a ajuda dos Estados Unidos por meio do chamado Plano Marshall (não é o autor do estudo sobre a cidadania, mas um general americano, que era secretário de Estado do governo de Harry Truman, George C. Marshall), conseguiram reerguer as suas economias e, paralelamente, oferecer uma melhor distribuição de renda, políticas públicas de qualidade nos setores essenciais como saúde e educação, assim como acesso a uma vida mais digna e confortável a boa parte dos seus cidadãos.

Bom lembrar que essas condições foram oferecidas diante do cenário geopolítico de conflito entre as superpotências da Guerra Fria: Estados Unidos e União Soviética. Argumenta-se que os capitalistas, temerosos quanto ao avanço do socialismo nos países destroçados pela Guerra, aceitaram o fortalecimento do Estado e as políticas públicas que ficaram conhecidas como o *welfare state*, isto é, um Estado de bem-estar social. Este modelo, com características próprias em cada país, se espalhou pelas nações capitalistas mais importantes, nomeadamente Estados Unidos, Europa ocidental e Japão.

Ocorre que, conforme dissemos, o conceito de cidadania é dinâmico, não se pode restringi-lo a um conjunto específico de direitos, novas demandas sociais podem surgir, novos contextos exigem adaptações. Entre o final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, movimentos sociais, especialmente da juventude, questionavam a ordem social do pós-Segunda Guerra, exigindo maiores liberdades no campo da educação, do trabalho, nas relações de gênero e nas práticas sexuais. Esses movimentos questionavam, ao mesmo tempo, a sociedade fundamentada nos valores capitalistas ocidentais e o modelo ditatorial socialista erigido a partir da União Soviética, por isso exigia maiores liberdades.

Por seu lado, os capitalistas também passaram a questionar o financiamento das políticas públicas que haviam permitido o *welfare state*, querendo

livrar os mercados das amarras impostas pelo Estado para garantir o funcionamento adequado do sistema capitalista acordado no contexto posterior à Segunda Guerra. A partir da década de 1980, políticas de liberalização econômico-financeiras e de diminuição das políticas sociais foram colocadas em prática por governos comprometidos com essa nova agenda primeiramente nos Estados Unidos (Ronald Reagan), na Inglaterra (Margareth Thatcher) e na Alemanha (Helmut Kohl), mas depois se espalhando por vários países do mundo. A promessa era de que a economia liberada das amarras do Estado de bem-estar se tornaria mais dinâmica, gerando empregos e oportunidades que poderiam significar melhoria na qualidade de vida das pessoas. Essa nova política econômica, menos intervencionista e garantidora das liberdades dos mercados, foi chamada de neoliberalismo. Este teve uma primeira aparição durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1989), no Chile.

Sobre a ditadura de Pinochet e sua política econômica, dê uma olhada nesta reportagem da BBC publicada na página do UOL no Brasil:



Por outro lado, dos movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, surgiu uma nova agenda de políticas públicas de cidadania voltada para as bandeiras das chamadas minorias: o movimento feminista ganhou novo impulso, assim como os movimentos em defesa de minorias étnico-raciais, como indígenas, negros e outros. Além deles, novos movimentos como a defesa dos direitos das comunidades LGBTQIA+ e de bandeiras ambientalistas que se associavam aos direitos dos povos das florestas.

Quer conhecer o cenário desses novos movimentos sociais na realidade brasileira? Recomendamos um livro muito bacana da Coleção Agenda Brasileira, da Editora Claro Enigma: André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (org). *Cidadania, um projeto em construção*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Adentramos ao século XXI com esse quadro de transformações significativas no que tange às garantias de cidadania: muitos dos objetivos conquistados

no período pós-Segunda Guerra, mesmo nos países ricos, foi se perdendo diante das novas políticas estatais voltadas mais aos interesses do mercado. Por outro lado, novas demandas fundadas nos movimentos sociais surgidos nos anos 1960 e 1970 pressionam por reconhecimento e direitos, que não eram atendidos antes, no contexto dos chamados Trinta Anos Gloriosos (1945-1975) do pós-Segunda Guerra, como a igualdade de gênero, os direitos das minorias étnico-raciais e da comunidade LGBTQIA+.



Diante desse quadro, os impasses colocados na contemporaneidade para a garantia da cidadania são de grande monta: estamos longe de oferecer a todos os cidadãos os direitos humanos aprovados pela Assembleia Geral da ONU em 1948, mas além disso não se pode ignorar o fato de que os novos movimentos por direitos que surgiram nesse caminho tenham reconhecimento. Tudo isso demanda políticas públicas que custam recursos importantes e que, muitas vezes, são negligenciadas para o atendimento dos interesses econômicos e das demandas dos mercados, no contexto de políticas neoliberais. A busca pelo equilíbrio entre a garantia de direitos, sejam os “velhos” ou os “novos”, com os recursos escassos num contexto de ampliação da ação dos mercados na economia é o dilema contemporâneo fundamental na conquista e garantia da cidadania.

Além disso, os próprios princípios da democracia representativa, aquela construída à duras penas desde o século XVIII, tem sido colocado em xeque pela incapacidade das representações em dialogar com as bases sociais e construir projetos coletivos. Os partidos, sindicatos e movimentos sociais tradicionais encontram-se enfraquecidos diante das mudanças recentes, seja da ordem capitalista, seja da incapacidade deles de dialogar com as novas demandas da cidadania. Sabemos todos que cabe a nós, os cidadãos, buscar a participação, o envolvimento, com essas discussões para construirmos coletivamente propostas que possam significar soluções para as questões do nosso tempo. Não é uma tarefa simples, bem sabemos, porém é dela que depende a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e livre para todos nós.

É nesse ambiente que ganham notoriedade movimentos que buscam apresentar saídas com pautas plurais e diversas, que tentam escapar das amarras de antigas construções ideológicas, para construir propostas de ação cidadã e de construção de políticas públicas que dialoguem com os problemas da sociedade e busquem respostas no ambiente democrático do convívio entre visões diferentes, pensamentos diversos, mas que coadunam da ideia de que política se faz no cotidiano, com as pessoas. Se as ideologias e as representações típicas estão em crise, é a organização da própria sociedade que pode fazer com que a democracia se ressignifique e a cidadania ganhe novo impulso.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. É possível reconstruir atualmente a sociedade de bem-estar social dos países centrais durante o período da Era de Ouro do capitalismo, entre 1945 e 1975?

2. De que forma a construção da participação cidadã pode construir caminhos que rompam com as polarizações e promovam novas formas de envolvimento com a política?



QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2020)

“Nas últimas décadas, uma acentuada feminização no mundo do trabalho vem ocorrendo. Se a participação masculina pouco cresceu no período pós-1970, a intensificação da inserção das mulheres foi o traço marcante. Entretanto, essa presença feminina se dá mais no espaço dos empregos precários, onde a exploração, em grande medida, se encontra mais acentuada.”

NOGUEIRA, C. M. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, R. et al. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

A transformação descrita no texto tem sido insuficiente para o estabelecimento de uma condição de igualdade de oportunidade em virtude da(s)

- a) estagnação de direitos adquiridos e do anacronismo da legislação vigente.
- b) manutenção do *status quo* gerencial e dos padrões de socialização familiar.

- c) desestruturação da herança patriarcal e das mudanças do perfil ocupacional.
- d) disputas na composição sindical e da presença na esfera político-partidária.
- e) exigências de aperfeiçoamento profissional e de habilidades na competência diretiva.

2. (Enem 2019)

“A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral da ONU na Resolução 217-A, de 10 de dezembro de 1948, foi um acontecimento histórico de grande relevância. Ao afirmar, pela primeira vez em escala planetária, o papel dos direitos humanos na convivência coletiva, pode ser considerada um evento inaugural de uma nova concepção de vida internacional.”

LAFER, C. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).
In: MAGNOLI, D. (Org.) *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

A declaração citada no texto introduziu uma nova concepção nas relações internacionais ao possibilitar a

- a) superação da soberania estatal.
- b) redução da truculência belicista.
- c) defesa dos grupos vulneráveis.
- d) impunidade dos atos criminosos.
- e) inibição dos choques civilizacionais.

3. (Enem 2015)

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.”

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

Na década de 1960, a proposição de Simone de Beauvoir contribuiu para estruturar um movimento social que teve como marca o(a)

- a) ação do Poder Judiciário para criminalizar a violência sexual.
- b) pressão do Poder Legislativo para impedir a dupla jornada de trabalho.
- c) organização de protestos públicos para garantir a igualdade de gênero.
- d) oposição de grupos religiosos para impedir os casamentos homoafetivos.
- e) estabelecimento de políticas governamentais para promover ações afirmativas.

4. (Enem 2011)

“Na década de 1990, os movimentos sociais camponeses e as ONGs tiveram destaque, ao lado de outros sujeitos coletivos. Na sociedade brasileira, a ação dos movimentos sociais vem construindo lentamente um conjunto de práticas democráticas no interior das escolas, das comunidades, dos grupos organizados e na interface da sociedade civil com o Estado. O diálogo, o confronto e o conflito têm sido os motores no processo de construção democrática.”

SOUZA, M. A. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: participação e possibilidades das práticas democráticas. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt>. Acesso em: 30 abr. 2010 (adaptado).

Segundo o texto, os movimentos sociais contribuem para o processo de construção democrática, porque

- a) determinam o papel do Estado nas transformações socioeconômicas.
- b) aumentam o clima de tensão social na sociedade civil.
- c) privilegiam determinadas parcelas da sociedade em detrimento das demais.
- d) propiciam a adoção de valores éticos pelos órgãos do Estado.
- e) pressionam o Estado para o atendimento das demandas da sociedade.

5. (Enem 2009)

O fim da Guerra Fria e da bipolaridade, entre as décadas de 1980 e 1990, gerou expectativas de que seria instaurada uma ordem internacional marcada pela redução de conflitos e pela multipolaridade. O panorama estratégico do mundo pós-Guerra Fria apresenta

- a) o aumento de conflitos internos associados ao nacionalismo, às disputas étnicas, ao extremismo religioso e ao fortalecimento de ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas e o crime organizado.
- b) o fim da corrida armamentista e a redução dos gastos militares das grandes potências, o que se traduziu em maior estabilidade nos continentes europeu e asiático, que tinham sido palco da Guerra Fria.
- c) o desengajamento das grandes potências, pois as intervenções militares em regiões assoladas por conflitos passaram a ser realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com maior envolvimento de países emergentes.
- d) a plena vigência do Tratado de Não Proliferação, que afastou a possibilidade de um conflito nuclear como ameaça global, devido à crescente consciência política internacional acerca desse perigo.
- e) a condição dos EUA como única superpotência, mas que se submetem às decisões da ONU no que concerne às ações militares.





PARTE 2

A DEMOCRACIA E A CIDADANIA NO BRASIL





1. A ESCRAVIDÃO E OS DIREITOS NA FORMAÇÃO DO BRASIL

Na Parte 1 deste livro, você se deparou com uma discussão do panorama da constituição da cidadania e da democracia nos países hoje considerados desenvolvidos da Europa ocidental e da América Anglo-saxônica. Evidentemente que esses processos influenciaram decisivamente o que ocorreu em outras partes do mundo, mas cada sociedade viveu a sua própria formação econômica, social, cultural e política. Dessa forma, compreender o processo brasileiro não pode ser simplesmente tentar encontrar paralelos com o processo europeu ou anglo-saxão, mas sim tentar esmiuçar a forma como essa sociedade se formou e de que forma estruturou as suas instituições políticas.

Claro que em vários momentos veremos paralelos entre o processo mundial e o brasileiro, mas isso para compreender as nossas especificidades e entender a formação da nossa cidadania e da nossa democracia nos contextos em que ela foi se constituindo a partir dos embates que vivenciamos.

Dito isto, é importante ter em mente que o Brasil não era algo fadado a acontecer, como um destino providencial. Não podemos observar o passado tentando justificar o presente. Este território que hoje é o Brasil foi ocupado pelos

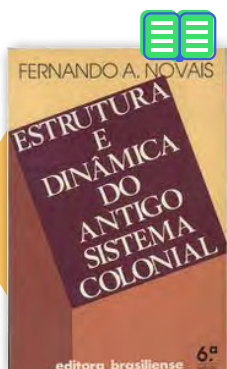
portugueses ao longo dos séculos XVI e XVII, constituindo aqui uma colônia com o objetivo de se obter o máximo de riquezas possível para o Império lusitano. Naquele contexto este local era a América portuguesa, chamada de Brasil, mas parte do Império ultramarino português, constituído durante a Expansão Marítima Europeia. Nada garante que este território se tornaria um Estado-nação independente, até porque este conceito nem existia naquela época.

Com o objetivo de extrair o máximo possível de riquezas, se instituiu na América portuguesa um sistema de produção de gêneros tropicais voltados à exportação, principalmente a cana de açúcar. A necessidade de uso intenso de mão de obra para essa atividade, fez com que os portugueses promovessem a instalação do trabalho escravo neste território. Em princípio, escravizaram as comunidades indígenas que viviam nestas terras quando da ocupação europeia. Porém, os indígenas tinham condições melhores de fuga por conhecerem o território e milhões deles morreram vítimas das doenças trazidas pelos europeus, como a gripe e a varíola. Nada daquele papo de que “índios não se adaptam ao trabalho regular, são preguiçosos”. Essa visão, preconceituosa e racista, foi divulgada no Brasil durante muito tempo. Aliás, qual de nós aceitaria se submeter a trabalho escravo? Não parece justa essa interpretação, certo?

Diante disso, a Coroa portuguesa, a partir da instalação do Governo-Geral no Brasil em 1548, procurou encontrar uma solução para a questão da mão de obra. Não havia no Reino gente suficiente para ocupar essas terras. Além disso, nenhum deles aceitariam trabalhar em condições precárias numa fazenda de cana de açúcar num local com abundância de terras onde poderiam se instalar e produzir para si. A saída encontrada foi duplamente interessante para Portugal: lembrem-se sempre, o interesse da colonização é a acumulação de capital na Metrópole.

O tráfico transatlântico de escravizados do continente africano para o americano trazia ganhos significativos à Metrópole: primeiro, resolvia a questão da falta de mão de obra na Colônia para a produção dos gêneros tropicais; mas o segundo fator era ainda mais interessante, já que o tráfico de seres humanos e a venda deles gerava lucro aos traficantes de escravos portugueses e à própria Coroa portuguesa, por meio dos impostos que cobrava pela atividade. Assim, como diz o historiador brasileiro Fernando Novais, é “o tráfico de escravos que explica a escravidão africana e não o contrário”.

Quem quiser estudar um pouco mais sobre essa interpretação, há um pequeno livro de Fernando Novais sobre o assunto, chama-se *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*, publicado pela




Editora Brasiliense. Nessa obra, o autor analisa as características do sistema colonial e de que forma o tráfico de escravizados é parte dessa estrutura. Recomendadíssimo!

Ao longo de todo o período de vigência do tráfico transatlântico de escravos, entre os séculos XVI e XIX, estima-se que em torno de 12 milhões de africanos foram retirados da África e trazidos para as Américas por traficantes de Portugal, Holanda, Inglaterra, Espanha, França e suas colônias no continente americano. A América portuguesa teria recebido em torno de 4,5 a 5 milhões deles, algo perto de 40% do total. A escravidão é um estigma que marca a relação entre os três continentes e está na base da formação das sociedades que se constituíram nas Américas.

Evidente que numa formação social como esta os direitos das populações nativas e aquelas para cá trazidas para serem escravizadas não foram de forma alguma respeitados. A formação do Brasil, no seu período colonial e também imperial, é marcada pela forte presença do trabalho escravizado e pela ausência total de direitos para a maioria da população. Na colônia, a participação política era restrita aos “homens bons”, os grandes proprietários de terras, de escravos e grandes comerciantes, que podiam participar das Câmaras Municipais e exercer os cargos públicos. Mesmo os homens livres pobres não tinham direitos de cidadania, sendo submetidos ao mandonismo local dos grandes proprietários.


Assim, a sociedade que aqui se constituiu ao longo da colonização foi marcada pelo privilégio aos grupos proprietários e pela exclusão dos mais empobrecidos. Entretanto, o signo indelével da nossa sociedade é o da escravidão que estigmatizou uma população que herdou contra si a condição de ex-cativos e herdeiros desse passado, numa sociedade que se tornou toda ela solidária em torno da escravidão. Como afirmou Joaquim Nabuco, no fim do século XIX, a escravidão deixou uma chaga nos corpos negros e nas almas brancas.

Sobre a questão da escravidão e sua trajetória no Brasil você pode ver este **vídeo** do portal Toda a Matéria, que procura fazer uma boa síntese sobre o tema:



Toda matéria
**A ESCRavidÃO
NO BRASIL**
[https://www.youtube.com/
watch?v=5gtxfshuf5c](https://www.youtube.com/watch?v=5gtxfshuf5c)

LEIA O QR CODE OU
CLIQUE PARA VER O VÍDEO.



QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. O Brasil foi constituído em três séculos de colonização. Sem dúvida isso trouxe impactos na nossa formação como nação. Quais elementos decisivos você citaria como presentes até hoje no nosso cotidiano?
2. Segundo o que estudamos aqui, a lógica do privilégio nos costumes políticos é um elemento decisivo da nossa formação. De que forma ela ainda se manifesta?



QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2019)

“A partir da segunda metade do século XVII, o número de escravos recém-chegados cresce no Rio e se estabiliza na Bahia. Nenhum lugar servia tão bem à recepção de escravos quanto o Rio de Janeiro.”

FRANÇA, R. O tamanho real da escravidão. *O Globo*, 5 abr. 2015 (adaptado).

Na matéria, o jornalista informa uma mudança na dinâmica do tráfico atlântico que está relacionada à seguinte atividade:

- a) Coleta de drogas do sertão.
- b) Extração de metais preciosos.
- c) Adoção da pecuária extensiva.
- d) Retirada de madeira do litoral.
- e) Exploração da lavoura de tabaco.

2. (Enem 2018)

“Outra importante manifestação das crenças e tradições africanas na Colônia eram os objetos conhecidos como “bolsas de mandinga”. A insegurança tanto física como espiritual gerava uma necessidade generalizada de proteção: das catástrofes da natureza, das doenças, da má sorte, da violência dos núcleos urbanos, dos roubos, das brigas, dos malefícios de feiticeiros etc. Também para trazer sorte, dinheiro e até atrair mulheres, o costume era corrente nas primeiras décadas do século XVIII, envolvendo não apenas escravos, mas também homens brancos.”

CALAINHO, D. B. Feitiços e feiticeiros. In: FIGUEIREDO, L. História do Brasil para ocupados. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013 (adaptado).

A prática histórico-cultural de matriz africana descrita no texto representava um(a)

- a) expressão do valor das festividades da população pobre.
- b) ferramenta para submeter os cativos ao trabalho forçado.
- c) estratégia de subversão do poder da monarquia portuguesa.
- d) elemento de conversão dos escravos ao catolicismo romano.
- e) instrumento para minimizar o sentimento de desamparo social.

3. (Enem 2017)

A fotografia, datada de 1860, é um indício da cultura escravista no Brasil, ao expressara



Fotografia de Augusto Gomes Leal e da ama de leite Mônica, cartão de visita de 1860.

KOUTSOUKOS, S. S. M. Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org>. Acesso em: 8 maio 2013.

- a) ambiguidade do trabalho doméstico exercido pela ama de leite, desenvolvendo uma relação de proximidade e subordinação em relação aos senhores.
- b) integração dos escravos aos valores das classes médias, cultivando a família como pilar da sociedade imperial.
- c) melhoria das condições de vida dos escravos observada pela roupa luxuosa, associando o trabalho doméstico a privilégios para os cativos.
- d) esfera da vida privada, centralizando a figura feminina para afirmar o trabalho da mulher na educação letrada dos infantes.
- e) distinção étnica entre senhores e escravos, demarcando a convivência entre estratos sociais como meio para superar a mestiçagem.

4. (Enem 2016)

“A África Ocidental é conhecida pela dinâmica das suas mulheres comerciantes, caracterizadas pela perícia, autonomia e mobilidade. A sua presença, que fora atestada por viajantes e por missionários portugueses que visitaram a costa a partir do século XV. Consta também na ampla documentação sobre a região. A literatura é rica em referências às grandes mulheres como as vendedoras ambulantes, cujo jeito para o negócio, bem como a autonomia e mobilidade, é tão típico da região.”

HAVIK, P. Dinâmicas e assimetrias afro-atlânticas: a agência feminina e representações em mudança na Guiné (séculos XIX e XX). In: PANTOJA, S. (Org.). *Identities, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE; Luanda: Nzila, 2006.

A abordagem realizada pelo autor sobre a vida social da África Ocidental pode ser relacionada a uma característica marcante das cidades no Brasil escravista nos séculos XVIII e XIX, que se observa pela

- a) restrição à realização do comércio ambulante por africanos escravizados e seus descendentes.
- b) convivência entre homens e mulheres livres, de diversas origens, no pequeno comércio.
- c) presença de mulheres negras no comércio de rua de diversos produtos e alimentos.
- d) dissolução dos hábitos culturais trazidos do continente de origem dos escravizados.
- e) entrada de imigrantes portugueses nas atividades ligadas ao pequeno comércio urbano.



2. ENTRE AS CONSTITUIÇÕES DE 1824 E 1891

Conforme já apontamos acima, a escravidão se manteve no Brasil mesmo depois da conquista da independência, em 1822. Essa opção das elites nacionais em manter o regime escravista no país cobrou o seu preço no que diz respeito à formação da nossa democracia e das características da nossa cidadania. A partir de agora vamos acompanhar a trajetória das nossas opções como Estado-nação. Ao contrário do período colonial, a partir daqui os destinos do país passaram a ser decisão da sociedade que se constituiu independente no começo do século XIX, ou seja, foram decisões do país. Claro que influências externas continuam sendo importantes, mas no limite as decisões foram internalizadas e essa é uma grande mudança, alguns diriam revolucionária, dos processos de independência da América, em geral, e do Brasil, em particular.

Entre 1822 e 1889 o Brasil foi uma Monarquia. O Império do Brasil foi regido por uma Constituição imposta pelo imperador D. Pedro I, em 1824. Esta Carta Magna fez do país uma monarquia constitucional com poderes ampliados ao imperador que exercia sozinho o chamado Poder Moderador, que podia intervir nos outros três poderes (o Executivo, o Legislativo e o Judiciário), e com a manutenção da ordem escravista.



Uma boa síntese sobre a trajetória do Brasil no período imperial você pode ler num livro do historiador gaúcho Mário Maestri: *Uma História do Brasil: Império*, da Editora Contexto. Para quem gosta de uma boa leitura de história, mas com uma linguagem para não especialistas.

Logo, boa parte dos habitantes do país era mantida como cativa e não tinha acesso a nenhum direito. Por outro lado, aqueles que eram homens livres acima de 25 anos, desde que atingissem a renda mínima de 100 mil-réis determinada na Constituição, podiam exercer o direito político do voto. Com o tempo, e a corrosão do valor da moeda pela inflação, a maioria dos homens livres atingiu o nível de renda exigido. Assim, a participação eleitoral foi aumentando no Brasil, chegando, segundo o Censo de 1872, a algo em torno de 13% da população livre, superior à maioria dos países europeus na época.

Entretanto, esse direito não era necessariamente exercido de forma autônoma, já que boa parte dos eleitores era subordinado a algum “coronel” ou “chefe” político local, que tornava o direito do voto uma formalidade, sem condições efetivas de influir no andamento do jogo político. Mesmo este direito limitado acabou por ser restringido com a Lei Saraiva de 1881, que por mais que tenha colocado fim ao voto censitário, o proibiu entre os analfabetos, maioria dos eleitores do país naquele momento, incluindo alguns que tinham renda para votar.

Entre 1822 e 1840, período que compreende o Primeiro Reinado e o chamado Período Regencial, os conflitos resultantes dos interesses distintos dos grupos que promoveram a independência, bem como a ascensão de movimentos populares contrários à manutenção da ordem social vigente naquele contexto, abalavam de forma significativa a construção do novo Estado, ainda incapaz de promover uma unidade nacional ou de constituir algo parecido com uma nação. D. Pedro I deixou o trono em 1831, após se tornar bastante impopular pelos fracassos econômicos e políticos. Seu herdeiro tinha apenas 5 anos de idade e, por isso, o país viveu o período das Regências, entre 1831 e 1840, quando o governo coube aos membros da Câmara de Deputados escolhidos em eleição indireta. Estes representantes não eram vistos como legítimos em diversas regiões do país. Muitas revoltas explodiram, desde levantes de escravizados, como os Malês em Salvador (1835), passando por grupos populares de livres ou libertos, como os Balaíos do Maranhão (1837-1840), até das elites regionais, como os Farroupilhas no Rio Grande do Sul (1835-1845).

Este clima de conflito levou parte da elite política do país a propor a antecipação da maioria do imperador, que foi coroado em 1840 como D. Pedro II, com apenas 14 anos. Foi durante seu reinado, que se estende até 1889, que as instituições do Estado Nacional se consolidaram no Brasil, mantendo os traços excludentes dos direitos de cidadania à maioria da população que aqui vivia, como a escravidão e a exclusão social dos grupos mais pobres.

A pressão externa contra o tráfico negreiro fez com que o Brasil se impusesse o fim dele a partir de 1850. Desde então, movimentos abolicionistas, iniciados pelos próprios escravizados e, pouco a pouco, incorporando as populações urbanas das cidades brasileiras começaram a ganhar fôlego. Após um longo processo de pressão, o fim do regime escravista no Brasil se deu em 1888. Como a Monarquia era sustentada pela elite escravista, o regime político também se enfraqueceu, sendo derrubado por uma aliança entre as elites de cafeicultores do Sudeste, as classes médias urbanas e as Forças Armadas, sendo que foram os militares que primeiro assumiram o controle do Estado brasileiro com a implantação da República, em 1889.

Lembra quando falamos na Parte 1 sobre o surgimento da República lá na Roma antiga? Qual era a ideia que sustentava o seu surgimento? A noção de que “coisa pública” era algo pertencente aos cidadãos, sem soberanos ou superiores, com todos os cidadãos envolvidos na condução do que é público. Pois bem, foi o que vimos na fundação da República no Brasil? Infelizmente, não. A República aqui surgida em 1889, e consolidada na Constituição de 1891, mantinha a restrição dos direitos políticos dos cidadãos apenas aos alfabetizados, minoria absoluta da população. Além disso, apesar de afirmar os direitos civis de todos os brasileiros, não foram colocados em prática esses direitos para ex-escravizados, e nem se promoveu uma inserção imediata aos direitos dos imigrantes que foram trazidos ao país naquele contexto.

Precisa relembrar os elementos que levaram ao fim do Império e a instalação da República? Aqui sugerimos um pequeno **vídeo** da TV Senado que apresenta alguns elementos e curiosidades sobre esse processo de transição da nossa história política:

HISTÓRIAS DO BRASIL
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

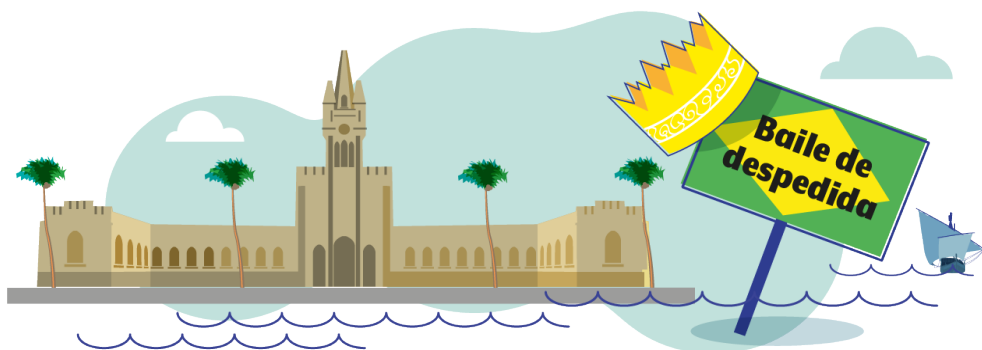
TV Senado
INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA

<https://www.youtube.com/watch?v=-T2gMKpADSQU>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA VER O VÍDEO.

Exemplos claros disso podemos observar na total ausência de políticas públicas voltadas para a incorporação dos negros na sociedade como cidadãos livres: educação, saúde, emprego, moradia, terra... nenhuma política dessas foi levada à frente pelo Estado republicano. Aos imigrantes, aqueles que se envolvessem em movimentos políticos por direitos eram deportados, independentemente de já terem constituído família no Brasil.

Dessa forma, as garantias constitucionais de cidadania à boa parte da população brasileira era algo apenas presente na lei. Como a maioria não podia participar da escolha de representantes em eleições, não tinha força para protagonizar mudanças institucionalmente, via processo regular de uma democracia. Porém, isso não impediu que muitos movimentos sociais eclodissem nesse período reivindicando mudanças na estrutura social e política do país. Este é o tema do nosso próximo tópico.



QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. A Constituição de 1824 previa um sistema de voto censitário que, aparentemente, foi mais “democrático” do que aquele que acabou prevalecendo na Constituição de 1891. Como explicar esse fenômeno?

2. Após o fim do regime escravista, a ausência de políticas públicas para a inserção dos negros na sociedade como cidadãos impactou no futuro do país?



QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2019)

Art. 90. As nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral, e dos membros dos Conselhos Gerais das províncias, serão feitas por eleições, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais, os eleitores de província, e estes, os representantes da nação e província.

Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, os oficiais militares, que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados e os clérigos de ordens sacras.

II. Os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem a ofícios públicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas.

IV. Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego.

BRASIL. Constituição de 1824. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 4 abr. 2015 (adaptado).

De acordo com os artigos do dispositivo legal apresentado, o sistema eleitoral instituído no início do Império é marcado pelo(a):

- a) representação popular e sigilo individual.
- b) voto indireto e perfil censitário.
- c) liberdade pública e abertura política.
- d) ética partidária e supervisão estatal.
- e) caráter liberal e sistema parlamentar.

2. (Enem 2019)

“Entre os combatentes estava a mais famosa heroína da Independência. Nascida em Feira de Santana, filha de lavradores pobres, Maria Quitéria de Jesus tinha trinta anos quando a Bahia começou a pegar em armas contra os portugueses. Apesar da proibição de mulheres nos batalhões de voluntários, decidiu se alistar às escondidas. Cortou os cabelos, amarrou os seios, vestiu-se de homem e incorporou-se às fileiras brasileiras com o nome de Soldado Medeiros.”

GOMES, L. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

No processo de Independência do Brasil, o caso mencionado é emblemático porque evidencia a

- a) rigidez hierárquica da estrutura social.
- b) inserção feminina nos ofícios militares.
- c) adesão pública dos imigrantes portugueses.
- d) flexibilidade administrativa do governo imperial.
- e) receptividade metropolitana aos ideais emancipatórios.

3. (Enem 2018)

“A poetisa Emília Freitas subiu a um palanque, nervosa, pedindo desculpas por não possuir títulos nem conhecimentos, mas orgulhosa ofereceu a sua pena que “sem ser hábil, é, em compensação, guiada pelo poder da vontade”. Maria Tomásia pronunciava orações que levantavam os ouvintes. A escritora Francisca Clotilde arrebatava, declamando seus poemas. Aquelas “angélicas senhoras”, “heroínas da caridade”, levantavam dinheiro para comprar liberdades e usavam de seu entusiasmo a fim de convencer os donos de escravos a fazerem alforrias gratuitamente.”

MIRANDA, A. Disponível em: www.opovoonline.com.br. Acesso em: 10 jun. 2015

As práticas culturais narradas remetem, historicamente, ao movimento

- a) feminista.
- b) sufragista.
- c) socialista.
- d) republicano.
- e) abolicionista.

4. (Enem 2015)

TEXTO I

“Em todo o país a lei de 13 de maio de 1888 libertou poucos negros em relação à população de cor. A maioria já havia conquistado a alforria antes de 1888, por meio de estratégias possíveis. No entanto, a importância histórica da lei de 1888 não pode ser mensurada apenas em termos numéricos. O impacto que a extinção da escravidão causou numa sociedade constituída a partir da legitimidade da propriedade sobre a pessoa não cabe em cifras.”

ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (adaptado).

TEXTO II

“Nos anos imediatamente anteriores à Abolição, a população livre do Rio de Janeiro se tornou mais numerosa e diversificada. Os escravos, bem menos numerosos que antes, e com os africanos mais aculturados, certamente não se distinguiram muito facilmente dos libertos e dos pretos e pardos livres habitantes da cidade. Também já não é razoável presumir que uma pessoa de cor seja provavelmente cativa, pois os negros libertos e livres poderiam ser encontrados em toda parte.”

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 (adaptado).

Sobre o fim da escravidão no Brasil, o elemento destacado no Texto I que complementa os argumentos apresentados no Texto II é o(a)

- a) variedade das estratégias de resistência dos cativos.
- b) controle jurídico exercido pelos proprietários.
- c) inovação social representada pela lei.
- d) ineficácia prática da libertação.
- e) significado político da Abolição.



3. AS CONDIÇÕES DE CIDADANIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Vimos antes que a Constituição de 1891, fundadora da República no Brasil, promoveu a garantia dos direitos civis em lei. Porém, os direitos políticos e sociais não apareciam estendidos na Carta Magna, e mesmo aqueles civis estavam mais representados no texto do que na prática. Tratava-se de um regime oligárquico.

Mas afinal, o que é um governo oligárquico? O que caracteriza uma oligarquia? A definição do *Oxford Languages* diz: “substantivo feminino; 1. regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família; 2. Por extensão: preponderância de um pequeno grupo no poder”. Ou seja, parece clara a definição de que se trata de um governo exercido por um pequeno grupo que toma para si o controle do Estado. Essa é a caracterização mais significativa desse período da história brasileira: um governo exercido pelas oligarquias regionais nos estados e com uma preponderância das oligarquias vinculadas à produção do café no plano federal.

Essa situação fez surgir no Brasil, desde o início da República, uma série de movimentos em busca da ampliação dos direitos de cidadania e de questionamento da ordem oligárquica. Esses movimentos ocorreram no campo e na cidade, com características e motivações diferentes, mas em geral representando o descontentamento com as condições de vida que a população em geral estava submetida. Essas revoltas populares, em muitos aspectos, foram minando o poder das oligarquias que governavam o país ao longo da chamada Primeira República, criando o ambiente político e as condições sociais de rompimento com aquele regime.

No campo, por exemplo, se observam os movimentos messiânicos, que relacionam a fé religiosa e a busca por terra pelos trabalhadores rurais, que tentavam escapar do controle dos grandes proprietários, chamados de coronéis, que comandavam o meio rural e as pequenas vilas e cidades brasileiras naquela época. É o que ocorreu com a formação do arraial de Canudos, em Belo Monte, região norte da Bahia. Entre novembro de 1896 e outubro de 1897, ocorreu a Guerra de Canudos, conflito entre os habitantes do arraial liderado pelo messiânico Antonio Conselheiro e as forças militares do governo.

Para compreender a Guerra de Canudos, é necessário aprofundar-se no messianismo de Antônio Conselheiro. Ele se tornou conhecido nos sertões durante a grande seca de 1877 que atingiu o Nordeste brasileiro. Conselheiro pregava ao povo sobre personagens místicos do cristianismo popular e acreditava que a solução para o sofrimento do povo dos sertões estava na fé e na luta pela autonomia. Sua figura passou a representar uma perspectiva de “salvação” para aquela população pobre, que o via como um profeta que trazia as promessas de um tempo novo, de uma nova era.

A experiência comunitária da formação do arraial de Canudos ameaçava o poder dos coronéis e das oligarquias locais, bem como a primazia da Igreja na evangelização popular. Foi em função desses dois aspectos, que o governo republicano foi instado a combater Canudos e destruir o Arraial, que resistiu bravamente a diversas ações militares, mas acabou sucumbindo. A experiência de Canudos, entretanto, inspirou outros movimentos do mesmo tipo no país, como o Contestado, na fronteira dos estados de Santa Catarina e Paraná, entre 1912 e 1916. A Guerra de Canudos inspirou também uma das obras mais importantes da literatura brasileira, o livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, jornalista enviado pelo jornal *O Estado de São Paulo* para fazer a cobertura da guerra para o periódico.

Nas cidades, podemos destacar duas revoltas ocorridas no Rio de Janeiro em busca da garantia dos direitos civis: a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta

dos Marinheiros (1910). A primeira foi uma revolta contra a vacinação obrigatória de combate à varíola. Bom lembrar que nenhuma campanha de vacinação foi feita, explicando à população a necessidade da vacina, povo este que não tinha motivos para confiar nos governantes que não demonstravam preocupações com as massas não eleitoras. A população enfrentou a polícia nas ruas, num intenso quebra-quebra, para reivindicar o direito ao próprio corpo. Já os marinheiros, em sua maioria negros e mestiços, revoltaram-se contra os castigos corporais na Marinha e exigiam melhores condições de trabalho. Novamente uma luta pela garantia dos direitos civis.

Sobre os movimentos sociais do campo e da cidade que surgiram nesse período, veja esta **aula** do portal Brasil escola que explica em mais detalhes as características dessas revoltas:



Portal Brasil escola
REVOLTAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA
<https://www.youtube.com/watch?v=TqSEGSxvvc>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA VER O VÍDEO.

Em 1917, uma grande mobilização operária por melhores condições de trabalho, aumento salarial e direitos trabalhistas, como jornada de 8 horas, direito de greve e de organização sindical, eclodiu em São Paulo, levando à paralisação de muitas fábricas no município. O movimento foi duramente reprimido pelas forças policiais. Atribui-se a um dos presidentes da República da época, Washington Luís, a seguinte frase: “A questão social é uma questão de polícia”. Certamente, esse desprezo pelos direitos sociais se associava também ao fato de que as massas não tinham direitos políticos: a impossibilidade de participação no processo eleitoral e na formação de partidos políticos fazia com que as reivindicações populares fossem tratadas como “questão de polícia”.

O governo oligárquico, sendo assim, era uma das questões centrais para o enfrentamento do problema social no país. Na década de 1920, diversos novos movimentos surgidos na sociedade, como os Modernistas a partir de 1922, a formação do Partido Comunista Brasileiro no mesmo ano, o Bloco Operário-Camponês em 1927 e a eclosão do Movimento Tenentista mostravam que novos setores, como as classes médias urbanas que cresciam com a industrialização e a urbanização do país, reivindicavam espaço político. Mesmo dentro

da oligarquia, os rachas começavam a surgir: em São Paulo surge o Partido Democrático, uma dissidência do tradicional Partido Republicano Paulista.

Para uma análise das características dos anos 1920 no Brasil, com comparações ao contexto contemporâneo, sugerimos a leitura da **reportagem** da BBC Brasil sobre o centenário da independência do Brasil, comemorado em 1922, comparando com o bicentenário, celebrado em 2022. Nele, faz-se um panorama dos temas econômicos, políticos e sociais debatidos no país em cada uma das datas:



BBC NEWS BRASIL
Como era o Brasil do 1º centenário da Independência, há 100 anos

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-60287458>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA LER A MATÉRIA.



Para todos esses movimentos, uma transformação do sistema político e um tratamento da questão social eram as principais bandeiras. Tudo isso desembocou no que se chamou no Brasil de Revolução de 1930. Vamos ao tema no próximo texto.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Um regime oligárquico, que governou o país por mais de quarenta anos, é totalmente improvável atualmente, ou corremos esse risco com o aumento da concentração da riqueza em escala mundial?
2. Os movimentos sociais do período da Primeira República são geralmente negligenciados no momento de se pensar a luta pela democracia e cidadania no Brasil. Qual o legado deles na sua visão?





QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2019)

“A Revolta da Vacina (1904) mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado, fragmentado da ação popular. Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões políticas; defendiam-se valores e direitos considerados acima da intervenção do Estado.”

CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987 (adaptado).

A mobilização analisada representou um alerta, na medida em que a ação popular questionava:

- a) a alta de preços.
- b) a política clientelista.
- c) as reformas urbanas.
- d) o arbítrio governamental.
- e) as práticas eleitorais.

2. (Enem 2018)

“Rodrigo havia sido indicado pela oposição para fiscal duma das mesas eleitorais. Pôs o revólver na cintura, uma caixa de balas no bolso e encaminhou-se para seu posto. A chamada dos eleitores começou às sete da manhã. Plantados junto da porta, os capangas do Trindade ofereciam cédulas com o nome dos candidatos oficiais a todos os eleitores que entravam. Estes, em sua quase totalidade, tomavam docilmente dos papeluchos e depositavam-nos na urna, depois de assinar a autêntica. Os que se recusavam a isso tinham seus nomes acintosamente anotados.”

VERISSIMO, E. *O tempo e o vento*. São Paulo: Globo, 2003 (adaptado)

Erico Veríssimo tematiza em obra ficcional o seguinte aspecto característico da vida política durante a Primeira República:

- a) Identificação forçada de homens analfabetos.
- b) Monitoramento legal dos pleitos legislativos.
- c) Repressão explícita ao exercício de direito.
- d) Propaganda direcionada à população do campo.
- e) Cerceamento policial dos operários sindicalizados.

3. (Enem 2018)

“Os seus líderes terminaram presos e assassinados. A “marujada” rebelde foi inteiramente expulsa da esquadra. Num sentido histórico, porém, eles foram vitoriosos. A “chibata” e outros castigos físicos infamantes nunca mais foram oficialmente utilizados; a partir de então, os marinheiros – agora respeitados – teriam suas condições de vida melhoradas significativamente. Sem dúvida fizeram avançar a História.”

MAESTRI, M. *1910: a revolta dos marinheiros, uma saga negra*. São Paulo: Global, 1982.

A eclosão desse conflito foi resultado da tensão acumulada na Marinha do Brasil pelo(a)

- a) engajamento de civis analfabetos após a emergência de guerras externas.
- b) insatisfação de militares positivistas após a consolidação da política dos governadores.
- c) rebaixamento de comandantes veteranos após a repressão a insurreições milenaristas.
- d) sublevação das classes populares do campo após a instituição do alistamento obrigatório.
- e) manutenção da mentalidade escravocrata da oficialidade após a queda do regime imperial.

4. (Enem 2016)

“O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o domínio do coronel. Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, com base em barganhas entre o governo e os coroneis. O coronel tem o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de voto.”

CARVALHO, J. M. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998 (adaptado)

No contexto da Primeira República no Brasil, as relações políticas descritas baseavam-se na

- a) coação das milícias locais
- b) estagnação da dinâmica urbana
- c) valorização do proselitismo partidário
- d) disseminação de práticas clientelistas
- e) centralização de decisões administrativas.

5. (Enem 2013)

“Nos estados, entretanto, se instalavam as oligarquias, de cujo perigo já nos advertia Saint-Hilaire, e sob o disfarce do que se chamou “a política dos governadores”. Em círculos concêntricos esse sistema vem cumular no próprio poder central que é o sol do nosso sistema.”

PRADO, P. *Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

A crítica presente no texto remete ao acordo que fundamentou o regime republicano brasileiro durante as três primeiras décadas do século XX e fortaleceu o(a)

- a) poder militar, enquanto fiador da ordem econômica.
- b) presidencialismo, como o objetivo de limitar o poder dos coronéis.
- c) domínio de grupos regionais sobre a ordem federativa.
- d) intervenção nos estados, autorizada pelas normas constitucionais.
- e) isonomia do governo federal no tratamento das disputas locais.



4. A ERA VARGAS E A CIDADANIA REGULADA

Você já ouviu falar da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)? Conhece a trajetória de empresas importantes na história do país como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) ou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)? Já ouviu no rádio o programa produzido pelo Governo Federal chamado *A voz do Brasil*? Todos esses elementos estão diretamente relacionados com a Era Vargas. Como todo líder político da dimensão de Getúlio, há os que defendem e os que criticam, mas ninguém duvida do papel central exercido pela sua liderança em transformações profundas da economia, da sociedade, da cultura e da política do país. Vamos aqui nos dedicar a este último ponto, ou seja, o que a Era Vargas promoveu de mudanças nas instituições políticas brasileiras.

Não lembra nada sobre a Era Vargas? Deu branco? Dá uma olhadinha nesse [vídeo](#) do Descomplica. Ele resume as principais características desse período tão importante da história brasileira:

Canal Descomplica
ERA VARGAS

<https://www.youtube.com/watch?v=TjJB15RrA-E&t=186s>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA VER O VÍDEO.

Aquela crise dos anos 1920 que discutimos na passagem acima, desembocou nas eleições de 1930, quando o presidente paulista Washington Luís rompeu com a política do café com leite. Em vez de apoiar o candidato de Minas Gerais, lançou Júlio Prestes, outro paulista. Lideranças mineiras então se uniram ao Rio Grande do Sul, à Paraíba e à oposição de outros estados e formaram a Aliança Liberal, lançando a candidatura de Getúlio Vargas para presidente e do paraibano João Pessoa para vice-presidente. Derrotada nas eleições, a Aliança Liberal, com o apoio da maior parte das Forças Armadas, derrubou o governo de Washington Luís. Este levante ficou conhecido como **Revolução de 1930**.

A Revolução representou o fim da hegemonia das oligarquias regionais e promoveu uma nova composição de forças políticas nos conflitos pelo controle do Estado brasileiro: as Forças Armadas, as burguesias industrial e financeira, os representantes da classe média e os trabalhadores urbanos passaram a exercer papel importante no jogo político da nação, junto àquelas velhas oligarquias de base agrária, que perderam a primazia, mas não a importância.

O processo que levou Getúlio Vargas ao poder gera, até hoje, debate entre os estudiosos do tema. Há aqueles que consideram 1930 uma **Revolução Burguesa**, já que seria marcada pela ascensão da burguesia industrial em substituição a anacrônica e conservadora elite agroexportadora. Uma segunda interpretação corrente, considera o movimento de 1930 uma **Reorganização Oligárquica**, cujo objetivo era tornar a economia mais associada ao mercado interno no contexto da explosão da Crise de 1929 e da Depressão dos anos 1930. Existem outros que consideram que 1930 é resultado da decadência das oligarquias e do vazio de poder resultante disso, que teria gerado um **“Estado de compromisso”** entre as diferentes frações de classe, fortalecendo o poder de Vargas, que ganhou autonomia para promover um projeto de modernização econômica e de centralização política. Por fim, há estudiosos que consideram que 1930 seria uma **Contrarrevolução das Elites**, isto é, uma resposta dos grupos poderosos ao crescimento do movimento operário, do Partido Comunista e do surgimento do Bloco Operário Camponês. O fato é que nenhuma dessas interpretações encerra a *verdade absoluta*, mas alimentam debates sobre os aspectos mais importantes desse processo de transformação da trajetória brasileira.

Aliás, é assim que se faz no estudo das ciências sociais. As pesquisas e os conhecimentos sobre o universo do político, do econômico, do social ou do cultural permitem interpretações distintas, desde que construídas a partir de dados concretos e de fatos comprovados. Estas interpretações apontadas acima são consagradas porque respeitam esses princípios fundamentais da produção do saber na área.



Vamos voltar à Era Vargas. Geralmente a dividimos em três momentos: (1) o Governo Provisório, entre 1930 e 1934; (2) o Governo Constitucional, entre 1934 e 1937; e (3) a Ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945.

O que verificamos, entretanto, ao longo desses períodos é um aprofundamento da tendência à centralização política. Se, ao longo da Primeira República, as oligarquias regionais tinham muito poder, desde a instalação do Governo Provisório, Vargas procurou enfraquecer os poderes locais: nomeou interventores de sua confiança nos estados, fechou as sedes do poder legislativo e promoveu a formação de grupos aliados em todas as localidades. Essa ramificação política a partir do Executivo federal promoveu um intenso processo de centralização do poder que terminava nas mãos do chefe de Estado, no caso Getúlio Vargas.

Mesmo após a reconstitucionalização do país, em 1934, quando Vargas foi eleito indiretamente para um mandato de quatro anos, o processo de centralização se manteve, inclusive com o surgimento de partidos nacionais, como a Ação Integralista Brasileira (de perfil fascista) e a Aliança Nacional Libertadora (frente antifascista nucleada pelos comunistas): o conflito internacional do pós-Primeira Guerra entre fascismo e socialismo apresentava a sua manifestação nas terras brasileiras.

Vargas, com apoio de setores das Forças Armadas, das elites políticas e econômicas e de parcela do operariado ascendente, promoveu um golpe em 1937: cancelou as eleições programadas para o ano seguinte e instituiu uma ditadura conhecida como Estado Novo, onde a obra de centralização política encontrou o seu apogeu. Nesse contexto, os direitos civis e políticos dos cidadãos foram evidentemente reprimidos, mas foi quando as conquistas de direitos sociais mais avançaram no país até então, com a criação de leis trabalhistas e de proteção social, especialmente para o operariado urbano. Notem esse detalhe importante: o avanço dos direitos não é necessariamente

num movimento crescente dos civis, para os políticos e, em seguida, para os sociais. No caso do Brasil, avanços importantes nos direitos sociais foram conquistados em contextos em que havia fortes restrições aos direitos civis e políticos, como num regime ditatorial tal qual o Estado Novo.

O projeto político de Vargas vinha associado ao interesse econômico de modernizar o país, industrializá-lo, na perspectiva de torná-lo autônomo na produção de diversos bens. Esta política, conhecida como substituição de importações, pautou toda a estratégia econômica do país pelo menos até a década de 1980. Industrializar e modernizar, significa necessariamente urbanizar e proletarizar boa parte da população. A cidadania está então regulada pelos interesses desse projeto de modernização. Os efeitos políticos dessas mudanças serão fundamentais para a compreensão da nossa trajetória democrática e cidadã nas décadas seguintes. Vamos continuar a caminhada nos próximos temas?

Para conhecer um pouco a história do trabalho e dos movimentos trabalhistas, e entender como isso influenciou o Brasil e a formação da CLT, sugerimos o **texto** publicado no site Politize! a seguir:

POLITIZE!
Direitos trabalhistas:
um resumo da história

<https://www.politize.com.br/direitos-trabalhistas-historia/>

LEIA O QR CODE OU
CLIQUE PARA LER A ENTREVISTA.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Aparentemente o legado da Era Vargas é dúbio: quais aspectos desse legado mais chamam a atenção?
2. Uma das marcas da Era Vargas foi o desenvolvimento industrial do país. Podemos afirmar que era incompatível um projeto de industrialização nacional com um regime democrático naquele momento?





QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2018)

“O marco inicial das discussões parlamentares em torno do direito do voto feminino são os debates que antecederam a Constituição de 1824, que não trazia qualquer impedimento ao exercício dos direitos políticos por mulheres, mas, por outro lado, também não era explícita quanto à possibilidade desse exercício. Foi somente em 1932, dois anos antes de estabelecido o voto aos 18 anos, que as mulheres obtiveram o direito de votar, o que veio a se concretizar no ano seguinte. Isso ocorreu a partir da aprovação do Código Eleitoral de 1932.”

Disponível em: <http://tse.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 14 maio 2018.

Um dos fatores que contribuíram para a efetivação da medida mencionada no texto foi a

- a) superação da cultura patriarcal.
- b) influência de igrejas protestantes.
- c) pressão do governo revolucionário.
- d) fragilidade das oligarquias regionais.
- e) campanha de extensão da cidadania.

2. (Enem 2018)



Essa imagem foi impressa em cartilha escolar durante a vigência do Estado Novo com o intuito de

- a) destacar a sabedoria inata do líder governamental.
- b) atender a necessidade familiar de obediência infantil.
- c) promover o desenvolvimento consistente das atitudes solidárias.
- d) conquistar a aprovação política por meio do apelo carismático.
- e) estimular o interesse acadêmico por meio de exercícios intelectuais.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 6 dez. 2017.

3. (Enem 2016)

“A regulação das relações de trabalho compõe uma estrutura complexa, em que cada elemento se ajusta aos demais. A Justiça do Trabalho é apenas uma das peças dessa vasta engrenagem. A presença de representantes classistas na composição dos órgãos da Justiça do Trabalho é também resultante da montagem dessa regulação. O poder normativo também reflete essa característica. Instituída pela Constituição de 1934, a Justiça do Trabalho só vicejou no ambiente político do Estado Novo instaurado em 1937.”

ROMITA, A. S. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

A criação da referida instituição estatal na conjuntura histórica abordada teve por objetivo

- a) legitimar os protestos fabris.
- b) ordenar os conflitos laborais.
- c) oficializar os sindicatos plurais.
- d) assegurar os princípios liberais.
- e) unificar os salários profissionais.

4. (Enem 2013)



— Havera' ainda quem resista a' poderosa influencia do partido Mulherista?! —

FERREIRAS, R. Revista da Semana, ano 25, n. 40, 15 set. 1934. In: LEMOS, R. (Org.). Uma história do Brasil através das caricaturas (1940-2011). Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras e Expressões, 2001.

Na imagem, da década de 1930, há uma crítica à conquista de um direito pelas mulheres, relacionado com a

- a) redivisão do trabalho doméstico.
- b) liberdade de orientação sexual.
- c) garantia da equiparação salarial.
- d) aprovação do direito ao divórcio.
- e) obtenção da participação eleitoral.

5. (Enem 2010)

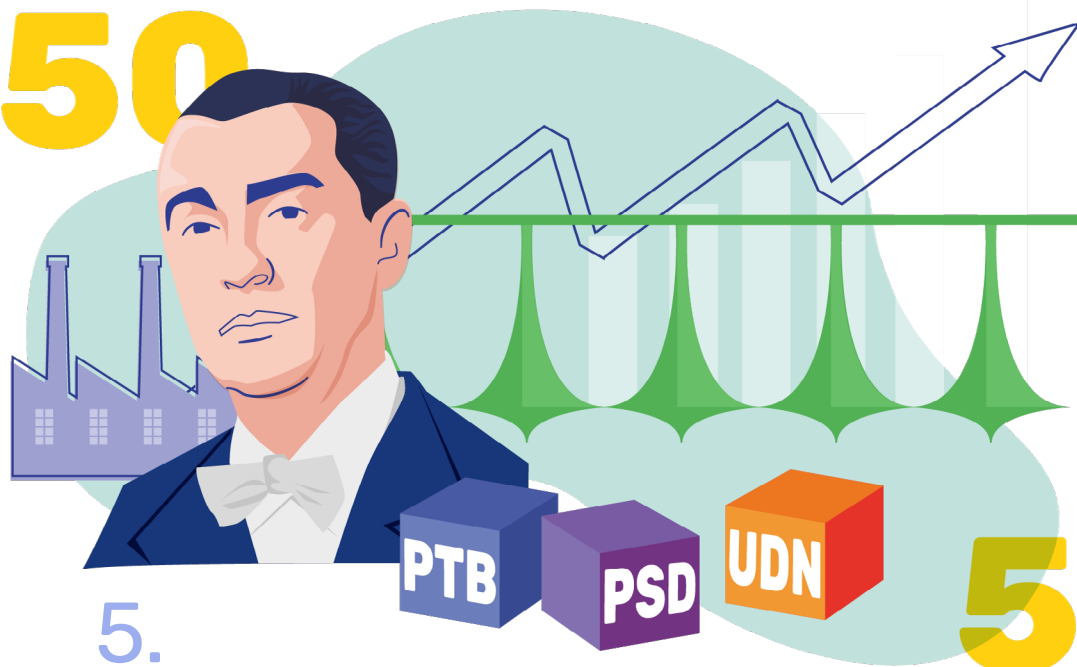
“De março de 1931 a fevereiro de 1940, foram decretadas mais de 150 leis novas de proteção social e de regulamentação do trabalho em todos os seus setores. Todas elas têm sido simplesmente uma dádiva do governo. Desde aí, o trabalhador brasileiro encontra nos quadros gerais do regime o seu verdadeiro lugar.”

DANTAS, M. A força nacionalizadora do Estado Novo. Rio de Janeiro: DIP, 1942. Apud BERCITO, S. R. *Nos Tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990.

A adoção de novas políticas públicas e as mudanças jurídico-institucionais ocorridas no Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, evidenciam o papel histórico de certas lideranças e a importância das lutas sociais na conquista da cidadania. Desse processo resultou a

- a) criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que garantiu ao operariado autonomia para o exercício de atividades sindicais.
- b) legislação previdenciária, que proibiu migrantes de ocuparem cargos de direção nos sindicatos.
- c) criação da Justiça do Trabalho, para coibir ideologias consideradas perturbadoras da “harmonia social”.
- d) legislação trabalhista que atendeu reivindicações dos operários, garantindo-lhes vários direitos e formas de proteção.
- e) decretação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que impediu o controle estatal sobre as atividades políticas da classe operária.

50



5. A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1946-1964)

envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados que lutavam contra o nazifascismo, teve repercussões importantes no país. A ditadura do Estado Novo se tornava absolutamente contraditória com a participação brasileira numa guerra contra regimes ditatoriais. Movimentos pela democratização do país começaram a se tornar mais explícitos a partir de 1943, com muitos setores da sociedade civil se envolvendo nessa luta pela democracia.

Pressionado, Getúlio Vargas aceitou liberar a formação de partidos e a convocação para eleições gerais no fim do ano de 1945. Com idas e vindas, os partidos foram se formando, o processo eleitoral aconteceu e uma Constituinte se instalou para aprovar uma nova Carta Magna, que se pretendia democrática, inspirada nos debates em torno da formação da Organização das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos que discutimos anteriormente: um regime democrático surgia no país, pela primeira vez em nossa história.

A Constituição de 1946 garantiu todos os direitos sociais da Era Vargas

e retomou os direitos civis e políticos caçados na ditadura do Estado Novo. Porém, o direito de voto ainda estava impedido aos analfabetos. Essa restrição faz com que alguns analistas desse período da nossa história política se refiram ao contexto como uma “quase democracia” ou uma “democracia incompleta”. De fato, essa restrição era importante num país ainda marcadamente analfabeto. Além disso, os direitos trabalhistas não foram estendidos ao campo, o que também era uma restrição importante numa sociedade de maioria rural até a década de 1970. Assim, a democracia e a cidadania tinham avançado, mas muito ainda se necessitava para se atingir os plenos direitos.

Quer dar uma olhada na **Constituição** de 1946? Ela está integralmente disponível na internet, inclusive com suas emendas ao longo de sua vigência: ●----->



Na prática política do cotidiano, podemos dizer que pela primeira vez tivemos partidos políticos nacionais. Entre eles, destacaram-se três como os principais e com maior enraizamento ideológico e territorial. São eles:

- 1. A União Democrática Nacional (UDN)**, fundada em abril de 1945. Nasceu como uma frente que reunia os democratas contrários à ditadura de Getúlio Vargas. Com o tempo, entretanto, o partido foi se configurando na opção liberal, com vocação para a aliança com o capital estrangeiro, com os Estados Unidos e na defesa de um desenvolvimento associado. Mas manteve, durante todo o período, a aversão ao varguismo e a tudo que ele representava.
- 2. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)** surgiu em maio de 1945 da articulação do Ministério do Trabalho da ditadura varguista e dos sindicatos a ele vinculados. Ao longo da trajetória política desse período, foi se configurando no partido herdeiro da tradição trabalhista inaugurada por Getúlio, defendendo o nacionalismo e a industrialização do país como plataforma política essencial. A liderança central de Vargas, e de seu legado político, caracterizavam este partido.
- 3. Já o Partido Social Democrático (PSD)** era outra agremiação que nasceu de uma raiz da ditadura varguista, em julho de 1945. No caso do PSD, a base do partido eram as lideranças regionais organizadas pelos interventores estaduais nomeados por Getúlio Vargas durante a vigência do Estado Novo. Era, portanto, um partido de base nas oligarquias e nas

estruturas estatais constituídas durante o auge varguista, e que defendia plataformas relativamente moderadas de desenvolvimento econômico, mas sem abandonar alianças com o capital estrangeiro.

Interessante perceber, portanto, que dois dos principais partidos do período 1945-1964 surgiram das estruturas de poder do Estado Novo – o PTB e o PSD – e a terceira agremiação – a UDN – era justamente a reunião de oposições à direita do varguismo. Isso mostra a centralidade da figura de Getúlio Vargas, e de seu legado, na trajetória política da democracia instituída a partir de 1945. As disputas presidenciais no país nesse período foram marcadas por esse debate. Em geral, formava-se a aliança entre o PSD e o PTB contra a UDN, as vezes aliada a partidos menores.

Avanços importantes no desenvolvimento econômico do país foram realizados nesse período. Getúlio Vargas foi eleito em 1950 para um mandato agora com respaldo popular. Apesar do conturbado governo que acabou o levando ao suicídio, ele conseguiu aprovar a criação da Petrobrás.

Mas foi no governo eleito seguinte, de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que o Brasil experimentou um forte processo de crescimento industrial, proposto no chamado Plano de Metas. A realização de amplos investimentos públicos e privados foram articulados com a intensão de acelerar a industrialização nacional, com a participação decisiva do capital estrangeiro. “Os 50 anos de desenvolvimento em 5 anos de governo” prometidos por Kubitschek foram simbolizados pela construção da nova capital do país, a cidade de Brasília, na região Centro-Oeste. A intenção era integrar o país por meio de uma nova capital, mais centralizada em termos geográficos, que permitisse a incorporação das áreas do interior ao progresso e ao desenvolvimento.

Você já deve ter ouvido a expressão “Brasil, o país do futuro”. Pois bem, no período de JK no poder, o país vislumbrava um futuro grandioso. Iniciávamos um amplo processo de industrialização, éramos o país que mais crescia economicamente no mundo, estávamos consolidando uma democracia que se acreditava duradoura e, nos discursos oficiais, era inclusiva e tinha como projeto incorporar toda a população nas benesses do desenvolvimento.

Mas infelizmente não foi o que aconteceu. Uma crise política de grande monta se instalou no país a partir do breve governo de Jânio Quadros (1961), o que desencadeou num processo que deu fim ao regime democrático, em 1964. Vamos discutir um pouco mais sobre os efeitos disso nos direitos de cidadania no próximo tópico.

Para um apanhado desse período da história brasileira, sugerimos que você veja o **vídeo-documentário** a seguir, baseado na obra *História do Brasil*, do historiador Boris Fausto:



VÍDEO
História do Brasil - Boris Fausto
<https://www.youtube.com/watch?v=-Jzjje3rRt54>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA VER O VÍDEO.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Esse período pode ser considerado o primeiro de experiência verdadeiramente democrática no Brasil?
2. Vocês acreditam que existam entraves na nossa formação que impeçam a consolidação da democracia?



QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2018)

“A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem é para liquidar com a Petrobras, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo. Ainda ontem eu afirmava que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças – as praças que são do povo. Para as ruas – que são do povo.”

Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/discurso-de-joao-goulart-nocomicio-da-central. Acesso em: 29 out. 2015

Em um momento de radicalização política, a retórica no discurso do presidente João Goulart, proferido no comício da Central do Brasil, buscava justificar a necessidade de

- a) conter a abertura econômica para conseguir a adesão das elites.
- b) impedir a ingerência externa para garantir a conservação de direitos.
- c) regulamentar os meios de comunicação para coibir os partidos de oposição.
- d) aprovar os projetos reformistas para atender a mobilização de setores trabalhistas.
- e) incrementar o processo de desestatização para diminuir a pressão da opinião pública.

2. (Enem 2018)

Programa do Partido Social Democrático (PSD)

Capitais estrangeiros

É indispensável manter clima propício à entrada de capitais estrangeiros. A manutenção desse clima recomenda a adoção de normas disciplinadoras dos investimentos e suas rendas, visando reter no país a maior parcela possível dos lucros auferidos.

Programa da União Democrática Nacional (UDN)

O capital

Apelar para o capital estrangeiro, necessário para os empreendimentos da reconstrução nacional e, sobretudo, para o aproveitamento das nossas reservas inexploradas, dando-lhe um tratamento equitativo e liberdade para a saída dos juros.

CHACON, V. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: UnB, 1981 (adaptado)

Considerando as décadas de 1950 e 1960 no Brasil, os trechos dos programas do PSD e UDN convergiam na defesa da

- a) autonomia de atuação das multinacionais.
- b) descentralização da cobrança tributária.
- c) flexibilização das reservas cambiais.
- d) liberdade de remessa de ganhos.
- e) captação de recursos do exterior.

3. (Enem 2013)



Meta de Faminto

JK — Você agora tem automóvel brasileiro, para correr em estradas pavimentadas com asfalto brasileiro, com gasolina brasileira. Que mais quer?

JECA — Um prato de feijão brasileiro, seu doutô!

THÉO. In: LEMOS, R. (Org.). Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001). Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras & Expressões, 2001.

A charge ironiza a política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, ao

- a) evidenciar que o incremento da malha viária diminuiu as desigualdades regionais do país.
- b) destacar que a modernização das indústrias dinamizou a produção de alimentos para o mercado interno.
- c) enfatizar que o crescimento econômico implicou aumento das contradições socioespaciais.
- d) ressaltar que o investimento no setor de bens duráveis incrementou os salários de trabalhadores.
- e) mostrar que a ocupação de regiões interioranas abriu frentes de trabalho para a população local.



6. UM GOLPE DE ESTADO E A RESTRIÇÃO DOS DIREITOS

○ sucesso do Plano de Metas do governo de JK não foi suficiente para que fosse eleito o seu sucessor, a oposição venceu com a figura meteórica do ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, com apoio da UDN. Seu governo, entretanto, durou apenas sete meses. Em agosto de 1961, numa tentativa frustrada de golpe, Jânio renunciou e o poder voltou às mãos do PTB, na figura do vice-presidente João Goulart. Isso ocorreu porque naquela época as eleições de presidente e vice-presidente eram separadas. Por isso, Jânio Quadros, de uma chapa, e João Goulart, de outra, compuseram a liderança do poder Executivo.

A ascensão de Goulart abre uma crise política profunda, já que as forças que elegeram Jânio não aceitavam sua posse. Um sistema parlamentarista foi instalado às pressas pelo Congresso na tentativa de acalmar os ânimos. Mas, em janeiro de 1963, um plebiscito deu ampla vitória ao presidencialismo, e Goulart voltou a ter plenos poderes. Sua aproximação com as bandeiras de uma esquerda reformista, que queria a Reforma Agrária e um amplo programa de mudanças na legislação conhecido como Reformas de Base, levaram os grupos sociais contrários a essas reformas (especialmente a elite

empresarial, os grandes latifundiários, parcela das classes médias, setores das Forças Armadas e os representantes do capital estrangeiro e dos Estados Unidos) a vislumbrar uma saída autoritária.

Um golpe de Estado, com ação do Exército e apoio de setores da sociedade civil, deu fim ao regime democrático criado depois do Estado Novo. Acabava assim a experiência democrática do período 1945-1964. Muitos analistas atribuíram o fracasso do modelo aos mecanismos institucionais, mais especificamente, ao presidencialismo, ao multipartidarismo e à representação proporcional, que impediria a formação de maiorias significativas no Congresso que garantissem estabilidade aos governos, levando ao processo de “paralisa decisória” que teria inviabilizado a República democrática. Essa crítica seria retomada no processo de abertura política da década de 1980, sendo a experiência do período 1945-1964 o pano de fundo para defensores e detratores do sistema de representação proporcional multipartidário.

Um outro elemento importante a ser considerado era o cenário externo, que nas décadas de 1960 e 1970 se alterou, com uma nova posição dos Estados Unidos para a América Latina. Depois da Revolução Cubana de 1959, Washington passou a patrocinar regimes militares ditatoriais no subcontinente com receio da expansão de movimentos políticos hostis à sua hegemonia. O regime ditatorial brasileiro, entretanto, tinha as suas especificidades em relação às outras ditaduras da América Latina. Em primeiro lugar, foi uma das mais longas, tendo durado 21 anos, entre 1964 e 1985. Apenas Haiti e Paraguai, com 37 e 35 anos de ditadura, respectivamente, tiveram regimes militares mais longos que o brasileiro. Ademais, mandatos foram estabelecidos para os ditadores, e seu poder era legitimado por meio de eleições indiretas, feitas a princípio no Congresso e, em seguida, na instituição criada para isso, o chamado Colégio Eleitoral, em 1969.

Essa opção do regime indica que os ditadores brasileiros tinham a preocupação de atribuir funcionamento institucional legal ao processo político, mesmo que cassações, prisões, torturas e mortes estivessem sendo executadas por instituições do Estado. Afinal, o discurso daqueles que deram e apoiaram o golpe de 1964 era de que se estava derrubando o governo Goulart para salvar a democracia do comunismo que o presidente representaria, apesar de isso não ter nenhuma base factual plausível. Mas não podemos esquecer que o regime militar instalado em 1964 contava com apoios importantes no meio civil, desde grupos políticos e empresariais significativos, até boa parcela das classes médias e mesmo de alguns setores populares, que participaram das famosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, apoiando e saudando o golpe.

Ao consolidar-se o golpe, uma Junta Militar governou por alguns dias, determinando o Ato Institucional n. 1, em 9 de abril de 1964, onde declaravam que, vitoriosa a “revolução”, ela se “legitimava por si mesma”, iniciando em seguida uma série de cassações de mandatos e de exonerações de funcionários públicos considerados “subversivos”. Alguns dias depois, o Marechal Castelo Branco foi eleito, no Congresso Nacional já expurgado da oposição, presidente do Brasil.



Uma boa leitura sobre a trajetória brasileira recente, que inclui o período da Ditadura Militar e ajuda a compreender o processo histórico recente da luta pela democracia no Brasil é o livro do historiador Carlos Fico, publicado na Coleção de História da Editora Contexto. Leitura fácil e agradável. Sempre importante para conhecer melhor nosso país e sua trajetória:

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2016.

Seu mandato deveria terminar em 31 de janeiro de 1966, concluindo o período iniciado com Jânio Quadros. Dessa forma, os políticos civis que apoiaram o golpe acreditavam que poderiam concorrer aos cargos públicos em 1965, inclusive ao cargo de presidente da República. Entretanto, os militares foram se impondo e editando novos decretos-lei que aumentavam seu poder.

O Ato Institucional n. 2, de outubro de 1965, foi muito importante nesse sentido, pois eliminou a eleição direta para presidente da República e dissolveu os partidos políticos, impondo a existência de apenas dois: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), que era o partido do governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), reunindo a oposição consentida pelo regime ditatorial. O Ato n. 3 (fevereiro de 1966) – que transformou em indireta também as eleições para governadores estaduais, prefeitos de capitais e de cidades consideradas importantes para a segurança nacional – e o Ato n. 4 (dezembro de 1966) – que convoca o Congresso a aprovar um novo texto constitucional outorgado pelo regime – concluem o processo institucional de cerceamento do livre exercício dos direitos políticos.

O segundo marechal-ditador, Costa e Silva, era um dos líderes de um movimento mais radical entre os militares conhecido como “linha-dura”. Este grupo acreditava que era necessário aumentar a repressão e impor medidas mais severas de controle para vencer a guerra contra o “inimigo interno”. É nesse contexto que se deve compreender a edição do Ato Institu-

cional n. 5, que impôs definitivamente a censura e a concentração de poderes nas mãos do presidente, que poderia desde então fechar o Congresso e cassar mandatos sem restrições. Cancelava-se, inclusive, o direito dos cidadãos de responder processos criminais em liberdade.

Com o adocimento de Costa e Silva, em 1969, os militares impuseram o nome de mais um linha-dura: o Marechal Emílio Médici. Durante seu governo, viveu-se os chamados “anos de chumbo” da repressão, especialmente contra os movimentos de luta armada, mas também da censura e do moralismo, apoiados em uma máquina de propaganda que vendia a ideia do Brasil como o país do futuro, otimismo sustentado no bom desempenho econômico do período do “milagre” brasileiro, entre 1968 e 1973. Importante considerar, no entanto, que esse “milagre” foi realizado ao custo do aumento da dívida externa, do empobrecimento das populações mais vulneráveis e de cortes nos serviços públicos, especialmente na educação pública. Médici tornou-se até certo ponto popular. Além da propaganda oficial, seu governo pôde contar também com o tricampeonato da seleção brasileira de futebol na Copa de 1970, no México. Fã de futebol, o presidente se utilizou largamente dos indicadores econômicos e do sucesso esportivo para esconder a repressão e a censura.

O desaparecimento de brasileiros durante o regime ainda é uma das questões importantes no que diz respeito ao período da ditadura. Centenas de pessoas foram mortas durante o período mais repressivo e até hoje não tiveram esclarecidas suas situações, o que gera muita dor e comoção entre familiares e amigos. Outros tantos foram mortos pelo governo como ação deliberada do Estado para eliminar pessoas consideradas “terroristas” pelo governo. Muitos tiveram de deixar o país, se exilar, para não serem presos, torturados e mortos. Esse período da história brasileira, de repressão violenta e total eliminação dos direitos civis dos indivíduos é uma das páginas mais tristes e menos conhecidas da nossa história.

Sobre a luta pelos direitos das pessoas, e seus familiares, que tiveram suas vidas ceifadas pelo regime ditatorial, bem como na defesa dos direitos humanos para todos os cidadãos e na busca pela consolidação da democracia, recomendamos o [site](#) do Instituto Vladimir Herzog, jornalista que foi preso, torturado e morto nesse período da história brasileira: ●----->



INSTITUTO
VLADIMIR HERZOG

<https://vladimirherzog.org/>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE
PARA VER O SITE.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Por que algumas pessoas insistem em afirmar que 1964 não foi um golpe de Estado? É legítimo afirmar isso do ponto de vista político e histórico?

2. A Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012, foi objeto de muita polêmica na época. Qual seu papel político e histórico?



QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2018)

“São Paulo, 10 de janeiro de 1979.

Exmo. Sr. Presidente Ernesto Geisel.

Considerando as instruções dadas por V. S. de que sejam negados os passaportes aos senhores Francisco Julião, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luis Prestes, Paulo Schilling, Gregório Bezerra, Márcio Moreira Alves e Paulo Freire. Considerando que, desde que nasci, me identifico plenamente com a pele, a cor dos cabelos, a cultura, o sorriso, as aspirações, a história e o sangue destes oito senhores. Considerando tudo isto, por imperativo de minha consciência, venho por meio desta devolver o passaporte que, negado a eles, me foi concedido pelos órgãos competentes de seu governo.”

Carta do cartunista Henrique de Souza Filho, conhecido como Henfil. In: HENFIL. *Cartas da mãe*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981 (adaptado).

No referido contexto histórico, a manifestação do cartunista Henfil expressava uma crítica ao(à)

- a) censura moral das produções culturais.
- b) limite do processo de distensão política.
- c) interferência militar de países estrangeiros.
- d) representação social das agremiações partidárias.
- e) representação social das agremiações partidárias.

2. “No período anterior ao golpe militar de 1964, os documentos episcopais indicavam para os bispos que o desenvolvimento econômico, e claramente o desenvolvimento capitalista, orientando-se no sentido da justa distribuição da riqueza, resolveria o problema da miséria rural e, conseqüentemente, suprimiria a possibilidade do proselitismo e da expansão comunista entre os camponeses. Foi nesse sentido que o golpe de Estado, de 31 de março de 1964, foi acolhido pela Igreja.”

MARTINS, J. S. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011 (adaptado).

Em que pesem as divergências no interior do clero após a instalação da ditadura civil-militar, o posicionamento mencionado no texto fundamentou-se no entendimento da hierarquia católica de que o(a)

- a) luta de classes é estimulada pelo livre mercado.
- b) poder oligárquico é limitado pela ação do Exército.
- c) doutrina cristã é beneficiada pelo atraso do interior.
- d) espaço político é dominado pelo interesse empresarial.
- e) manipulação ideológica é favorecida pela privação material.

3. (Enem 2016)

“A Operação Condor está diretamente vinculada às experiências históricas das ditaduras civil-militares que se disseminaram pelo Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (novamente, em 1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) com base na Doutrina de Segurança Nacional e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do inimigo interno, a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de fronteiras ideológicas.”

PADRÓS, E. S. et al. *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*. história e memória. Porto Alegre: Corag, 2009 (adaptado).

Levando-se em conta o contexto em que foi criada, a referida operação tinha como objetivo coordenar a

- a) modificação de limites territoriais.
- b) sobrevivência de oficiais exilados.
- c) interferência de potências mundiais.
- d) repressão de ativistas opositores.
- e) implantação de governos nacionalistas.

4. (Enem 2014)

“A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, “por baixo”, cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.”

Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em: 2 mar. 2013 (adaptado).

A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou da ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é

- a) anular a anistia concedida aos chefes militares.
- b) rever as condenações judiciais aos presos políticos.
- c) perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
- d) comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
- e) esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.



7.

O FIM DA DITADURA MILITAR E A LUTA PELA REDEMOCRATIZAÇÃO

Em 2018, um professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Matias Spektor, localizou em suas pesquisas relatório da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos que apontou que o então presidente Ernesto Geisel e o chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) – general João Figueiredo – ordenaram que “a execução sumária de subversivos sob certas circunstâncias” fosse mantida. O documento muda duas importantes partes da história que nos costuma ser contada nas escolas.

Primeiramente: o regime ditatorial brasileiro não teve absolutamente nada de brando, ou menos intenso e agressivo, que tantos outros existentes na América Latina, por exemplo. Durante anos, militares negaram que esse tipo de execução partisse dos comandantes do país, e muitos duvidavam até mesmo que tais ações tivessem ocorrido. Por mais difícil que seja negar o óbvio, o relatório da inteligência norte-americana, que vivia em estreita relação com o Brasil, não parece deixar margens para dúvidas: a ditadura no Brasil matou deliberadamente quem era entendido como subversivo, ou inimigo da pátria que se pretendia construir naquele instante.

O segundo ponto é: Ernesto Geisel é apontado como aquele que virou a chave no regime militar, atenuando intensidades e promovendo o que se convencionou chamar à época, e já citamos isso aqui, de uma “abertura lenta e gradual”. Figueiredo, citado no relatório, viria a se tornar seu sucessor direto. Presidiu o Brasil de março de 1979 a março de 1985, sendo o 30º presidente da República. Será que esse relatório dá sentido à ideia central de que o regime foi arrefecido em seu ímpeto violento?


O fato é que os militares foram perdendo o controle do Brasil. A oposição à Arena – partido da situação – foi tomando espaço e a alternativa foi deixar a cena. O MDB se tornou um gigante, e logo governaria o país. Problemas severos de natureza econômica e o sufocar do clamor por Democracia foram deslegitimando o regime militar. Crises em diversas áreas se sucediam. Duas bastante famosas ocorreram na educação em 1968 e na saúde no início dos anos 1970. A primeira ficou conhecida como a Crise dos Vestibulares. Os militares aceleraram a formação de cidadãos no que hoje chamamos de Ensino Médio e a oferta à demanda por formação superior se tornou insustentável, sobretudo nas instituições públicas federais. A alternativa foi permitir uma exploração considerada extremamente comercial por parte da iniciativa privada na oferta de vagas em faculdades. Nasceram o que se convencionou chamar, à época, de cursos de final de semana, fenômeno caracterizado pelo fretamento de aviões ou ônibus que levavam professores dos grandes centros aos rincões do país para que lecionassem sexta, sábado e domingo, cumprindo a carga horária semanal em salas lotadas e pouco estruturadas.

A segunda crise ficou conhecida como a Crise da Meningite dos anos de 1970. Problema mundial que atingiu, principalmente, São Paulo, e chegou a vitimar 2.500 pessoas na cidade apenas em 1974. Com medo de demonstrarem absoluta incapacidade de enfrentar o problema, os governantes militares esconderam dados, inclusive proibindo o assunto de ser tratado. Em nota enviada ao chefe de redação do Jornal do Brasil em julho de 1974, se lê a seguinte passagem que deve ter sido transmitida por telegrama ou telex, diante de erros cometidos:



[...] fica proibida divulgação através meios de comunicação social falado, escrito, televisado, entrevistas concedidas pelo Sr. Ministro da Saúde sobre meningite, qualquer divulgação de dados e gráficos sobre frequência de meningite, noticiário sobre quantidade e datas de chegadas vacinas importadas, bem como referências necessidades previsão. Fica igualmente proibido divulgação matérias sensacionalistas ou exploração tendenciosa através da imprensa, qualquer assunto relativo a meningite.


O trecho à parte de uma reportagem de 2020 no **portal Nexo** e sua íntegra pode ser obtida aqui:



PORTAL NEXO
Como o regime militar reagiu à crise de meningite nos anos 1970

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/26/Como-o-regime-militar-reagiu-%C3%A0-crise-de-meningite-nos-anos-1970>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA LER A MATÉRIA.



O conteúdo mostra outro traço assombroso de um regime ditatorial: a censura. Governos ordenam o silêncio, a sociedade cumpre. Quem desobedece é subversivo, e a estes o fim dado está relatado no início desse capítulo com a anuência do presidente da República. Isso é uma ditadura.

Existem diversas versões sobre o fim do regime ditatorial no Brasil. A perda de legitimidade e o avanço de um tsunami de problemas econômicos gerados pelos próprios militares são versões bastante comuns. Mas outros pontos merecem atenção. As eleições mantidas, mesmo que em parte de seus resultados desrespeitadas, serviam de termômetro ao que se tinha à época em termos de insatisfação. O livro *Oposição e Autoritarismo* de Maria D'Alva Kinzo, que foi professora do Departamento de Ciência Política da USP até seu falecimento em 2008, mostra toda a trajetória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como partido de oposição à ditadura nacional. Desde sua artificial criação em 1966, a partir de um Ato Institucional de 1965, até se transformar em PMDB em 1979, com a pluralização do sistema partidário brasileiro. A obra indica como a legenda foi ganhando espaço, e como as regras eleitorais manipuladas pelo regime retomavam parte dessas conquistas.



OPOSIÇÃO E AUTORITARISMO
em PDF (skoob.com.br)



LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA VER O LIVRO.

<https://www.skoob.com.br/livro/pdf/oposicao-e-autoritarismo/livro:434786/edicao:492619>



Perdendo espaço político e em dificuldades econômicas, restou aos militares lidarem com movimentações intensas no campo social. A censura ao direito de associação buscava arrefecer tentativas ideológicas claras de afrontar a ditadura, mas há quem garanta que movimentos sociais carcomeram a sustentação social aos militares. Símbolos a isso não faltam, sendo as ações sociais da Igreja Católica, o movimento de Médicos Sanitaristas e as Associações de Bairros nas periferias das grandes cidades emblemas dessa “afrota clandestina” às ideias vigentes.

Toda essa pressão não deve ser simbolizada, no entanto, a partir da lei que garantiu aos partidos políticos se reorganizarem mais livremente a partir de 1979. Isso porque essa foi uma arma militar para implodir o MDB. A Lei 6.767 de 1979 carrega isso de maneira emblemática em seu artigo 2º:



Art. 2º Ficam extintos os partidos criados como organizações, com base no Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, e transformados em partidos de acordo com a Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, por não preencherem, para seu funcionamento, os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Arena e MDB foram forçosamente transformados em partidos em 1979, depois de terem sido criados como organizações em 1965 – e funcionado efetivamente a partir de 1966. Aqui já não se delimita mais a existência de dois ou três partidos no país, e a “liberdade” para criar legendas tinha como objetivo fragmentar o MDB. Nasceriam inicialmente o PTB, o PDT e o PT, por exemplo, organizando institucional, autônoma e ideologicamente grupos internos da oposição que viviam dentro da mesma legenda ou gravitavam em torno dela.

Note que o objetivo era efetivamente alterar a ordem vigente como estratégia. Em outro trecho da lei, ficam as ordens para os novos grupos:



§ 1º Do nome constará obrigatoriamente a palavra partido com os qualificativos, seguidos da sigla, esta correspondente às iniciais de cada palavra, não sendo permitida a utilização de expressões ou arranjos que possam induzir o eleitor a engano ou confusão.

§ 2º É vedado a um partido adotar programa idêntico ao de outro registrado anteriormente (trechos das mudanças trazidas pelo artigo 1º da Lei 6.767 de 1965).

A Arena – Aliança Renovadora Nacional, por exemplo, se aproveitou do que seu governo decretou e tornou-se PDS – Partido Democrático Social. O que tinha de cada um desses substantivos – Democrático e Social – apenas uma estratégia de marketing é capaz de dizer, mas o intuito real era fragmentar e

descaracterizar o MDB, que vivamente passou a se chamar PMDB. Estranho pensar em “Partido do Movimento” Democrático Brasileiro, mas a alternativa foi essa, para se manter uma característica de identificação junto ao eleitorado crescente e cansado da ditadura.

Para conhecer a lei na íntegra, acesse: ●----->

A abertura política condizente com as pressões populares e sociais foi caracterizada de forma mais emblemática pelas eleições de 1982 nos estados brasileiros. Sem acesso a essas escolhas desde os anos 1960, cerca de 60 milhões de eleitores foram convocados para escolherem governadores. Temendo perder espaço, os militares implementaram o voto vinculado, obrigando o eleitor a escolher governador, deputado federal, senador e deputado estadual de um mesmo partido sob a pena de anulação da escolha. Isso abalou legendas menores, e colocou em tom de equilíbrio PDS e PMDB. Dos 479 deputados federais que elegíamos à época, o partido da situação ficou com 235 e o PMDB com 200. PT (8), PTB (13) e PDT (23), que nasciam na oposição, faziam com que o antissistema somasse 244 votos. Surgia a esperança de ver o país caminhar mais firmemente para a Democracia.

Nos estados, o PDT conquistou o governo do Rio de Janeiro com Leonel Brizola, enquanto o PMDB levou São Paulo com André Franco Montoro, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Pará, Amazonas e Acre. O PDS ficou com todo o Nordeste, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Distrito Federal, Rondônia, Amapá e Roraima eram territórios que não elegiam diretamente governadores, e o Tocantins seria criado apenas no fim dos anos 1980.

As eleições de 1982 abriram o caminho para a redemocratização, caracterizada pela luta pelo voto direto para presidente da República. Deputados e senadores eleitos nesse pleito tomaram posse no Congresso Nacional e, principalmente pela oposição, buscaram encaminhar com celeridade projetos que garantissem ao brasileiro o voto direto presidencial. O que notaram, inicialmente, é que políticos de legislatu-

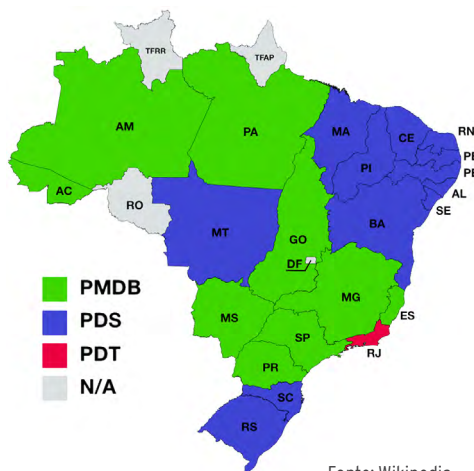
LEI Nº 6.767
(planalto.gov.br)



LEIA O QR CODE OU
CLIQUE PARA VER O SITE.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm#:~:text=por%20esta%20Lei.,Art.,humanos%20fundamentais%2C%20definidos%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.

Resultados das eleições para governadores por partido - 1982



ras anteriores já haviam buscado traçar esse roteiro sem sucesso. Foi o deputado federal do PMDB do Mato Grosso, Dante de Oliveira, quem findaria personificando a mais emblemática tentativa nesse sentido. Vindo de um mandato de deputado estadual entre 1979 e 1983, elegeu-se para a Câmara Federal em 1982 e a emenda constitucional que tratava da reeleição recebeu seu nome.

Paralelo à tramitação, a ideia ganhou corpo na sociedade e foi movimentando pessoas a partir de Abreu e Lima, cidade pernambucana, em março de 1983. No final daquele ano, 10 governadores de oposição a Figueiredo assinariam carta pelas Diretas-Já, nome pelo qual o movimento que ganhou as ruas do país ficaria conhecido. Em 25 de janeiro de 1984, São Paulo levaria milhares às ruas. Rio de Janeiro, Porto Alegre, Cuiabá e tantas outras cidades enfrentariam desafios semelhantes. O país se coloria de verde e amarelo, Teotônio Vilela, deputado e empresário nordestino, se caracterizaria como o Menestrel das Alagoas em canção de Milton Nascimento e Fernando Brant. Morreria em setembro de 1983 de câncer generalizado, se tornando um mártir dessa luta. Fafá de Belém, cantora de MPB paraense e o mineiro Milton Nascimento seriam as vozes de toda a luta, entoando essa canção, bem como a música Coração de Estudante.

Não perca a chance: ouça. Veja a potência dessas letras:

Coração de Estudante

Milton Nascimento e Wagner Tiso

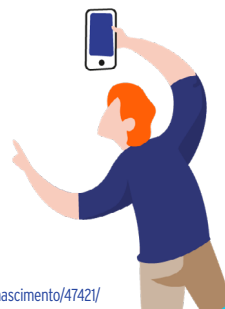
Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude
É o nome certo desse amor
Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor e fruto

Coração de estudante
Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade
Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes planta e sentimento
Folhas, coração, juventude e fé



LEIA O QR CODE OU
CLIQUE PARA VER A
LETRA E OUVIR A MÚSICA.

<https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47421/>



Menestrel das Alagoas

Fernando Brant e Milton Nascimento

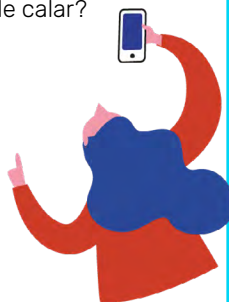
Quem é esse viajante
Quem é esse menestrel
Que espalha esperança
E transforma sal em mel?
Quem é esse saltimbanco
Falando em rebelião
Como quem fala de amores
Para a moça do portão?
Quem é esse que penetra
No fundo do pantanal
Como quem vai manhãzinha
Buscar fruta no quintal?
Quem é esse que conhece
Alagoas e Gerais
E fala a língua do povo
Como ninguém fala mais?
Quem é esse?

De quem essa ira santa
Essa saúde civil
Que tocando a ferida
Redescobre o Brasil?
Quem é esse peregrino
Que caminha sem parar?
Quem é esse meu poeta
Que ninguém pode calar?
Quem é esse?



LEIA O QR CODE OU
CLIQUE PARA VER A
LETRA E OUVIR A MÚSICA.

<https://www.lettras.mus.br/milton-nascimento/441460/>




Milhões nas ruas, mas dia 25 de abril de 1984 um balde de água fria na sociedade brasileira. A emenda Dante de Oliveira foi votada. Ganhou no volume de votos, mas não havia número suficiente de participantes para regimentalmente alterar a Constituição de 1967 que vigia até então. A oposição percebeu que isso ocorreria sistematicamente toda vez que o projeto fosse pautado: a situação esvaziaria o plenário. Pouco adiantou àquele instante os milhões de brasileiros que protagonizaram o maior panelaço da história do país na noite anterior. O Brasil não votou diretamente para presidente em 1985.

A escolha do novo presidente ficou a cargo do Colégio Eleitoral, do parlamento brasileiro. O mineiro Tancredo Neves (PMDB), tendo como vice um ex-político da Arena que traiu o PDS e foi fundar o PFL, desvinculando-se da legenda para aderir ao PMDB vencedor, ganhou. Em 15 de janeiro de 1985 teve 480 votos, contra 180 do paulista Paulo Maluf (PDS) e 15 abstenções – sim, alguém se absteve desse instante!

Tancredo tornou-se um ícone da esperança dos brasileiros por uma nação democrática, mas às vésperas de sua posse, em 14 de março, adoeceu. Um mês e uma semana depois, faleceu em São Paulo no emblemático 21 de abril.

As teorias conspiratórias ilustram conversas até hoje. José Sarney, político maranhense que era vice na chapa, tomou posse em seu lugar num mar de incertezas. O presidente Figueiredo, que tinha discurso pronto para passar o poder a Tancredo, se recusou a ir ao evento de Sarney, deixando o poder pela porta dos fundos, dado o desgosto de ver um político da antiga Arena chegar ao Planalto pelo PMDB, o tratando como traidor. Militares tiveram que garantir que não haveria golpe ou ruptura, assegurando a posse do novo presidente. O Brasil tomaria o rumo da Democracia, e a despeito de seus ícones políticos, algo precisa ser dito: pela luta, força e empenho de parcelas expressivas da sociedade.

Para entender essa movimentação, vale ler o livro *Diretas Já*, de Domingos Leonelli e Dante de Oliveira. A resenha da Folha de S. Paulo indica: o regime militar ruiu nas ruas:



de Paulo Mendes, 1970 para o ano. BRASIL/SP de brasil

Texto: Antônio I. Diniz/Editorial Iuperia

LIVRO/RESENHA

"Diretas-Já" conta como o regime militar ruiu nas ruas


JÓLIO BATISTA NATALI
DA REPORTAGEM LOCAL

O Boomer: 757 cópias de São Paulo para Brasília em 7h do dia 23 de abril de 1984. Entre seus 110 passageiros, dois deputados - João Hermann Neto (PMDB-SP) e Beth

Resenha da Folha de S. Paulo: o regime militar ruiu nas ruas

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1004200407.htm>

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA LER A RESENHA.



QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Em 1985 o país se redemocratizou ou se democratizou? Qual a diferença entre esses dois termos em nossa realidade?

2. Qual a influência dos militares na posse de José Sarney? Por que afirmar que eles tiveram papel decisivo nesse instante, se haviam sido derrotados nas eleições indiretas de 1985?





QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2016)

“Batizado por Tancredo Neves de “Nova República”, o período que marca o re-encontro do Brasil com os governos civis e a democracia ainda não completou seu quinto ano e já viveu dias de grande comoção. Começou com a tragédia de Tancredo, seguiu pela euforia do Plano Cruzado, conheceu as depressões da inflação e das ameaças da hiperinflação e desembocou na movimentação que antecede as primeiras eleições diretas para presidente em 29 anos.”

O álbum dos presidentes: a história vista pelo JB. Jornal do Brasil, 15 nov. 1989.

O período descrito apresenta continuidades e rupturas em relação à conjuntura histórica anterior. Uma dessas continuidades consistiu na

- a) representação do legislativo com a fórmula do bipartidarismo.
- b) detenção de lideranças populares por crimes de Subversão.
- c) presença de políticos com trajetórias no regime autoritário.
- d) prorrogação das restrições advindas dos atos institucionais.
- e) estabilidade da economia com o congelamento anual de preços.

2. (Enem 2014)

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE GREVES NO BRASIL DOS ANOS 1980

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Greve	664	1 052	1 101	888	2 193	1 952	1 118	623
Grevistas (milhões)	6 194	5 757	9 015	7 426	16 597	9 805	7 528	2 819
Horas paradas (mil)	384	347	821	568	1 296	771	679	141

DIEESE; CNM. Relatório de pesquisa: perfil das plantas automobilísticas, 2000.

As razões da intensificação da ação grevista exercida pelos trabalhadores, durante a segunda metade da década de 1980, deveram-se

- a) ao avanço das políticas neoliberais no país, que promoveu a liberalização dos mercados e privatizações.
- b) ao plano Collor, que congelou os preços, com vistas a barrar a elevação no país.
- c) à crise no sindicalismo no Brasil, tal como ocorria em diversos países europeus nesta década.
- d) à fragilidade social após 1985, decorrente do longo período da ditadura militar, que conteve a ação organizativa dos trabalhadores brasileiros.
- e) às conjunturas econômica e política do Brasil, em especial à ampliação da capacidade organizativa dos trabalhadores, à inflação e ao arrocho salarial.

3. (Enem 2014)

TEXTO I

“A anistia pode ser considerada muito mais uma concessão do que uma conquista ou, mais precisamente, uma manobra política com duas finalidades: reduzir a pressão advinda de setores organizados contra o regime; e produzir defesas substantivas as possíveis revisões do passado com o término previsto do autoritarismo.”

SOARES, S.A.; PRADO, L. B. B. O processo político da anistia e os espaços de autonomia militar. In: SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. A. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009 (adaptado).

TEXTO II

“A anistia foi uma conquista. Não foi dádiva, foi luta. não tem que rever.”

Entrevista com Therezinha de Godoy Zerbini. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 1 ago. 2012 (fragmento).

A Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional em 28 de agosto de 1979, tem sido debatida pela sociedade brasileira. Nos textos, as posições assumidas revelam

- a) retomada da ditadura militar em nome da unidade nacional.
- b) valorização dos movimentos ligados a luta armada a partir da abertura dos arquivos.
- c) relativização dos direitos humanos com base na experiência ditatorial brasileira.
- d) reescrita da história do terrorismo esquerdista para compreender o passado.
- e) reflexão crítica sobre o passado em função de mudanças no cenário político.



8. AS CONQUISTAS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A década de 1980 é relatada em diversos livros de economia como “a década perdida”. Sem um apostrofo verificador atrelada à realidade econômica essa frase é um estelionato intelectual a ser questionado sempre. Esse capítulo começa com uma afirmação incisiva, forte e emblemática: se você é brasileiro, brasileira, e se orgulha da liberdade que tem de se expressar, de votar, de se organizar, e reconhece como essencial o compromisso do Estado brasileiro com direitos fundamentais, saiba que tudo isso foi conquistado ou reafirmado na tal “década perdida”. Perdida? A década de 1980 é a mais importante da história do Brasil em termos políticos. São os 10 anos que marcaram de forma mais emblemática o nosso compromisso com a Democracia. Orgulhe-se dessa história. A conte. A dissemine. A valorize. Ela é a história de um povo que muitos dizem não ter caráter, honra, passado e ativismo. Mentira. A década de 1980 desmente tudo isso de forma emblemática.

Vamos começar aqui com uma linha do tempo simpática:

- 1979** – Mesmo que sob a intencionalidade estratégica dos militares para enfraquecerem o MDB, a liberdade de organização partidária deu início à liberdade de associação que temos hoje no país;
- 1980** – Surgimento de partidos como PTB e PDT, e adequação de PMDB e PDS à lei;
- 1981** – Data do deferimento oficial de PMDB, PDS, PTB e PDT;
- 1982** – Eleições estaduais, com governadores voltando à escolha direta;
- 1983** – Nasce na sociedade o Movimento Diretas-Já, projeto passa a tramitar no Congresso sob o nome de Emenda Dante de Oliveira;
- 1984** – Diretas-Já se transforma no maior movimento popular do Brasil, mas regimentalmente a matéria é derrotada;
- 1985** – Eleições municipais em cidades que não escolhiam prefeitos desde os anos de 1960, caso das capitais. Tancredo Neves (PMDB) é eleito indiretamente o primeiro presidente civil do Brasil desde 1964, com sua morte o vice José Sarney (PMDB) é empossado;
- 1986** – Novas eleições estaduais, feitas em meio ao maior movimento econômico popular do país em torno do Plano Cruzado, que alterava a moeda, tabelava preços e buscava conter a inflação chamando, principalmente a classe média brasileira, de “fiscais do Sarney”. Eleição de deputados e senadores constituintes, responsáveis por uma nova Constituição Federal e pelas constituições estaduais;
- 1987** – Instalação da Assembleia Nacional Constituinte, repleta de instantes e elementos participativos que envolveram milhões de brasileiros;
- 1988** – Novas eleições municipais gerais. Promulgação da Constituição Federal de 1988 com garantias absolutas, na forma da lei, a direitos basilares atrelados à Cidadania, tais como os civis, políticos e sociais;
- 1989** – O Brasil volta a escolher diretamente um presidente depois de quase 30 anos. O último havia sido Jânio da Silva Quadros. Com mais de 20 candidatos em cenários de incertezas, Fernando Collor (PRN) e Lula da Silva (PT) disputam o segundo turno – algo inédito no país que inaugurava essa lógica do sistema majoritário naquele ano. Collor é eleito com 53% dos votos válidos, perdendo apenas em Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul;

Volte na linha do tempo. A contemple com atenção. Em 1982, Humberto Dantas, um dos autores desse livro, tinha sete anos. Ele se lembra de que a eleição foi uma festa, a esperança atingia setores da classe média, a despeito de a economia massacrar os pobres e espalhar a miséria. Ele se lembra que na porta da Universidade Mackenzie, perto de sua casa em São Paulo-SP, a rua ficou absolutamente forrada de propaganda impressa. Apesar do caráter deprimente da sujeira, o colorido da democracia era algo inédito para ele. Panfletos eram bonitos, mas adesivos eram raros. Achava o máximo cobrir toda a sua roupa com os colantes. Nem mesmo as figurinhas da Copa do Mundo eram autoadesivas naquele ano. Vinham embalando um chiclete duro e barato. Esses eram os anos 1980.

Em 1984 sua mãe lhe disse na sala, dia 24 de abril de 1984: “você vai pegar essa panela e descer no parquinho do prédio. Não se assuste com o barulho. Pegue também essa colher de pau. Não suba antes de amassar essa panela e destruir essa colher. A democracia precisa da sua força”. Foi algo ensurdecedor. Mas dia 26 de abril sua mãe amanheceu amuada, as Diretas-Já perderam no Congresso na noite anterior, mas marcaram as ruas do Brasil com uma intensidade única. Humberto cresceu nesse ambiente eivado pela redemocratização.

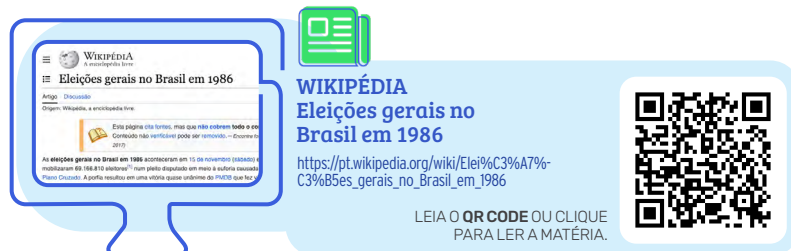
Era final de tarde, abril do ano seguinte. Em 1985 perdemos Tancredo Neves. O interfone de sua casa tocou, um amigo do prédio, aos prantos, disse: “ele morreu”. Humberto ficou sem saber o que fazer e lembra-se de ter chorado por obrigação. O Brasil silenciou. Ao menos uma parte do país ficou chocada, com medo do que poderia vir. Sarney assumiu o poder, e Humberto se lembra de sua mãe indo ao supermercado com a lista de produtos que vinha impressa no jornal em 1986. Qualquer preço diferente da tabela deveria render um telefonema, do orelhão (telefone público) para a fiscalização. O consumidor virou o Fiscal do Sarney. O sucesso do Plano Cruzado durou pouco, não é assim que a economia diz que se contém a inflação. Mas a movimentação foi intensa e digna. O brasileiro parecia disposto a atuar política e economicamente. Estava cansado. A memória política volta em 1988, quando professores naquilo que se chamava de 7ª série do Ginásio, hoje 8º ano do Ensino Fundamental, provocavam sobre que país desejávamos para nós a partir da constituinte. Fechava a década em 1989. Era a viagem de formatura do ginásio de Humberto. Ele já havia escolhido uma escola para cursar o Médio (colegial) e em meio ao primeiro turno viajou com a turma



para as Cidades Históricas em Minas Gerais. Toda noite, espontaneamente, se reuniam na frente da TV para assistir ao Horário Eleitoral Gratuito. Lembra-se de alguns bordões: “Afonso Camargo, é PTB, meu voto agora é pra valer”, “Lula lá, brilha uma estrela, nasce uma esperança”, “O Brizola é o 12, o número 12, é o número do Brizola”, “Bote fé no velhinho, que o velhinho é demais (Ulysses - PMDB)”, “Collor, Collor, Cooooooooollor, colorir a gente quer de novo...” e até mesmo uma tentativa frustrada de o empresário do mundo da TV, Silvio Santos, entrar na disputa com grandes e frustradas chances de se eleger. Foi incrível.

Mas voltemos num ponto essencial ligado à Constituição de 1988. O PMDB fez miséria nas eleições de 1986. Com o sucesso do Plano Cruzado ainda em alta, ficou com o governo de 23 dos 24 estados da federação. A exceção foi o PFL, uma dissidência do PDS, com o Sergipe. Das 487 cadeiras na Câmara dos Deputados, o PMDB ficou com 260, ou 53% do total. Nada parecido foi visto na história do Brasil. Foi um tsunami eleitoral, e o partido só não se aproveitou melhor disso porque nunca se mostrou unido o suficiente.

Veja o que fez o PMDB em detalhes: [Eleições gerais no Brasil em 1986](https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_gerais_no_Brasil_em_1986) – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org)



WIKIPÉDIA
Eleições gerais no Brasil em 1986
https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_gerais_no_Brasil_em_1986

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA LER A MATÉRIA.

Para além do sucesso eleitoral, algo precisa ser lembrado: a eleição de 1986 escolheu os deputados federais e parte dos senadores que no ano seguinte comporiam a Assembleia Nacional Constituinte para a formulação e promulgação da Constituição Federal do Brasil. Um partido, o PMDB, teria um peso imenso nesse instante, o que é legal, legítimo e fruto do desejo popular.

Importante entender, a partir disso, como se deu todo esse processo. Primeiro: o partido rachou. O presidente José Sarney (PMDB) queria controlar a pauta com a força que tinha no Poder Executivo, enquanto o deputado federal paulista, Ulysses Guimarães (PMDB) tinha uma agenda própria e muito mais sintonizada com outras alas da legenda no interior da Assembleia Constituinte que presidia. Ademais, importante salientar que os deputados federais

e senadores acumularam as funções parlamentares tradicionais com a incumbência de trabalharem na nova Constituição. Isso os sobrecarregou de forma significativa. Por fim, e o mais importante: a sociedade teve ampla participação em todo o processo, em algo que podemos chamar de “antes, durante e depois”, ou se preferirem, no “começo, meio e fim” de toda a construção da nova lei maior do país.

Uma Constituição Federal, ou nacional, é o símbolo maior, em nossa tradição jurídica, do Estado enquanto pacto formalizado entre indivíduos. Leia a Constituição Federal, veja a quantidade de detalhes e garantias em seus 250 artigos. Podemos concordar ou discordar de tudo isso, podemos pensar diferente, mas não podemos ignorar a complexidade e a capacidade de desenhar legalmente nosso país.

A despeito de seu conteúdo, das garantias trazidas em campos essenciais à cidadania, que discutiremos na próxima parte, quero deixar aqui uma provocação final. Se iniciei provocativo, quero terminar no mesmo ritmo. Vamos lá: um dos maiores legados da Constituição de 1988 está atrelado à forma como ela foi construída. Isso é inigualável em nossa história.

Lembre-se que estávamos ávidos por participação. Parcela grande dos brasileiros queria estar dentro da política, vivendo, debatendo, conquistando, ampliando direitos. E o processo constituinte foi sensível a tudo isso. Primeiro com a formação de um conselho do que podemos chamar de notáveis. A Comissão Afonso Arinos, que se reuniu em setembro de 1986, portanto antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987, se notabilizou por reunir 50 cabeças relevantes do Brasil e pensar o que deveria estar garantido em nosso documento norteador. O material do Senado nos indica que foi desse grupo que nasceria um primeiro desenho da Constituição, acompanhe: **Comissão Afonso Arinos elaborou anteprojeto de Constituição** – Senado Notícias.

Mas isso não pode ser tratado exatamente como participação popular. O primeiro grande exemplo vai partir de uma união entre Senado Federal, Correios e Grupo Globo – sim, a Globo da TV. Nascia assim o SAIC, o Sistema de Apoio Informático à Constituinte. A ideia é simples e consistia na distribuição de formulários em branco por toda a sociedade brasileira. Pense numa página A4, um papel sulfite, dobrado



SENADO NOTÍCIAS
Comissão Afonso Arinos
elaborou anteprojeto de
Constituição



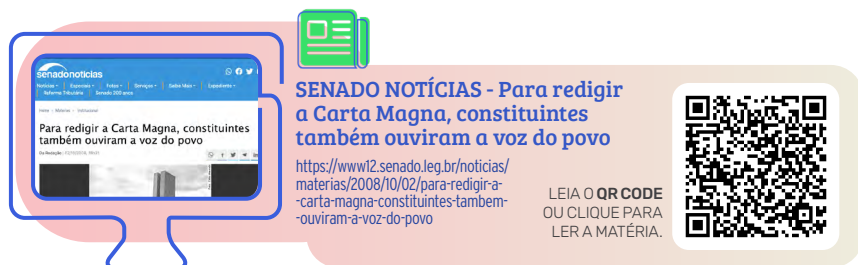
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/10/01/comissao-afonso-arinos-elaborou-anteprojeto-de-constituicao>



LEIA O QR CODE
OU CLIQUE PARA
LER A MATÉRIA.

ao meio. Na primeira página um texto introdutório, na segunda uma pequena pesquisa de caracterização de quem estava respondendo, na terceira linhas em branco que receberam milhares de ideias, e na quarta alguns dizeres afirmando que os Correios se responsabilizavam por entregar aquela contribuição no Senado. Na era da internet o número que vou te dar aqui pode frustrar quem pensa em milhões e milhões de acessos e sugestões, mas o fato é: o SAIC registrou, e esses documentos estão na biblioteca do Senado até hoje digitalizados, mais de 72 mil contribuições de brasileiras e brasileiros. Acompanhe a reportagem do Senado sobre esse instante único e absolutamente marcante. Os resultados, sistematizados, foram importantes para o trabalho dos parlamentares brasileiros.

Para redigir a Carta Magna, constituintes também ouviram a voz do povo
— Senado Notícias.



SENADO NOTÍCIAS - Para redigir a Carta Magna, constituintes também ouviram a voz do povo

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/10/02/para-redigir-a-cartamagna-constituintes-tambem-ouviram-a-voz-do-povo>


LEIA O QR CODE
OU CLIQUE PARA
LER A MATÉRIA.

Mas não pense que nossa história termina por aqui. Ao longo de todo o processo a pressão popular, os debates, as forças da sociedade se alternaram e buscaram garantir seus desejos junto aos constituintes. Ao todo, em Brasília, foram realizadas cerca de 400 reuniões temáticas, divididas por políticas públicas e temas gerais de interesse social, de onde saíram catalogadas mais de duas mil ideias. Conhecida como Reuniões Temáticas, o instante foi impactante e absolutamente essencial para a consolidação de nossa Constituição. Mas devemos ter em mente que todo processo precisa de um fim. E os parlamentares se fecharam para sistematizar todas essas ideias, bem como seus próprios desejos, no que se chamou de anteprojeto, ou seja, a primeira versão da nossa Constituição de 1988.

O documento foi apresentado, mas um capítulo adicional de participação ainda seria escrito. Em relação à primeira versão da Constituição a sociedade poderia trazer opiniões. O procedimento era relativamente simples: três organizações da sociedade civil reunidas deviam apresentar uma emenda ao texto, ou seja, uma proposta de mudança, inclusão ou algo do tipo. E essa sugestão deveria vir acompanhada de ao menos 30 mil assinaturas de

apoio. Exatamente isso: um abaixo assinado. E mais de 120 emendas foram apresentadas por diferentes grupos da sociedade, sendo que mais de 80 atenderam os parâmetros regimentais e foram defendidas por interlocutores no Congresso Nacional. Perceba a potência disso. Um processo muito inclusivo e participativo.

Para entender mais, o livro *Cidadão Constituinte – A saga das emendas populares* é o marco dessa história. E vale muito a pena ser lido.



CIDADÃO CONSTITUINTE
A SAGA DAS EMENDAS POPULARES

Autores: Vladimir
Araújo, Gilson Luan Coelho,
Cezar Melles,
Emerson Gonçalves, Haroldo
Melo de Oliveira, Marcos de
Aguiar, Paulo Sérgio Paiva

Cidadão Constituinte – A saga das emendas populares em PDF (skoob.com.br)

LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA VER O LIVRO.

<https://www.skoob.com.br/cidadao-constituente-362087ed407272.html>

Em 05 de outubro de 1988 o Brasil promulgou a Constituição Federal que está em vigor até hoje. Como diria Jean-Jacques Rousseau, eis aí nosso contrato social, e com um detalhe: existem regras para mudar as regras. E não é à toa que já emendamos, em mais de 30 anos, mais de 100 vezes o texto original da Constituição Federal. É assim que funciona. E é esse o documento que nos guia enquanto sociedade.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. A década de 1980 é a década ganha do ponto de vista político. A década da história da nossa democracia, mas o que houve de tão ruim para a chamarmos de “década perdida”?

2. Onde está esse ativismo de toda a sociedade que protagonizou cenas tão relevantes e conquistas tão essenciais nos anos 1980? O despertar em anos seguintes é que justifica a frase ouvida de 2013: o gigante acordou?





QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2017)

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2017.

A persistência das reivindicações relativas à aplicação desse preceito normativo tem em vista a vinculação histórica fundamental entre

- a) etnia e miscigenação racial.
- b) sociedade e igualdade jurídica.
- c) espaço e sobrevivência cultural.
- d) progresso e educação ambiental.
- e) bem-estar e modernização econômica.

2. (Enem 2009)

“Miami e Nova Iorque, nos Estados Unidos. Paris, na França. Londres, na Inglaterra. Milão e Roma, na Itália. Bariloche e Buenos Aires, na Argentina. Madri, na Espanha. Frankfurt, na Alemanha. Santiago, no Chile. Montevidéu, no Uruguai. Caracas, na Venezuela. O que há em comum a essas 13 cidades? Elas foram o destino de 1.881 voos internacionais pagos com a cota de passagens aéreas dos deputados no período de janeiro de 2007 a outubro de 2008, conforme levantamento feito pelo sítio Congresso em Foco com base em registros fornecidos pelas companhias aéreas. O dado mais surpreendente da pesquisa é o número de parlamentares que utilizaram sua cota para pagar voos ao exterior. No período citado, 261 deputados – ou seja, 51% do total de 513 – fizeram isso, boa parte deles viajando em companhia de cônjuges ou familiares.”

http://congressoemfoco.ig.com.br/noticia.asp?cod_canal=21&cod_publicacao=27907

Resolução N.º 25, de 2001 – Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados. Art. 5 – Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:

VII – usar verbas de gabinete em desacordo com os princípios fixados no caput do art. 37 da Constituição Federal.

<http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/conheca/eticaedecoro/C%3%B3digo%20de%20C%389tica%20da%20CD.pdf>

Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm

A análise do Código de Ética da Câmara dos Deputados, da Constituição Federal e da matéria do sítio Congresso em Foco permite inferir-se que o uso de passagens aéreas pagas com as verbas de gabinete dos parlamentares

- a) é um gasto de ordem pessoal pago pelos cofres públicos; logo, não é possível qualquer punição àquele que utilizar indevidamente sua cota de passagens.
- b) pode estar em desacordo com o art. 37 da Constituição Federal, por infringir os princípios da impessoalidade e da moralidade.
- c) se enquadra como gasto da administração pública, pois é um costume já consolidado na história levar cônjuges e parentes para viagens no exterior.
- d) é ampliado para a família do deputado pelo fato de a mesma ser considerada parte integrante do exercício do mandato parlamentar.
- e) é um gasto para fins de trabalho, ou seja, no estrito exercício do mandato parlamentar, sendo, no entanto, injustificável, pois está em desacordo com os princípios citados no art. 37 da Constituição Federal.

3. (Enem 2008)



(Folha de S.Paulo, 07.11.2008.)

No Brasil, a Constituição de 1988 ficou também conhecida como a “Constituição Cidadã”, uma vez que demonstra uma preocupação mais explícita com os valores de justiça e liberdade. Nesse contexto, o exemplo de um direito social contemplado na Constituição brasileira é a garantia de:

- a) liberdade de manifestar o pensamento.
- b) igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações.
- c) votar para escolher representantes no Legislativo.
- d) apresentar projetos de lei por meio de iniciativa popular.
- e) acesso à educação, saúde, trabalho e moradia.



9. AS CONDIÇÕES DOS DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS E SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A Constituição Federal de 1988 recebeu um apelido muito simpático: trata-se da Constituição Cidadã. Mas por quê? Gostaríamos de dar a resposta dividida em duas partes. A primeira resgatando o capítulo anterior. Foi o documento escrito com a participação da sociedade, com o envolvimento de milhões de brasileiros na nossa década ganha do ponto de vista da Democracia. Isso é o exercício da cidadania em sua forma mais pura e essencial, é o sentimento de pertencer, de ser responsável.

Essa movimentação toda, no entanto, precisa sempre ser destacada da seguinte forma: nunca um movimento atingirá todos e todas, nunca uma ideia será unanimidade. Assim, devemos considerar que a sede política dos anos 1980 atingiu massas barulhentas, volumes expressivos de pessoas concentradas em determinados lugares do Brasil com a capacidade de se fazerem ouvir. Colocamos fim a uma ditadura, levantamos uma democracia, e ainda temos significativos problemas de todas as ordens: socioeconômicos, políticos, atrelados à desigualdade etc. O Brasil escrito na Constituição está

distante de ser real, mas trata-se de um norte a ser perseguido em termos de valores e reconhecimentos. E aqui está o segundo ponto.

A Constituição Federal é a Constituição Cidadã porque expressa as bases elementares e essências dos três conjuntos de direitos fundamentais à compreensão do conceito de Cidadania. Conforme já demonstramos na Parte 1 desde livro, é do britânico T.H. Marshall uma das mais respeitadas definições de Cidadania, e é a partir dela que entendemos a importância de notarmos essas três garantias. Os direitos civis devem ser entendidos como as garantias de sermos quem somos, escolhermos o que escolhemos e de nos associar dentro de limites bem amplos. São tradicionalmente chamados de os direitos individuais e coletivos. Esse é o artigo 5º de nossa Constituição Federal, um verdadeiro primor escrito em quatro parágrafos, sendo que o primeiro deles tem 78 garantias fundamentais. Leia esse documento, delicie-se com a quantidade de garantias que temos, mas também atente para o quanto devemos respeitar o outro. A convivência, sob o artigo 5º, é aquela que nos leva à diversidade. Vamos dar alguns exemplos emblemáticos:



Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, não será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, é livre para a manifestação do pensamento, tem direito de resposta, proporcional ao agravo, assim como tem liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Temos assegurada a prestação de assistência religiosa, não seremos privados da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre.

Isso ainda vai longe. E é incrivelmente desafiador e garantidor de liberdade. Mas insisto: se serve para que me respeitem, serve para que cada um de nós respeitemos. O desafio é imenso. Leia: Constituição da República Federativa do Brasil - Art. 5º (senado.leg.br) →

Constituição da República
Federativa do Brasil - ART. 5º



LEIA O QR CODE OU CLIQUE PARA VER O SITE.

https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05:1988#:con1988_15.12.2016/art_5_.asp

Terminamos aqui este livro. Foram reflexões que procuraram pensar sobre o processo político Ocidental e Brasileiro, e num semblante mais histórico. A formação política passa por tudo isso: História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Direito, Ciência Política etc. Trata-se de um grande encontro das ciências sociais reunidas e organizadas em torno do desafio de nos trazer as bases elementares de nossa politização, algo essencial à democracia e ao exercício da cidadania.

Nossas últimas palavras são de esperança. A preservação, conquista e garantia dos direitos de cidadania são a base fundamental da solução democrática. A construção desse processo é a resultante possível de todas as alianças, contradições, conflitos e acordos possíveis na sociedade que pretende manter o regime da liberdade e dos direitos. No caso brasileiro, os desafios permanecem imensos, mas não vislumbramos outras saídas que não sejam pela via democrática.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. O que é a Constituição Federal de 1988 em relação ao tamanho do Estado brasileiro? Devemos considerar que ela é viável em termos práticos quando olhamos para tantas garantias a serem ofertadas pelo Estado?

2. Como podemos viver num país legalmente tão inclusivo e, ao mesmo tempo, tão desigual? Qual o tamanho da desigualdade para esse abismo que existe entre lei e realidade?



QUESTÕES DO ENEM

1. (Enem 2020)

“É difícil imaginar que nos anos 1990, num país com setores da população na pobreza absoluta e sem uma rede de benefícios sociais em que se apoia, um governo possa abandonar o papel de promotor de programas de geração de emprego, de assistência social, de desenvolvimento da infraestrutura e de promoção de regiões excluídas, na expectativa de que o mercado venha algum dia a dar uma resposta adequada a tudo isso.”

SORJ, B. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 (adaptado)

Nesse contexto, a criticada postura dos governos à situação social do país coincidiu a priorização de que medidas?

- a) Expansão dos investimentos nas empresas e nos bancos estatais.
- b) Democratização do crédito habitacional e aquisição de moradias populares.
- c) Enxugamento da carga empresarial e da contribuição tributária empresarial.
- d) Reformulação do acesso financiamento científico nacional.
- e) Reforma das políticas macroeconômicas e dos mecanismos de controle inflacionário.

2. (Enem 2018)

“Temos vivido, como nação, atormentados pelos males modernos e pelos males do passado, pelo velho e pelo novo, sem termos podido conhecer uma história de rupturas revolucionárias. Não que não tenhamos nos modernizado e chegado ao desenvolvimento. Mas não eliminamos relações, estruturas e procedimentos contrários ao espírito do tempo. Nossa modernização tem sido conservadora.”

NOGUEIRA, M. *As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

O texto apresenta uma análise recorrente sobre o processo de modernização do Brasil na segunda metade do século XX. De acordo com a análise, uma característica desse processo reside na(s)

- a) uniformização técnica dos espaços de produção.
- b) construção municipalista do regime representativo.
- c) organização estadual das agremiações partidárias.
- d) limitações políticas no estabelecimento de reformas sociais.
- e) restrições financeiras no encaminhamento das demandas ruralistas.

3. (Enem 2014)



ZIRALDO. 20 anos de procriação, 1984. In: LEMOS, R. (Org.) *Uma História do Brasil através da caricatura 1840-2001*. Rio de Janeiro: Letras e Expressões, 2001.

A imagem está relacionada a situação social dos negros no Brasil após a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, e reflexo de

- a) uma lei que ratificou a libertação dos escravos, impedindo a difusão do preconceito e da discriminação aos libertos.
- b) um ato da Princesa Isabel, que resultou no fim de mais de três séculos de escravidão e possibilitou uma vida digna aos negros.

- c) uma lei que libertou os escravos, mas sem viabilizar a inserção destes na sociedade e seu acesso a direitos sociais básicos.
- d) um movimento que se desenvolveu no Brasil e que garantiu condições de acesso de forma igualitária aos negros no mercado de trabalho.
- e) um processo que, apesar de lento e gradual, garantiu a cidadania aos ex-escravos, na medida em que pôs fim a hedionda instituição da escravidão.

4. (Enem 2011)



Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 17 abr. 2010 (adaptado).

O movimento representado na imagem, do início dos anos de 1990, arrebatou milhares de jovens no Brasil. Nesse contexto, a juventude, movida por um forte sentimento cívico,

- a) aliou-se aos partidos de oposição e organizou a campanha Diretas Já.
- b) manifestou-se contra a corrupção e pressionou pela aprovação da Lei da Ficha Limpa.
- c) engajou-se nos protestos relâmpago e utilizou a internet para agendar suas manifestações.
- d) espelhou-se no movimento estudantil de 1968 e protagonizou ações revolucionárias armadas.
- e) tornou-se porta-voz da sociedade e influenciou no processo de impeachment do então presidente Collor.

GABARITO QUESTÕES DO ENEM

PARTE 1	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5
1. Grécia Antiga e Democracia	e	c	b	b	
2. Roma e a ideia de República	a	b	e		
3. O bem comum e o pensamento político cristão	b	a	c	e	
4. O Realismo de Maquiavel	a	c	e		
5. O Iluminismo e o Contratualismo	d	a	d	b	
6. Os ideais da Revolução Francesa e Americana	d	e	a	c	
7. A Revolução Industrial e as divisões ideológicas	c	b	e	c	
8. Os pilares da cidadania	c	e	a	e	
9. O Estado, o mercado e os direitos	b	c	c	e	a
PARTE 2	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5
1. A escravidão e os direitos na formação do Brasil	b	e	a	c	
2. Entre as Constituições de 1824 e 1891	b	a	e	e	
3. As condições de cidadania na Primeira República (1889-1930)	d	c	e	d	c
4. A Era Vargas e a cidadania regulada	e	d	b	e	d
5. A primeira experiência democrática (1946-1964)	d	e	c		
6. Um golpe de Estado e a restrição dos direitos	b	e	d	e	
7. O fim da ditadura militar e a luta pela redemocratização	c	e	e		
8. As conquistas da Constituição de 1988	c	b	e		
9. As condições dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil contemporâneo	e	d	c	e	

POLÍTICA & DEMOCRACIA

Conceitos e História para a interpretação da realidade



RENOVA BR

KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG

NOTO
CONSCIENTE